



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



NÁGILA MARIA BARROSO DE QUEIROZ

**FAMÍLIA E ESCOLA: AÇÕES INSTITUCIONAIS SOBRE O ACOMPANHAMENTO
ESCOLAR NO ENSINO MÉDIO EM UMA ESCOLA ESTADUAL DO AMAZONAS**

MANAUS/AM
2021

NÁGILA MARIA BARROSO DE QUEIROZ

FAMÍLIA E ESCOLA: AÇÕES INSTITUCIONAIS SOBRE O ACOMPANHAMENTO ESCOLAR NO ENSINO MÉDIO EM UMA ESCOLA ESTADUAL DO AMAZONAS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal do Amazonas, como exigência para a obtenção do título de Mestra em Educação.

Linha de Pesquisa 2: Educação, Políticas públicas e Desenvolvimento Regional na Amazônia.

Agências de Fomento: Secretaria Estadual de Educação do Estado Amazonas – SEDUC, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas - FAPEAM

Orientadora: Professora Doutora Nádia Maciel Falcão.

**MANAUS/AM
2021**

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Q3f Queiroz, Nágila Maria Barroso de
Família e escola: ações institucionais sobre o acompanhamento
escolar no ensino médio em uma escola estadual do Amazonas /
Nágila Maria Barroso de Queiroz . 2021
178 f.: 31 cm.

Orientadora: Nádía Maciel Falcão
Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do
Amazonas.

1. Escola-Família. 2. Ensino Médio. 3. Juventude. 4.
Acompanhamento Escolar. I. Falcão, Nádía Maciel. II. Universidade
Federal do Amazonas III. Título



Ministério da Educação
Universidade Federal do Amazonas
Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação

Ata da Defesa Pública da Dissertação de Mestrado da discente **Nágila Maria Barroso de Queiroz**, intitulada "**FAMÍLIA E ESCOLA: AÇÕES INSTITUCIONAIS SOBRE O ACOMPANHAMENTO ESCOLAR NO ENSINO MÉDIO EM UMA ESCOLA ESTADUAL DO AMAZONAS**" realizada em 13 de Agosto de 2021.

Aos treze dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e um, às 09:00 horas, horário de Manaus/AM, por videoconferência, via aplicativo *Google Meet*, realizou-se a Defesa Pública da Dissertação de Mestrado da discente **Nágila Maria Barroso de Queiroz**, intitulada "**FAMÍLIA E ESCOLA: AÇÕES INSTITUCIONAIS SOBRE O ACOMPANHAMENTO ESCOLAR NO ENSINO MÉDIO EM UMA ESCOLA ESTADUAL DO AMAZONAS**". A Banca Examinadora foi composta pelos Professores Doutores: Prof.^a Dr.^a **Nádia Maciel Falcão** - (Presidente/Orientadora) - Universidade Federal do Amazonas, Prof.^a Dr.^a **Camila Ferreira da Silva** - (Membro Titular) - Universidade Federal do Amazonas e Prof. Dr. **Cláudio Pinto Nunes** - (Membro Titular) - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB. A presidente deu início à sessão, convidando os membros da Banca Examinadora e a mestranda, **Nágila Maria Barroso de Queiroz**, a se pronunciarem e, em seguida, assumiu a direção do trabalho, informando sobre os procedimentos do exame. A palavra foi dada então à mestranda para apresentação dos resultados de seu estudo. Após a apresentação, a presidente passou a palavra aos membros da Banca Examinadora para seus questionamentos e arguição à candidata. Em seguida, a mestranda respondeu às perguntas, acatando as sugestões formuladas. Após, a Banca Examinadora se reuniu para deliberação, divulgando a seguir o resultado de sua avaliação: a Dissertação da Mestranda **Nágila Maria Barroso de Queiroz**, foi **aprovada** por unanimidade. A sessão foi encerrada às 11 horas e 30 minutos, e eu, Samuel Guimarães da Silva, Técnico-Administrativo em Educação, lotado na Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Amazonas, lavrei a presente ata que, após conferência virtual, vai assinada por mim, pela Banca Examinadora e pela discente **Nágila Maria Barroso de Queiroz**.



Documento assinado eletronicamente por **Camila Ferreira da Silva, Professor do Magistério Superior**, em 13/08/2021, às 11:14, conforme horário oficial de Manaus, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Samuel Guimarães da Silva, Assistente em Administração**, em 13/08/2021, às 11:17, conforme horário oficial de Manaus, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nádia Maciel Falcão, Professor do Magistério Superior**, em 13/08/2021, às 11:17, conforme horário oficial de Manaus, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Claudio Pinto Nunes, Usuário Externo**, em 13/08/2021, às 11:22, conforme horário oficial de Manaus, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nágila Maria Barroso de Queiroz, Usuário Externo**, em 13/08/2021, às 11:43, conforme horário oficial de Manaus, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufam.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0651622** e o código CRC **479C2D06**.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter sido aprovada em duas seleções do Mestrado e ter conseguido concluir o curso. Agradeço também por ter resguardado a minha vida e de meus filhos nesse período tão difícil de pandemia de Covid 19 e por não me abandonar nos momentos mais difíceis que eu vivi, principalmente com o falecimento do meu pai. Cada conquista, cada luta que vivi e vivo é pela misericórdia de Deus que consigo superar. Esta dissertação foi escrita ao ritmo da vida em pleno isolamento social e com grandes obstáculos que foram vencidos. Dessa forma, somente posso expressar gratidão. JEZU, UFAM TOBIE! (Jesus, eu confio em Vós!).

Aos meus pais Antônio Fernando de Queiroz (in memoriam) e Belaci Maria de Queiroz (in memoriam) por terem formado minha família e por terem dado a mim e aos meus irmãos a oportunidade de vir morar em Manaus, vindos de um seringal chamado Novo Destino, tão longínquo no Rio Juruá, interior do Amazonas.

Aos meus irmãos Socorro, Fernando, Ana Carla, Miguel, Nádia, Francisco (in memoriam), José Hélio, Rodney, Alessandro, Patrícia e Carlos Eduardo pelo apoio aos meus estudos e por sempre acreditarem em meu esforço.

A minha avó paterna Alzira Queiroz (in memoriam) e minha tia Yolanda Queiroz que cuidaram de mim quando minha mãe partiu tão jovem e me deixou tão criança. A elas toda gratidão e respeito, sem esse cuidado não teria chegado até aqui.

Aos meus filhos Alan, Naila e João Vitor por todo carinho e compreensão, nos meus momentos de ausência que precisei para escrever esta dissertação. Não foi fácil estar em isolamento social e não ter quase tempo para dar mais atenção a eles.

Ao meu amor, Thiago Rebelo, por caminhar comigo pela vida e especialmente durante esse período do mestrado e entender as minhas ausências necessárias. E por ter um olhar mais observador na escrita da dissertação e contribuir com sugestões para a escrita da mesma.

A professora Dra. Nádia Maciel Falcão por estar ao meu lado no processo de orientação desta dissertação com serenidade e leveza tão característicos dela, sem

esse apoio não teria conseguido concluir. Minha eterna gratidão e minha sincera admiração.

Ao professor Dr. Cláudio Pinto Nunes e a professora Dra. Camila Silva Ferreira pelas contribuições na banca de qualificação e na defesa da dissertação. Pelos olhares atentos que ajudaram a enriquecer a pesquisa. Meus sinceros agradecimentos.

A minha amiga Érica Souza, que foi a irmã que eu precisei durante todo esse período de estudo e por enxergar qualidades em mim que nem eu conhecia. E que me escolheu como amiga desde o período de seleção do mestrado.

A minha querida amiga Ada Raquel Vasconcelos pela sensibilidade e companheirismo em meio a toda essa pandemia e com sua gentileza esteve presente em minha vida dando-me força nesse momento que estamos vivendo.

Aos meus colegas de turma pelos momentos de estudos compartilhados. De forma particular, as minhas colegas de turma Lorehna Alves e Morgana Brazil pelo constante apoio e amizade durante o decorrer do curso. Agradeço também as minhas colegas do grupo de pesquisa Educação, Culturas e Desafios Amazônicos do qual faço parte, obrigada pelos momentos de interação e aprendizagem.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE). De forma especial ao Professor Dr. Márcio de Oliveira, professora Dra. Sílvia Conde e a professora Dra. Nádia Maciel Falcão por terem participado nas bancas de seleção do mestrado nas quais fui aprovada.

A coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE na pessoa da professora Dra. Fabiane Maia e a Secretaria Estadual de Educação do Estado Amazonas – SEDUC por me possibilitar cursar o mestrado através de um convênio com a UFAM.

QUEIROZ, Nágila Maria Barroso de. FAMÍLIA E ESCOLA: AÇÕES INSTITUCIONAIS SOBRE O ACOMPANHAMENTO ESCOLAR NO ENSINO MÉDIO EM UMA ESCOLA ESTADUAL DO AMAZONAS. PPGE/UFAM, 2021.

RESUMO

A pesquisa debateu a relação família-escola com recorte na questão do acompanhamento escolar no ensino médio, procurou evidenciar quais as ações escolares de uma escola da Rede Estadual do Amazonas, situada no município de Manaus-AM). Desenvolveu-se no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas, vinculada à Linha Educação, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional, com apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPEAM. Dialogou com os estudos de Políticas Públicas e da Sociologia da Educação, o estudo partiu da premissa de que uma relação dialógica entre família e escola é imprescindível para o alcance dos objetivos da formação escolar. Partiu de evidências sobre dificuldades no estabelecimento desta relação, sobretudo no ensino médio, buscou-se, a partir do estudo da realidade de uma escola amazonense, discutir caminhos que pudessem viabilizar o diálogo entre estas duas instituições sociais. Tratou-se de uma pesquisa qualitativa, que se desenvolveu a partir dos fundamentos do método dialético, abrangendo as fases de levantamento bibliográfico e a análise documental de uma instituição de ensino estadual. A pesquisa apontou elementos que elucidaram caminhos para a melhoria da relação entre a família e escola, destacou-se as especificidades do ensino médio e as possibilidades de novas práticas que foram apontadas pela análise dos dados da pesquisa. Assim, como resultados observou-se que o acompanhamento escolar se configura na realidade de uma instituição da rede estadual por diferentes ações implementadas e que estão descritas nos documentos escolares e por meio de ações que se concretizam a partir das demandas diárias do cotidiano escolar. Esse estudo subsidiou reflexões sobre o tema investigado que irão contribuir com o redimensionamento da relação família e escola na rede estadual do Amazonas.

Palavras-Chave: Escola-Família; Ensino Médio; Juventude; Acompanhamento Escolar

ABSTRACT

The research discussed the family-school relationship with a focus on the issue of school monitoring in high school, seeking to highlight the school actions of a school in the State Network of Amazonas, located in the city of Manaus-AM). It was developed under the Graduate Program in Education at the Federal University of Amazonas, linked to the Education, Public Policies and Regional Development Line, with financial support from the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel - CAPES and the Foundation for Support to Survey of the State of Amazonas – FAPEAM. Dialogue with the studies of Public Policy and the Sociology of Education, the study started from the premise that a dialogical relationship between family and school is essential to achieve the goals of school education. Based on evidence of difficulties in establishing this relationship, especially in high school, it was sought, from the study of the reality of an Amazonian school, to discuss ways that could facilitate dialogue between these two social institutions. It was a qualitative research, which was developed from the foundations of the dialectical method, covering the phases of bibliographic survey and document analysis of a state educational institution. The research pointed out elements that elucidated ways to improve the relationship between family and school, highlighted the specificities of high school and the possibilities of new practices that were pointed out by the analysis of the research data. Thus, as a result, it was observed that school monitoring is configured in the reality of an institution in the state network through different actions implemented and which are described in school documents and through actions that materialize from the daily demands of everyday school life. This study supported reflections on the investigated theme that will contribute to the redimensioning of the family and school relationship in the state network of Amazonas.

Key words: School-Family ; High school; Youth; School follow-up

LISTA DE ILUSTRAÇÕES E QUADRO

Quadro 01- Documentos selecionados para a análise dos dados.....p.111

Quadro 02– Ações de acompanhamento escolar.....p.122

LISTA DE SIGLAS

BNCC	Base Nacional Curricular Comum
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal em Nível Superior
CF	Constituição Federal
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
FAPEAM	Fundação de Amparo à Pesquisa no Amazonas
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INL	Instituto Nacional do Livro
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação e Cultura
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola
PDE	Plano de Desenvolvimento da Escola
PEE	Plano Estadual de Educação
PNAD	Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílios
PNE	PLANO Nacional de Educação
PNLD	Programa Nacional do Livro Didático
PNLEM	Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio
PPGE	Programa de Pós-Graduação em Educação
PPP	Projeto Político-Pedagógico
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico
PT	Partido dos Trabalhadores
SADEAM	Sistema de Avaliação do Desempenho Educacional do Amazonas
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SCIELO	Scientific Electronic Library Online
SEDUC	Secretaria de Estado de Educação e Desporto
UFAM	Universidade Federal do Amazonas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1 RELAÇÕES FAMÍLIA E ESCOLA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA	23
1.1 Reconfigurações históricas da família.....	23
1.2 As relações entre família e escola no desempenho do papel educativo.....	32
1.3 Enquadramento legal da responsabilidade da família no acompanhamento de estudantes do ensino médio.....	47
2 CONFIGURAÇÃO DO ENSINO MÉDIO NA ATUALIDADE: ELEMENTOS PARA A ANÁLISE DA RELAÇÃO FAMÍLIA E ESCOLA....	56
2.1 A Lei nº 13.415/2017 e seus desdobramentos.....	56
2.2 Considerações sobre o sujeito educativo do ensino médio: jovens, escola e família.....	84
3 O ACOMPANHAMENTO ESCOLAR EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO DOAMAZONAS.....	109
3.1 Ações institucionais que ensejam o acompanhamento escolar por parte das famílias.....	111
3.2 Desafios do acompanhamento escolar no ensino médio.....	134
3.3 Da desarticulação aos processos dialógicos: Ações que se vislumbram a partir da realidade pesquisada.....	136
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	143
REFERÊNCIAS.....	148
APÊNDICES.....	165
ANEXOS.....	169

INTRODUÇÃO

A pesquisa foi desenvolvida no âmbito do Curso de Mestrado em Educação, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Amazonas. Foi realizada no período de dois anos (agosto 2019 – agosto/2021). Articula-se com outras atividades da linha de pesquisa 2: *Educação, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional*, especialmente com os estudos relacionados à juventude e escola, desenvolvidos no grupo de pesquisa Educação, Culturas e Desafios Amazônicos.

A abordagem do objeto buscou fundamentos no campo das políticas públicas de educação e da sociologia da educação. Neste sentido, recorreu-se aos aportes teóricos que analisam o papel social e as relações da família e escola na sociedade contemporânea, como também, foram retomadas as principais diretrizes legais relacionadas às responsabilidades da família para garantia do direito à educação de jovens na etapa escolar do ensino médio.

Na condição de docente da instituição que foi o *lócus* da pesquisa, a proponente do estudo sentiu-se instigada pelas constantes alegações de docentes, pedagogos e gestores acerca da falta e/ou insuficiente acompanhamento da trajetória escolar dos estudantes do ensino médio por parte de seus responsáveis, incorrendo em prejuízos para o cumprimento da escola em seu dever de educar. Do outro lado, ouvem-se também as queixas das famílias sobre as dificuldades de participar das atividades propostas pela escola.

Na tentativa de superar este estado do senso comum, que reproduz as visões dicotômicas e, por vezes conflituosas, sobre a questão do acompanhamento escolar, entendido aqui como uma face da relação entre família e escola, foi proposta esta abordagem do tema no âmbito de uma pesquisa científica, procurou-se antes compreender sobre quais princípios estão calcadas estas relações, identificar os entraves para o diálogo, para só então, enquanto membro da comunidade escolar, articular uma perspectiva propositiva de ações que foram vislumbradas a partir da realidade pesquisada.

A proposta original da pesquisa visava à escuta dos diferentes sujeitos envolvidos no processo de acompanhamento escolar: familiares, responsáveis, estudantes e profissionais da educação. Esta rota foi alterada significativamente

devido ao contexto de pandemia de COVID-19, decretado em 11 de março de 2020. Restringiu-se assim, à pesquisa documental devido ao agravamento da pandemia no Brasil e especificamente na cidade de Manaus e pela necessidade de se manter o distanciamento social foi recomendado pela coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação-PPGE que se realizasse este tipo de pesquisa.

Partiu-se da premissa de que a ação de acompanhamento escolar que se espera das famílias é uma questão multidimensional, que reflete desde aspectos estruturais que incidem sobre a família e a escola na sociedade, até aspectos mais específicos que baseiam as relações intraescolares e o campo simbólico que permeia a percepção das famílias sobre a escola.

Em outras palavras, o problema que se materializa na falta de acompanhamento retrata a combinação de muitos fatores, sendo um deles a falta de comunicação entre escola e família e a falta de clareza de ambas as instituições acerca do que possa significar no contexto atual este acompanhamento escolar do estudante do ensino médio.

Conforme apontam Oliveira e Araújo, (2010, p.103),

No relato de muitos professores há a afirmação de que, apesar de abrirem mais portas da escola à participação dos pais, esses são desinteressados em relação à educação dos filhos, na medida em que atribuem à escola toda a responsabilidade pela educação.

O jogo de acusação mútua entre uma escola que alega a falta de acompanhamento da família e uma família que rebate esta afirmação com a alegação de que a escola não abre canais de diálogo, em nada contribui com a superação do problema. Daí a proposta deste estudo para aprofundamento do tema.

Diante disto, a pesquisa foi norteada pelas seguintes questões: Como o acompanhamento escolar se configura na realidade de uma escola da rede estadual do Amazonas? Quais ações institucionais ensejam o acompanhamento da situação escolar dos estudantes do ensino médio por parte das famílias? Quais perspectivas da relação família e escola no ensino médio se expressam a partir das ações e dos documentos escolares?

A relevância do estudo consistiu em apresentar uma abordagem da relação família e escola e, mais especificamente, do processo de acompanhamento escolar no ensino médio, para além da dicotomização ou da culpabilização de uma ou outra instância pelos problemas que permeiam essa relação. Pretendeu-se avançar na

construção de uma compreensão multidimensional destes problemas, que considera os elementos históricos das atuais configurações da família e da escola, as especificidades da etapa do ensino médio.

O objetivo do estudo consistiu em compreender a noção de acompanhamento escolar que permeia as ações institucionais de uma escola de ensino médio da rede estadual do Amazonas. Este objetivo respondeu a primeira questão norteadora, pois os dados coletados na fase documental apontaram como o acompanhamento escolar está configurado na instituição pesquisada.

Os objetivos específicos deste projeto desdobraram-se em: 1) Refletir sobre a relação família e escola na atualidade, considerando inflexões do quadro societário e enquadramentos no âmbito da legislação que trata das responsabilidades da família com o estudante do ensino médio; 2) Verificar as estratégias de acompanhamento escolar presentes na realidade da instituição pesquisada; 3) Refletir sobre limites e possibilidades das ações de acompanhamento escolar e de integração escola-família a partir dos dados identificados na pesquisa.

É pertinente destacar que o acompanhamento escolar nas instituições públicas de ensino é um componente essencial do projeto de educação escolar e para a integração escola-família. Seus fundamentos legais remetem à Constituição Federal de 1988 (Art. 205, II, III), à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN 9.394/1996 (Art. 4º, VII, 5º, III), ao Estatuto da Criança e do Adolescente (Art. 53, I, II, III) e ao Estatuto da Juventude (EJ/2013).

Estas normas, em perspectiva mais ampla, refletem a correlação de forças estabelecida na sociedade brasileira e esboçam propostas para o desafio de prover o direito à educação. Por outro lado, tornam-se plataforma para que se olhem aspectos mais específicos relacionados ao cumprimento do direito à educação e do dever de educar e é nesta perspectiva que permitem a reflexão sobre a ação das famílias no acompanhamento da vida escolar de seus membros em idade escolar.

O processo de implementação do acompanhamento nas escolas públicas requer uma organização do trabalho por meio de ações escolares que sejam propícias ao fazer coletivo e a existência de instrumentos e mecanismos institucionais que garantam o acompanhamento considerando a perspectiva dos profissionais da educação do ensino médio. O Projeto Político Pedagógico - PPP e os documentos legais são importantes meios de concretização do referido acompanhamento tão enfatizado pela comunidade escolar.

A análise do tema do acompanhamento escolar a partir do recorte no ensino médio, requereu também uma aproximação com os estudos no campo da juventude dedicados à compreensão das relações dos jovens com a família e a escola. O debate da juventude enquanto construção social e do jovem enquanto sujeito de direitos, históricos e concretos é fundamental para o alcance dos objetivos deste estudo.

Nesta perspectiva, Arroyo (2014, p.164) defende que

[...] os jovens sejam tratados como sujeitos de direitos e a juventude como uma etapa da vida que tem um sentido em si mesmo e não somente como fase de transição. Por outro lado, são frequentes as realidades escolares e familiares em que os jovens são vistos sob o prisma da desconfiança acerca de suas condições de agir enquanto sujeitos autônomos.

Considerando as questões até aqui expostas, a pesquisa proposta encarou com afinco a pergunta sobre a pertinência e a natureza do acompanhamento escolar dos estudantes do ensino médio. Ademais, foram apresentados subsídios para o redimensionamento coletivo deste processo a partir dos estudos teóricos e dos apontamentos específicos da realidade investigada. Ao mesmo tempo, entendeu-se que houve uma contribuição relevante para o campo de estudos da educação e para a produção acadêmica sobre as relações entre juventude, família e escola em âmbito local.

Nos primeiros movimentos de pesquisa foi realizada a Revisão de Literatura¹, considerou-se necessário o levantamento da produção acadêmica local e nacional sobre a temática investigada. Em âmbito local, buscaram-se dissertações e teses defendidas no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas (PPGE-UFAM) e artigos publicados pela Revista Amazônica – Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas, no período de 2015 – 2020.

Para levantar a produção nacional, foi realizada busca em bases de dados eletrônicas de acesso público, com produções científicas publicadas (artigos, dissertações e teses) no mesmo período de corte (2015-2020). Foram exploradas as seguintes bases: Scientific Electronic Library Online (SCIELO), Google Acadêmico e Portal de Periódicos CAPES.

Foram utilizadas como expressão de busca: Políticas Públicas AND Escola-Família AND Ensino Médio AND Acompanhamento Escolar, escritos em português,

¹A sistematização da Revisão de Literatura encontra-se disponível no Apêndice 1

inglês e espanhol. Foram utilizados como critérios de avaliação dos estudos alcançados pelo levantamento, a análise das referências dos artigos, os objetivos gerais das pesquisas, a abordagem metodológica e os principais resultados das pesquisas voltados para o acompanhamento escolar.

Foram encontrados inicialmente, 35 artigos científicos nas bases de dados Scielo, Google Acadêmico e Portal de Periódicos da Capes. Após a leitura do título, resumo e metodologia, vinte trabalhos foram selecionados e lidos integralmente. Nesta etapa foram escolhidas como categorias ou principais conceitos os termos família e escola.

Os principais interlocutores teóricos que dialogaram com os dados produzidos na revisão de literatura no recorte da família e escola, foram Abdulmassih e Santos (2019); Cicco (2017); Demétrio (2019); Junge (2015); Leite (2015); Macedo (2018); Oliveira (2015); Padilha (2017); Romanelli (2016); Santana (2015); Sayar (2015); Schimidt (2015); Souza (2017); Stecanela (2018).

Posteriormente, realizou-se outra busca em que foram utilizadas as categorias ensino médio, jovem escola e família. Dessa maneira, foram encontrados 50 textos sendo trinta e seis artigos, dez dissertações e quatro teses, entretanto foram utilizados vinte e sete artigos, cinco dissertações e duas teses. Todos os artigos foram lidos integralmente e das dissertações e teses foram lidos os resumos e alguns capítulos que fizessem referência ao objeto de estudo da dissertação.

Os principais interlocutores teóricos que dialogaram com os dados produzidos na revisão de literatura foram: Almeida (2017); Andrade (2019); André (2018); Barone (2017); Belizário (2015); Burgos e Bellato (2019); Condé (2016); Costa (2017); Dayrel e Jesus (2016); Deitos et al (2015); Duarte (2018); Felício (2019); Ferreira(2017); Ferreti (2018); Florêncio et al (2017); Godinho (2015); Hernandez (2019); Lebourg e Coutrim (2018); Maia (2018); Machado (2016); Marpica (2018); Nascimento (2017); Nunes (2015); Oliveira (2020); Pogorzelski (2018); Ramos e Heinsfeld (2019); Sales et al (2017); Santos (2015); Santos et al (2017); Santos (2019); Saviani (2018; 2020); Silva (2016); Silva (2019); Soares (2018); Vasconcelos (2017).

No texto de Sayar (2015) há uma aproximação com os conceitos de família que são encontrados na sociedade, este autor defende a importância desta instituição para a sociedade contemporânea.

Constatou-se também que nos textos de Santana (2015) e Schimidt (2015) há aproximações nas discussões sobre a importância da entrada da mulher no mercado

de trabalho e as mudanças que estes acontecimentos provocaram nas famílias. Ademais, Souza (2017) e Silva e Silva (2015) trazem como questões centrais em seus textos o papel dos pais na educação dos filhos.

Nas obras de Oliveira (2015) e Leite (2015) após uma leitura mais criteriosa, observa-se uma lacuna apontada pelos autores ao discutirem a aproximação da escola com a família e a importância da parceria família e escola.

E no que se refere às categorias ensino médio, jovem, escola e família, Andrade (2019), André (2018), Felício (2019), Ferreti (2018), Ramos e Heinsfeld (2019), Hernandez (2019) e Oliveira (2020), trazem como ponto principal a discussão sobre a reforma do ensino médio, os aspectos históricos das reformas ocorridas no ensino médio e a nova organização curricular.

Os autores Cardozo e Lima (2018), Duarte et al (2018), Ferreira (2017) Silva (2019), Santos (2019) e Soares (2017) fazem em seus textos reflexões sobre a contrarreforma no ensino médio pautada no esvaziamento do conhecimento escolar.

Cicco (2017) retrata em seu estudo a participação dos pais na vida escolar dos filhos. E Demétrio (2019) aborda em seu texto a escola e a família como primeiras instâncias de relações com o mundo e a parceria entre as duas instituições sociais. Os dois autores trazem em seus textos como ponto de convergência a participação da família na escola.

Condé (2016), Nunes (2016), Silva (2016) e Pogorzelski (2018) apresentam como pontos de aproximação em seus textos à discussão sobre o jovem trabalhador brasileiro e suas condições no mercado de trabalho. As autoras também referenciam as categorias a juventude e a escola. E abordam também a escolarização como sinônimo para a qualificação dos jovens.

Assim sendo, os autores relacionados acima trazem grandes contribuições para o estudo das categorias família, escola, ensino médio e juventude, pois nos fizeram refletir sobre as políticas implementadas ao longo das décadas e suscitaram reflexos negativos e positivos para a escola e as famílias.

Metodologia

A metodologia é parte integrante de qualquer estudo científico, trata-se de um caminho percorrido pelo investigador rumo ao conhecimento cientificamente elaborado.

Conforme o pensamento de Brito (2016, p.15) a palavra método

[...] deriva do grego *methodos* (meta =para, e hodos = caminho) é um procedimento de investigação ordenado, repetível e autocorrigível que garante a obtenção de resultados válidos; é o caminho ou processo, ou ainda, o conjunto de processos que permite conhecer determinada realidade, construir certo objeto ou desempenhar este ou aquele tipo de comportamento; é o meio empregado para a consecução de determinado fim, ou seja, para alcançar um objetivo previamente estabelecido.

Para Minayo (2016, p.14) o método é o

Caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade. Ou seja, a metodologia inclui, simultaneamente a teoria da abordagem (o método), os instrumentos de operacionalização do conhecimento (as técnicas) e a criatividade do pesquisador (sua experiência, sua capacidade crítica e sua sensibilidade).

Esta pesquisa tratou de um estudo de abordagem qualitativa, pois esta abordagem justifica-se por fornecer uma melhor compreensão acerca do problema da pesquisa, como também um maior conhecimento dos aspectos que não puderam ser observados e medidos de forma direta. Além de possibilitar uma riqueza na análise dos dados que estavam contidos nos registros escolares. Nesse sentido, a pesquisa qualitativa segundo Chizzotti (2005, p.78)

Não se conforma apenas com um rol de dados isolados, busca a partir do pensamento de que há uma relação dinâmica entre o “sujeito e objeto”. Isso possibilita ao pesquisador a mobilidade necessária para lidar com as pessoas participantes da pesquisa, ou seja, ele participa, compreende e faz a interpretação dos fenômenos observados em campo.

Nesta pesquisa, elegeu-se como método a perspectiva dialética, pois esta permitiu a compreensão da realidade estudada. Para Brito (2016, p.22) a palavra dialética tem sua origem nas expressões: *dialegein* que significa “escolher”, “selecionar”; *dialesgesthai* que significa “conversar com”, “raciocinar com”; *dialégein* que significa “desenvolver um discurso”.

Nessa perspectiva Mussi et al (2019, p.422) salientam que

As pesquisas orientadas pelo método dialético revelam a historicidade do fenômeno e suas relações, em nível mais amplo, situam o problema dentro de um contexto complexo, ao mesmo tempo, estabelece e aponta as contradições possíveis dentre os fenômenos investigados. Mais ainda, a investigação qualitativa é alicerçada na inseparabilidade dos fenômenos e seu contexto, pois, as opiniões, percepções e significados serão mais bem compreendidos com maior profundidade a partir da contextualização.

De acordo com Gil (2008, p.14) a abordagem dialética configura-se como

As bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, já que estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais etc.

A pesquisa desdobrou-se em duas fases articuladas entre si, sendo a primeira dedicada à revisão bibliográfica e a segunda de caráter documental, visando à aproximação com a realidade de uma escola da rede estadual do Amazonas.

A pesquisa bibliográfica, na visão de Gil (2008, p.50), é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. É a fase que permite uma apropriação de conceitos e categorias presentes na produção acadêmica clássica e contemporânea sobre o tema.

Para a composição da primeira e segunda seção foi utilizada a legislação educacional vigente: Constituição Federal de 1988 (CF/88); a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9.394/96); o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA/1990); o Estatuto da Juventude (EJ/2013) e a Lei n.13.415/2017.

A fase documental foi desenvolvida em uma escola de ensino médio, pertencente à rede estadual do Amazonas e situada na Cidade de Manaus. Para o desenvolvimento desta etapa, foram seguidos os protocolos de saúde relacionados ao período de Pandemia de COVID-19. Considerou-se a necessidade do distanciamento social, os documentos foram solicitados a escola por meio de um ofício entregue ao gestor. Posteriormente, os documentos solicitados à escola foram encaminhados a pesquisadora por e-mail em formato PDF que continham registros dos Livros de Ocorrência e Ata da Secretaria, além de onze documentos escolares que continham registros do processo de acompanhamento escolar realizado por meio de ações institucionais, foram analisados também o Projeto Político-Pedagógico da escola e o Regimento Geral das Escolas Estaduais.

A análise documental, segundo Ludke e André (2013, p.38) pode se constituir numa técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, seja complementando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de tema ou de um problema.

A teoria que embasou a análise dos dados foi a Análise de Conteúdo de Bardin (2016, p.43). Segundo esta autora a análise de conteúdo é um conjunto de

instrumentos de cunho metodológico em constante aperfeiçoamento, em que se aplicam a discursos (conteúdos e continentes) extremamente diversificados.

Ainda conforme Bardin (2016, p.44) a análise de conteúdo trabalha a palavra, quer dizer, a prática da língua realizada por emissores identificáveis, é uma busca de outras realidades *através* das mensagens. A análise de conteúdo foi realizada em três fases: 1) pré-análise, 2) exploração do material e 3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

A primeira fase chamada de pré-análise, foi desenvolvida com a finalidade de sistematizar as ideias iniciais colocadas pelo quadro referencial teórico e estabelecer indicadores para a interpretação das informações coletadas na pesquisa. Essa fase de acordo com Bardin (1977, p.95) tem como objetivo

[...] tornar operacionais e sistematizar as ideias iniciais, de maneira a conduzir a um esquema preciso do desenvolvimento das operações sucessivas, num plano de análise. Esta primeira fase possui três missões: a escolha dos documentos a serem submetidos à análise, a formulação das hipóteses e dos objetivos e a elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação final.

Essa fase compreendeu a leitura dos documentos escolares para a análise denominada de leitura flutuante. Segundo Bardin (1977, p.96) é chamada de leitura flutuante

[...] por analogia com a atitude do psicanalista. Pouco a pouco a leitura vai-se tornando mais precisa, em função de hipóteses emergentes, da projeção de teorias adaptadas sobre o material e da possível aplicação de técnicas utilizadas sobre materiais análogos.

A partir desta leitura foi feita a escolha dos documentos para a definição do corpus de análise. O corpus de análise conforme Bardin (1977, p.96) é o conjunto dos documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos. O corpus de análise da pesquisa foi constituído pelos documentos fornecidos pela escola tais como: Livros de Ocorrência, Atas da Secretaria, o Projeto Político-Pedagógico e os onze documentos que a escola criou para promover o acompanhamento escolar junto às famílias.

Finalizada a primeira fase, partiu-se para a segunda fase onde foi realizada a exploração do material, que consistiu na construção das operações de codificação, foram considerados os recortes dos textos em unidades de registro (palavras, frases, parágrafos). Nesse sentido, Bardin (1977, p.103) define a codificação como um

processo pelo qual os dados brutos são transformados sistematicamente e agregados em unidades, as quais permitem uma descrição exata das características pertinentes do conteúdo.

Dos dados analisados foi feita a categorização e emergiram duas categorias denominadas ações escola-família e ações família-escola. Para Bardin (1977, p.117) a categorização é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos.

Nesse aspecto Bardin (1977, p.117) destaca que as categorias são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos (unidades de registro), sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão dos caracteres comuns destes elementos.

Da primeira categoria surgiram duas subcategorias denominadas acompanhamento pedagógico e acompanhamento dos alunos pelo professor, esses termos foram retirados de uma busca realizada no Thesaurus Brasileiro da Educação.

Posteriormente, os dados obtidos foram transcritos e sistematizados em dois quadros analíticos, o primeiro denominado de Quadro de Documentos selecionados para a análise dos dados e segundo chamado de Quadro de Ações de acompanhamento escolar. Tais quadros permitiram identificar ações escolares para a promoção do acompanhamento e a relação escola-família.

Na terceira fase foi realizado o tratamento dos resultados, a inferência e interpretação, consistiu em colher os conteúdos denominados manifestos e latentes contidos nos documentos da escola. Conforme Franco (2005, p.26) a inferência é o procedimento intermediário que vai permitir a passagem, explícita e controlada, da descrição à interpretação. Após a análise dos dados procedeu-se com a discussão dos resultados em que foram apontadas as ações que a escola promove para o acompanhamento escolar, as situações conflituosas entre os estudantes, entre o estudante e os professores e a relação que se estabelece entre as duas instituições. Dessa forma, a análise de dados e informações deu-se por meio de abordagem qualitativa e respeitou os procedimentos éticos da pesquisa.

A dissertação foi estruturada em três seções. Dessa maneira, a primeira seção teve como título “*As Relações família e escola na sociedade contemporânea*” e foi composta por três tópicos em que foram discutidos os seguintes temas: Reconfigurações históricas da família, As relações entre família e escola no

desempenho do papel educativo e o Enquadramento legal da responsabilidade da família de estudantes do ensino médio. Esta seção foi embasada pela Revisão de Literatura e pela análise documental. Esta seção será composta por três tópicos que envolvem as diferentes reconfigurações familiares e as relações da família com a escola na sociedade contemporânea.

A segunda seção recebeu o título “*Configuração do Ensino Médio na atualidade: elementos para análise da relação família e escola*”. Esta seção foi composta por dois tópicos a seguir: A Lei nº 13.415/2017 e seus desdobramentos e as Considerações sobre o sujeito do ensino médio: jovens, escola e família.

A terceira seção teve como título “*O acompanhamento escolar em uma instituição de ensino no Amazonas: o que ele diz sobre a relação família e escola?*” A seção foi dividida em três tópicos. O primeiro tópico foi intitulado Ações escolares que ensejam o acompanhamento escolar por parte das famílias, neste tópico foram apresentados os dados coletados sobre as ações institucionais que ensejam o acompanhamento escolar por parte das famílias. O segundo teve como título Os Desafios do acompanhamento escolar no ensino médio. Nesse tópico foram comentados os principais desafios do acompanhamento escolar que se revelam no ensino médio. E o último tópico teve como título Da desarticulação aos processos dialógicos: ações que se vislumbram a partir da realidade pesquisada. Nesse último tópico foram apontadas ações de acompanhamento escolar e de integração escola-família. Essas ações têm o intuito de romper com a lógica da desarticulação e implementar processos de acompanhamento escolar dialógicos entre escola e família no ensino médio.

1. AS RELAÇÕES FAMÍLIA E ESCOLA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Esta seção será composta por três tópicos que envolvem as diferentes reconfigurações familiares e as relações da família com a escola na sociedade contemporânea. No primeiro tópico serão apresentadas as reconfigurações históricas da família. Ademais, no segundo tópico serão discutidas as relações entre a família e a escola no desempenho do papel educativo.

E no terceiro tópico será comentada a revisão das bases legais que estabelecem os direitos e deveres e regulamentam a relação entre a família e a escola pública, com foco no ensino médio (constituição Federal de 1988, Estatuto da Criança e do Adolescente; Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº9. 394/1996). E as bases legais que compõem a legislação educacional do Estado do Amazonas, tais como: o Regimento Geral das Escolas Estaduais e o Plano Estadual de Educação, que trazem em alguns artigos a responsabilização das famílias com a escolarização dos filhos e ações educacionais que podem ser implementadas para a promoção do acompanhamento escolar.

1.1 Reconfigurações históricas da família e da escola

A sociedade contemporânea apresenta diversas configurações da família, no entanto a família foi se transformando ao longo dos séculos. O retrato da família brasileira tem sofrido influências de acontecimentos históricos e sociais, que despontaram para novas formas de se ver a família. Considera-se que para a legislação “não há mais apenas a família e sim as famílias com suas características próprias denominadas configurações familiares”.

Nesse sentido, Schimidt (2015, p.23) evidencia que

O retrato da família na atualidade já não se enquadra como antes, ao modelo rígido da família patriarcal, como um sentimento frágil, secundário ou até mesmo inexistente. Entre recuos e avanços, agiganta-se a afetividade, com a sua elevação a princípio na expressão da família nos dias atuais.

Nesse mesmo contexto Oliveira (2009, p.71) considera que

A família passa por profundas transformações, tanto internamente, no que diz respeito a sua composição e as relações estabelecidas entre os seus

componentes, quanto às normas de dissociabilidade externas existentes, fato este que tende a demonstrar o seu caráter dinâmico.

Para se entender as configurações de família é mister que sejam observados diversos conceitos de família diferenciados do conceito da família tradicional, em que o seio familiar é representado pelos pais e filhos por meio de uma união matrimonial. Observa-se que, diversos autores conceituam a família contemporânea.

Dessa maneira, conforme Sayar (2015, p.31) a família geralmente é a base que

Dá condições para o ser humano viver e se desenvolver. Sendo assim, um controle inicial sobre os indivíduos, sobre como devem se organizar em seus núcleos de vida mais estreitos, representaria um grande passo à efetivação do principal papel do ente estatal: a consagração da paz social.

Neste mesmo norte Oliveira (2009, p.89) conceitua família como uma maneira da vida privada se expressar

Lugar de intimidade, de construções individuais e coletivas e um espaço significativo para a expressão dos sentimentos, que, nessa modernidade, podem ser esquecidos diante da correria contemporânea. Nesse sentido, ela torna-se imprescindível na sociedade.

No início do período contemporâneo tinha-se apenas a família tradicional ou patriarcal, composta por pai, mãe e filhos. Na referida configuração familiar o pai era o provedor e a mãe responsável pelos cuidados da casa e dos filhos. Os genitores eram unidos por um vínculo familiar denominado casamento.

Este elemento de vinculação familiar, o casamento, conforme Sayar (2015, p. 28)

Representa muito bem tal característica familiar. Trata-se de negócio jurídico solene, com publicidade prévia e com presença de testemunhas. Há um forte senso de aprovação pública às uniões familiares, sendo assim, laços afetivos constituídos de clandestinidade não podem ser considerados. No entanto, com as mudanças ocorridas na sociedade, novos modelos familiares foram se configurando.

No que diz respeito à família tradicional ou patriarcal Christiano e Nunes (2013, p.04) reforçam que o cenário brasileiro apresentou também diversas e significativas mudanças na configuração da família patriarcal, em especial a brasileira, era baseada nos moldes das famílias portuguesas que haviam chegado durante o período da colonização no Brasil.

Bourdieu (2002, p.53) reitera que de todos os fatores de mudança os mais importantes são,

[...] os que estão relacionados com a transformação decisiva da função da instituição escolar na reprodução da diferença entre os gêneros, tais como o aumento o acesso das mulheres à instrução e, correlativamente, a independência econômica e a transformação das estruturas familiares (em consequência, sobretudo da elevação dos índices de divórcio) [...]

Nesse aspecto Itaboraí (2015, p.23) ressalta também que diversos fatos políticos internacionais foram favoráveis para que houvesse o declínio do patriarcado

[...] A inclusão, pelas Nações Unidas, da liberdade de casamento e da igualdade na relação em sua declaração dos Direitos Humanos de 1948, a instituição do ano de 1975 como Ano Internacional da Mulher, seguido da década de 1975-1985 como Década da Mulher e Desenvolvimento, com diversas conferências durante e posteriormente a essa década, serviram de referência – através de seus debates, relatórios, declarações e plataformas de ação – para as transformações em legislações e políticas públicas quanto à condição da mulher ao redor do mundo.

Ademais, as transformações ocorreram na sociedade através de fatores sócio históricos, como por exemplo: o desenvolvimento e o crescimento das indústrias com a oferta de trabalho fabril resultaram na entrada da mulher no mercado de trabalho gerando desta maneira sua independência.

Schimidt (2015, p.19) destaca que

A crescente necessidade de mão de obra para esta nova demanda converte a atribuição da mulher que deixa sua ordem doméstica para o ingresso ao mercado de trabalho. Esta mudança estabelece as bases materiais para uma possível mudança no plano simbólico, quanto à posição de igualdade e equivalência entre homem e mulher no ambiente familiar, apesar de não trazer garantias para que uma mudança imediata, dado que as relações patriarcais estavam arraigadas na sociedade.

Nessa perspectiva Santana (2015, p.09) reforça que

No âmbito familiar, é possível ressaltar a conquista feminina com o ingresso da mulher no mercado de trabalho, adquirindo ainda igualdade de direitos também na vida pública, com isso o homem passou a se dedicar mais aos afazeres domésticos, guarda e educação dos filhos, deixando este de ser responsável exclusivo pelo sustento da família. Observa-se que todo este contexto pode influenciar e modificar o cotidiano da vida em família.

Reis (2013, p.25) complementa também que

[...] no contexto das dinâmicas sociais, os papéis de homens e mulheres na sociedade foram se transformando. A mulher buscou a profissionalização ao inserir-se no mercado de trabalho, passando a participar mais de atividades educativas, culturais, políticas, ficando mais tempo fora de casa. Isso provocou mudanças nos arranjos familiares anteriormente estabelecidos.

Nesse cenário segundo Bourdieu (2002, p.54)

[...] o aumento do número de mulheres que trabalham não pode deixar de afetar a divisão de tarefas domésticas e ao mesmo tempo os modelos tradicionais masculinos e femininos, acarretando, sem dúvida, consequências na aquisição de posições sexualmente diferenciadas no seio da família [...].

Além da mudança do papel da mulher em relação à família pode ser destacada a legalização do divórcio como fator preponderante para as novas configurações familiares que se estabeleciam no período da contemporaneidade, pois conforme Christiano e Nunes (2013, p.07) foi através desta legalização em 1977 que as famílias tiveram direito ao divórcio e puderam reconstituir novas famílias.

Nesse contexto, Rago (2004, p.491) com a crescente incorporação das mulheres ao mercado de trabalho e à esfera pública em geral,

[...] o trabalho feminino fora do lar passou a ser amplamente discutido, ao lado de temas relacionados à sexualidade: adultério, virgindade, casamento e prostituição. Enquanto o mundo do trabalho era representado pela metáfora do cabaré, o lar era valorizado como o ninho sagrado que abrigava a “rainha do lar” e o “reizinho da família”. Diante do crescimento urbano vertiginoso de muitas cidades brasileiras, com um grande contingente de trabalhadores concentrados nos bairros operários, o mundo público acabou sendo considerado um espaço ameaçador para a moralidade das mulheres e das crianças.

As modificações ocorridas na legislação brasileira também foram primordiais para que a família se configurasse. Neste aspecto Souza et al (2012, p. 10) afirmam que,

[...] após a Lei do Divórcio, a Constituição Federal de 1988 foi responsável por inserir relevantes mudanças no conceito e extensão da família. Os princípios introduzidos no texto constitucional ampliaram e fortaleceram a garantia de direitos individuais e liberdades públicas, bem como passaram a nortear os rumos da família contemporânea, havendo uma “invalidação” da antiga estrutura.

Nesse sentido, Oliveira (2009, p.05) reitera que

Na Constituição de 1988 houve um alargamento no conceito de família, pois as relações monoparentais passaram a ser reconhecidas, assim como as uniões estáveis, apesar da lentidão das regulamentações em questões

jurídicas e também de sua interligação ao conservadorismo que imperava na sociedade, dificultava a ampliação dos direitos já reconhecidos na justiça.

Ademais, o controle de natalidade através dos métodos contraceptivos, a reprodução assistida, aumento do número de casais sem filhos, casamento entre idosos, a igualdade e emancipação dos filhos foram responsáveis também pelas novas configurações da família, dando início a uma nova divisão de papéis sociais entre homens e mulheres.

Oliveira (2009, p. 46) salienta que a situação atual da família também pode ser analisada a partir da transformação das formas da vida conjugal, dos modos de gestão da natalidade e no modo de compartilhar os papéis na família e a maneira pela qual a mesma é visualizada atualmente.

Pereira e Schimansk (2013, p. 17) enfatizam que

A possibilidade de escolha do companheiro ou companheira, a monogamia, a priorização dos afetos e sentimentos são marcas da consolidação da família moderna baseada no ideal do amor romântico. Tais elementos são visíveis nas famílias contemporâneas que se mantêm em um constructo institucional de família e torna-se referência também das relações conjugais contemporâneas, colocando em cheque as novas configurações familiares.

Dessa forma, a família deixa de ser chamada apenas de patriarcal e recebe novas denominações ou configurações, tais como: monoparental, homoafetiva, reconstituída ou recomposta e estendida, dentre outros. A família mesmo reconfigurada ainda continua sendo a célula principal da sociedade, local de intimidade e onde se espera o cultivo de laços afetivos propícios à criação e proteção de filhos, isto é, quando o casal os possui.

Segundo o Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), o retrato das famílias brasileiras hoje é visualizado da seguinte forma: Família unipessoal; Casal com filhos (nuclear); Casal sem filhos; Mãe (Pai) sem cônjuge; Mãe (Pai) com cônjuge, dentre outras formas de organização familiar. Desta maneira, o número de pessoas casadas corresponde a 56.435.000 as pessoas desquitadas ou separadas totalizam 253.000, as judicialmente separadas são 2. 809, 917, os divorciados correspondem a 5.019,321 pessoas e os viúvos totalizam 8. 063, 404pessoas. Estes números demonstram que as famílias ainda são constituídas na sua grande maioria pelo

casamento, porém o número de homens e mulheres descasados aumentou consideravelmente no país.

Para Oliveira (2009, p.26) a composição familiar

Pode variar em uniões consensuais de parceiros separados ou divorciados; uniões de pessoas do mesmo sexo; uniões de pessoas com filhos de outros casamentos; mães sozinhas com seus filhos, sendo cada um de um pai diferente; pais sozinhos com seus filhos; avós com os netos; e uma infinidade de formas a serem definidas, colocando-nos diante de uma nova família, diferenciada do clássico modelo de família nuclear.

De acordo com Christiano e Nunes (2013, p.06)

Na sociedade contemporânea encontram-se diversos arranjos familiares, o que conduz a seguinte reflexão: de que hoje não é possível considerar apenas um modelo familiar existente na sociedade. Reforçando a ideia de que não se pode mais falar em a família, mas sim, as famílias da sociedade brasileira.

Dessa maneira, Maluf (2010, p.42) reforça que a família na contemporaneidade é uma forma mais plural e menos conservadora, mais democrática e menos autoritária, mais humanizada e voltada para a valorização do homem e o respeito aos direitos humanos.

Para Sayar (2015, p.31), o reconhecimento jurídico da família como uma entidade plural, diversificada e aberta, no entanto, não ocorreu de modo imediato, mas gradativamente.

Este autor ressalta ainda que a realidade hoje expõe uns cem números de famílias que se distanciam do perfil tradicional. Por meio da mera observação social, verifica-se, por exemplo, a presença de famílias recompostas, monoparentais e homoafetivas, malgrado o não reconhecimento pelo direito de tais entidades.

Além da família tradicional ou patriarcal pode-se destacar a família monoparental, chefiada só por um dos genitores que criam filhos menores. A Constituição federal em seu Artigo 226 (§ 4º) a conceitua como uma “comunidade formada por qualquer um dos pais e seus descendentes” (BRASIL, 1988).

A família monoparental chefiada por mulheres é mais recorrente, que as chefiada por homens. Porque um grande número de mulheres separadas ou viúvas escolhem criar sozinhas seus filhos. Diferentes de alguns homens que optam por constituir um novo relacionamento e a partir daí criar os filhos oriundos do relacionamento anterior. Para Macedo (2008, p.389) falar em chefia feminina significa

entender que, atualmente, essa é uma situação vivenciada por mulheres pertencentes a diferentes classes sociais e, em especial, aquelas residentes nos grandes centros urbanos.

Nesse sentido, Santos (2008, p. 05) acrescenta que

Embora se constate uma maior incidência de chefia familiar feminina nos domicílios pobres, o fenômeno vem crescendo também nas camadas médias e altas. Lares chefiados por mulheres são muito heterogêneos e não podem receber a mesma categorização com relação à pobreza. No entanto, não se deve desconsiderar esta tendência nos estudos sobre pobreza e políticas sociais, pois este corte analítico pode colaborar para ressaltar a desigualdade de gênero e a pobreza diferenciada entre homens e mulheres.

No que concerne às famílias monoparentais chefiadas por mulheres Oliveira (2009, p.75) frisa que

Há ainda na sociedade contemporânea, o questionamento sobre a capacidade da mulher em cuidar de sua família, gerando sustento, e a capacidade do homem em administrar, com maior independência, havendo um estigma de que famílias monoparentais femininas não possuem condições de oferecer cuidados e proteção aos seus membros.

De acordo com o Censo do IBGE, por meio da PNAD, realizada no ano de 2010, no Brasil há um total de 73.143 mulheres sem cônjuge vivendo apenas com os seus filhos, concomitantemente há um total de 13.175 homens residindo também sem cônjuge e com seus filhos.

Nesse panorama e conforme dados do IBGE do censo referente ano de 2010, por meio da PNAD, considera-se que há um total 1.536, 403 de homens viúvos e um total de 16.078 homens sem cônjuge e com filhos no Brasil.

De forma particular ainda consoante o Censo do IBGE do ano de 2010, por meio da PNAD, nota-se no Estado do Amazonas um número de 5.006 morando em casas ou apartamentos com duas ou mais pessoas sem parentesco e ainda um total 711.935 pessoas domiciliadas com duas ou mais pessoas com parentesco.

Para Schimidit (2015, p.55) a família monoparental é

Uma novidade trazida pela Constituição Federal de 1988, no § 4º do art. 226. Foi o reconhecimento da família constituída por um dos pais e seus descendentes. Nessa espécie de família vigora o vínculo de parentesco entre ascendente e descendente. Com a consagração do reconhecimento da união estável e da família monoparental, a Constituição de 1988 rompeu definitivamente com o dogma da família matrimonial.

Este tipo de configuração familiar também é mencionado por Sayar (2015, p.31) ao que dizer que:

Pessoa nascida terá como parentes a mãe e o pai, de forma igual e autônoma. Essa autonomia é expressa pela Constituição, ao afirmar que a entidade familiar também é a comunidade formada por qualquer um dos pais e seus descendentes. O motivo dos filhos estarem com apenas com um dos pais não importa, a entidade formada por eles é considerada uma família.

Outra configuração familiar presente na sociedade brasileira contemporânea é a homoafetiva, a qual é formada por duas pessoas do mesmo sexo unidas por um relacionamento estável. Em que o casal se dispõe a adotar os filhos ou tentar a inseminação artificial.

Sobre esta configuração familiar Padilha (2017, p. 109) argumenta que

A família homoafetiva é aquela constituída por pessoas do mesmo sexo, seja por meio do casamento ou da união estável. Sendo a homossexualidade tão antiga como a própria humanidade, resta claro que a união homoafetiva sempre existiu como realidade fática, embora continue a ser ignorada por muitos que discutem o tema, ao se referirem a ela, como algo novo.

Segundo Schimidit (2015, p.63) as normas constitucionais repelem o preconceito e a família formada por casais homossexuais, paulatinamente, vem encontrando seu reconhecimento como entidade familiar.

Nesse sentido Santana (2015, p.0 9) reforça que

Nesse contexto de transformações na instituição familiar, surgiu a luta pelo reconhecimento da união homoafetiva, pessoas do mesmo sexo ligadas por um elo afetivo que juntas querem formar sua própria família, mas embora não esteja prevista na Constituição Federal, está amparada pelo princípio fundamental da isonomia e é uma realidade da sociedade contemporânea que já foi reconhecida pela doutrina e pela jurisprudência.

A família reconstituída, reconstruída ou recomposta é outra configuração que vem se mostrando cada vez mais presente na contemporaneidade. Tal configuração familiar é caracterizada por um casal que possui filhos de outro relacionamento, a união dos mesmos se dá por meio de uma união estável ou um casamento e por consequência formam uma nova família.

Para Fróes (2014, p.32) nas famílias reconstituídas “Pode haver a convivência de filhos vindos de relacionamentos anteriores, com os filhos havidos na relação atual,

todos considerados membros de uma mesma família, sem distinção, vivendo e convivendo em harmonia e resultando, assim, na família denominada mosaico”.

De acordo com o pensamento de Souza et al (2012, p.04) diante desses novos configurações familiares que se mostram no período contemporâneo.

A Constituição Federal no artigo 227 elenca proteção jurídica aos direitos da criança e adolescente no que diz respeito à convivência familiar e comunitária, centralizando a questão no direito que a criança tem que ser criada e educada pela família, principalmente pelos pais separados ou não, a qual é considerada a base da sociedade, dispondo da proteção do Estado, independentemente da forma como se apresenta na sociedade.

A configuração da família modificou-se, isto é um fato, no entanto sabe-se que para a sociedade de um modo geral a mesma encontra-se desestruturada, conceito este que não cabe mais para o período contemporâneo, porquanto vários autores das áreas jurídica e social elencam diversas formas ou configurações da família. A percepção de família desestruturada provém do modelo baseado na família tradicional patriarcal referendada há séculos. Nesse sentido, qualquer outra configuração familiar que se afaste do modelo denominado patriarcal é considerada desestruturado.

A família desestruturada para determinados grupos pode ser aquela se apresenta sem recursos materiais, ligada a ideia da pobreza, sem afetos e conflituosa (com violência familiar, uso de álcool e drogas e ausência de cuidados por partes de seus membros). Há que se comentar que, embora existam as novas configurações familiares o modelo patriarcal de família constituída pelo casamento e, por conseguinte pelo laço de sangue, a imposição do gênero e a transmissão de valores tradicionais. Nessa perspectiva, é considerada ideal pelo reordenamento social como uma espécie de padrão de família a ser seguido. Contudo, hodiernamente, não há como pensar em apenas a família e sim as famílias que estão postas com suas peculiaridades. O modelo tradicional não cabe mais para as famílias, pois cada grupo familiar apresenta sua configuração peculiar.

Dessa forma, Fróes (2014, p. 33) reforça que

A família mudou de um sujeito singular para uma imensidão de sujeitos plurais, uma vez que, atualmente, não se fala em direito de família e sim direito das famílias. O casamento não é mais a única forma de se dar origem a uma família, não há mais a necessidade de um casal para isso, e as uniões não precisam ser eternas. Assim sendo, não é difícil conviver, ter filhos ou mesmo amar mais de uma pessoa ao longo da vida.

Nesta mesma linha de pensamento é o que assevera Santana (2015, p.12) pois,

Hoje juntamente com o matrimônio, que por anos estabelecia a família até o momento chamada legítima, aumentou a Constituição Federal, no ano de 1988, a definição de família em admitir a monoparentalidade e a união estável como instituições familiares, e possibilita, também, por meio da averiguação de seus preceitos e o respeito aos direitos essenciais, os primeiros rudimentos, na verdade pátria, do desenvolvimento da família homossexual e da família formada nas condições intersexuais. Com isso, a família possui hoje muitas facetas.

Há também as famílias que são formadas por casais sem filhos, que se uniram em matrimônio ou em uma união estável. No período contemporâneo este tipo de configuração familiar tem se tornado uma realidade no país. Nesse aspecto Coelho, Souza e Silva (2020, p.58) reforçam que

A decisão voluntária de casais por não ter filhos foi propiciada por diversas transformações ao longo da história. Uma dessas transformações refere-se ao casamento e os seus significados. Antes engessado em padrões “moralistas” e ditos tradicionais, hoje o casamento ganha novos contornos, assim como o conceito de conjugalidade. Dessa forma, cada parceiro, ao entrar em um relacionamento, experimenta uma reconstrução de sua realidade individual, criando referências comuns e uma identidade conjugal.

Assim sendo, as famílias contemporâneas modificaram-se de forma geral e adquiriram novas configurações, pois o que unia as pessoas décadas passadas, o casamento, não é mais condição *sine qua non* para a existência de laços familiares. Há que se destacar que as pessoas passaram a constituir relacionamentos duradouros através do afeto.

A paternidade e a maternidade ganharam novas nuances para consolidação deste referido afeto, primordial para as relações familiares contemporâneas. A junção de patrimônios e casamento por conveniência perderam o sentido e a visibilidade nas relações entre homens e mulheres. Os filhos legítimos e ilegítimos lograram os mesmos direitos, porquanto as alterações na legislação brasileira favoreceram tais direitos. Dessa maneira, as mudanças sociais ocorridas no período contemporâneo também foram os circunspectos pelas mudanças na família.

1.2 As relações entre família e escola no desempenho do papel educativo

As relações entre a família e a escola foram se redefinindo ao longo do período contemporâneo, isto deve-se ao fato de que as duas instituições sofreram mudanças históricas e sociais. As reorganizações históricas sofridas pela família, comentadas anteriormente, contribuíram para que a escola percebesse a necessidade de um estreitamento de laços entre as duas instituições.

A família como célula mater tem um papel fundamental na escolaridade e na formação básica dos indivíduos, a mesma complementa a função educacional desenvolvida pela escola. Nesta perspectiva, Schimidt (2015, p.74) pondera que a educação dos filhos se principia no lar. Os pais são os primeiros educadores, na tarefa de apontar o caminho e, na medida certa, impor limites. Oliveira (2009, p.77) também acrescenta que não podemos negar a importância da família, onde os sujeitos irão desenvolver suas primeiras experiências enquanto membros da sociedade.

No campo conceitual, segundo Oliveira e Araújo (2010, p.100), a família é

Considerada a primeira agência educacional do ser humano e é responsável, principalmente, pela forma com que o sujeito se relaciona com o mundo, a partir de sua localização na estrutura social. Entretanto, na sociedade contemporânea este papel de agência educacional não se cumpre para muitas crianças, porque a família tem sido local de abusos e desproteção.

Os pais ou responsáveis dos estudantes têm um papel importante na educação dos filhos, pois a escola sente a necessidade de que haja um acompanhamento mais próximo da escolarização dos estudantes. No entender de Souza (2017, p.59) mesmo não sendo a responsável pela aprendizagem escolar, a família precisa estar ciente da necessidade da sua participação ativa e colaboração com a escola no processo educacional.

Conforme Silva e Ferreira (2014, p.08) a família tem o papel mais importante na formação/educação da criança ou adolescente, porque sempre estiveram presentes em suas vidas, desde os primeiros anos de vida.

Ainda que reconheçam a importância no processo de escolarização dos filhos, há alguns fatores que dificultam o envolvimento dos pais ou responsáveis, tais como a pobreza, a falta de tempo, ausência dos pais nas atividades da escola. Entretanto, Picanço (2012, p.41) destaca que

A importância da participação dos pais na vida escolar dos filhos tem apresentado um papel importante no desempenho escolar. O diálogo entre a família e a escola, tende a colaborar para um equilíbrio no desempenho

escolar. O envolvimento dos pais com a escola deve favorecer a reflexão de diferentes aspectos pedagógicos e psicológicos dos seus filhos, com vista a melhorar, de modo efetivo, o seu desempenho escolar

Hodiernamente, a escola é uma instituição que se propõe a contribuir na formação integral do ser humano. Repassando-lhe os conhecimentos necessários para que os estudantes se desenvolvam profissionalmente. Como claramente explica Reis (2015, p. 32)

A escola pode ser considerada como uma instituição que compõe o sistema de ensino e é responsável pela formação básica do cidadão, compreendendo, assim: o desenvolvimento da capacidade de aprender com vista à aquisição de conhecimentos e habilidades, a formação de atitudes e valores, a compreensão do ambiente natural e social, além do fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

Portanto, ainda que a nova relação estabelecida crie uma confusão de papéis entre a família e escola, as mesmas cooperam hoje para a formação integral do indivíduo. Contudo, a escola vem assumindo responsabilidades que seriam pertinentes à família. As razões para a ocorrência de tal fato são múltiplas.

Dessa maneira, Nogueira (1998, p.100) considera também que

O fato de que a escola, na atualidade, para além das funções tradicionais relativas ao desenvolvimento cognitivo do aluno chama para si ainda certa parte de responsabilidade pelo bem estar psicológico e pelo desenvolvimento emocional do educando.

Com a inserção das crianças nas escolas houve um marco na mudança das relações familiares, as mães foram obrigadas a colocar os filhos em instituições educacionais, pois não tinham com quem deixá-los para cumprir a jornada de trabalho. Por conseguinte, a própria dinâmica familiar sofreu modificações.

Para compreender melhor este contexto Nogueira (2006, p.06) pondera que

Ao lado desses fenômenos, modificações importantes atingiram também o sistema escolar e os processos de escolarização. Sob o peso de fatores como as legislações de extensão da escolaridade obrigatória, as políticas de democratização do acesso ao ensino, a complexificação das redes escolares e a diversificação dos perfis dos estabelecimentos de ensino, as mudanças internas nos currículos, nos princípios e métodos pedagógicos, é todo o funcionamento das instituições escolares que passa a influenciar intensamente o dia-a-dia das famílias.

Assim, ao inserir os filhos na escola os pais acabaram por assumir mais funções, pois as instituições de ensino passaram a exigir a participação e a colaboração dos genitores dos alunos para poderem cumprir o seu papel social na formação dos indivíduos. Dessa maneira, foi necessária uma maior aproximação da família e da escola.

Há que se comentar que, no Brasil existiram razões históricas para os primeiros movimentos de aproximação da escola com as famílias ocorressem e eles se deram a partir de um movimento denominado Escola Nova e também pela ação de médicos higienistas. A Escola Nova teve como principais representantes Armanda Álvaro Botelho, Cecília Meireles e o padre Leonel Franca, Anísio Teixeira e Lourenço Filho. Estes representantes criaram o Círculo de pais, a Seção de cooperação da família, publicaram obras voltadas para a educação e a fundação da Escola Merity por Armanda Álvaro Botelho. Esses movimentos tinham como objetivo educar, instruir e civilizar o povo brasileiro.

No que se refere aos médicos higienistas, estes propuseram ao governo reformas nos serviços de saúde, a fim de implementar hábitos de higiene para a população. Os higienistas tiveram a preocupação de aproximar a instituição escolar com as famílias dos estudantes.

A escola foi percebida como meio favorável para colocar em prática as ações sugeridas pelas reformas, pois a educação seria uma boa propagadora dos bons hábitos e costumes. Alguns acontecimentos na área da saúde afetaram uma parte da população, dentre eles: a gripe espanhola em 1910, com as altas taxas de mortalidade e morbidade infantil no país, as péssimas condições de higiene das moradias, como nos cortiços, por exemplo, e estes foram os principais responsáveis para tais reformas.

Diante destas considerações feitas, as primeiras aproximações das famílias com a escola segundo Campos (2011, p. 13 -14) datam de uma época (final do século XIX e início do XX) em que

O envolvimento das famílias com a educação dos filhos representava a adoção e a implementação de certas medidas adotadas naquele contexto, como as ideias do movimento escolanovista, higienista, católico, ou até mesmo nos preceitos de civilizar o país por meio da educação. O que prevalecia nesse tipo de relação não era a preocupação em propiciar uma verdadeira integração entre educadores e pais, de modo que ambos trabalhassem em conjunto na educação das crianças. O objetivo maior era civilizar, instruir e normalizar os padrões familiares para o progresso do país. A família era o meio mais eficaz para garantir a implementação e a propagação das novas políticas de saúde e educação.

A aproximação entre a família e a escola sugerida desde a criação da Escola Nova ainda persiste por décadas, sendo que na contemporaneidade esta aproximação é mais enfatizada pelas duas entidades, para que haja sucesso no processo de educar os estudantes.

Essa aproximação trouxe expectativas tanto para a família quanto à escola. No que se refere às famílias observa-se que as mesmas delegaram em parte suas funções familiares ao campo educacional. Simultaneamente, a escola também criou expectativas em relação às famílias. No entanto, alguns fatores dificultaram a aproximação de pais e professores, tais como: a ausência da parceria entre as famílias e a escola em determinados momentos, houve um movimento de culpabilização entre pais ou responsáveis e professores, por consequência uma relação conturbada entre as duas instituições, a escola assumiu funções familiares, por conseguinte perdeu a sua função de ensinar, o rompimento dos valores tradicionais das famílias, dentre eles pode-se citar respeito e solidariedade e esse rompimento se refletiu na escola por atitudes de violência contra professores e alunos.

Segundo Stecanela (2018, p.935)

[...] as famílias delegam à escola e aos professores a educação dos filhos; os professores sentem-se pressionados em seguir orientações legais e pedagógicas, ao mesmo tempo em que são requisitados para investir em uma educação voltada para a cidadania, a qual resistem atender. Os alunos, por sua vez, requerem uma escola que atenda suas expectativas, tanto no desenvolvimento das competências cognitivas, como nas competências sociais e de modo prazeroso, já que a escola é a instituição onde têm o direito de estar e a obrigação de permanecer por pelo menos 14 anos de seus percursos de vida.

A respeito da aproximação da família com a escola destaca Oliveira (2015, p.45) que

A escola se aproxima da família, ainda que de maneira muito modesta, para conhecê-la. Esta aproximação ocorre através dos diferentes agentes educacionais (diretores, coordenadores e professores) que obtêm conhecimento das situações que o aluno passa em seu ambiente familiar, como desemprego, divórcio, brigas e outros diferentes tipos de problemas familiares.

Todavia, a aproximação da escola com a família tornou-se tão necessária que passou a se constituir como uma relação, porquanto a contemporaneidade e todas as condições históricas existentes passaram a exigir uma atenção mais especial das

famílias em relação à escola. Logo, o processo de escolarização dos filhos trouxe a necessidade do conhecimento do sistema escolar por parte dos pais. Nesse sentido, nota-se que a família foi solicitada a apoiar e a participar mais do desempenho escolar dos filhos.

Leite (2015, p.60) destaca que

A importância da parceria família e escola em todos os aspectos seja através do papel que deve exercer os pais na escolarização dos filhos ou do olhar docente sobre o fracasso escolar, onde este repense de maneira mais reflexiva sua prática pedagógica diante das dificuldades que surgem no âmbito escolar, devido às transformações ocorridas no ensino.

A escola como instituição social tem como função de ensinar, transmitir conhecimentos e colaborar para a formação integral dos indivíduos da sociedade, a mesma também pode desempenhar um papel transformador na realidade dos estudantes. Dessa maneira, Souza (2017, p. 60) reforça que

A escola, sem deixar para segundo plano sua função de possibilitar ao aluno a aproximação e apropriação dos conhecimentos científicos, historicamente construídos, é a instituição que reúne todas as condições para estabelecer com a família um modelo de educação colaborativa no qual se deve envolver pais, professores e alunos.

Ademais, cabe à escola dar os primeiros passos para que sejam preenchidas as lacunas existentes entre a família e a escola, transformando a educação em um processo de socialização, favorecendo o envolvimento parental no ambiente escolar.

A esse respeito Campos (2011, p. 04) discorre que

Com a transferência da educação familiar para a escolar, os discursos educacionais se ampliaram e progressivamente novas temáticas e políticas foram adotadas. A família perdeu a sua função de educar, mas, com as ideias de uma escola e uma pedagogia renovadas, a família reapareceu com o intuito de colaborar com a educação dos filhos. Para que realmente o lema de “instruir e civilizar” por meio da educação se efetivasse, a família não poderia ficar isolada do processo educativo. Foi por intermédio do movimento escolanovista e higienista que a aproximação da escola com a família se destacou.

Corroborando com este pensamento Souza (2017, p.62) reitera que a família está transferindo sua função social, em termos de formação dos filhos, para a escola. Com isso a própria escola às vezes chega a perder o seu foco e a família a sua função.

Dessa forma, a relação da escola com a família na contemporaneidade vem sendo construída de diferentes formas. No início os pais não eram admitidos na instituição escolar, tinham uma participação ínfima. Com as modificações sociais

sofridas pelas famílias alterou o cenário da relação da escola com as famílias. Nesse sentido, Nogueira (2005, p.570) destaca que

Desde meados do século XX, especialmente em suas últimas décadas, novas dinâmicas sociais vêm afetando, ao mesmo tempo, a instituição familiar e o sistema escolar, levando ao aparecimento de novos traços e desenhando novos contornos nas relações entre essas duas grandes instâncias de socialização.

No decorrer das décadas, contudo a escola exigiu uma aproximação com as família, principalmente a partir da década de 1920 com a criação do movimento da Escola Nova e as reformas propostas na área da saúde pelos médicos higienistas, como já citados anteriormente.

Isto posto, Nogueira (2012, p.120) reforça que as escolas vêm colocando na pauta a necessidade de uma maior aproximação com a família, o que pode ser visto através das ações indicadas pelas políticas públicas para a educação, no Brasil e no exterior. Para uma melhor compreensão deste contexto contemporâneo sobre a família Schwertner (2013, p. 08) destaca que

Esse sentimento moderno de família estabeleceu novas preocupações dos pais para com seus filhos e isso correspondeu à ascensão da escola e sua importância na vida das crianças. Percebemos que as duas instituições – família e escola –, historicamente, uniram-se em torno de um sistema de ensino focado na moralização e nas boas maneiras das crianças.

A escola e a família são consideradas os alicerces para a educação dos estudantes, ambas devem ser complementares. Picanço (2012, p.52) reforça que

A necessidade de se construir uma relação entre escola e família deve ser para planejar, estabelecer compromissos e acordos mínimos para que o educando/filho tenha uma educação com qualidade tanto em casa quanto na escola. Ainda de acordo com a autora cabe à escola dar o primeiro passo no sentido de preencher a lacuna existente entre as famílias e a escola e as comunidades.

Nesta perspectiva Cintra (2014, p.13) ressalta que, a escola e família configuram-se como duas grandes instituições socializadoras, cada uma a seu modo e dentro de suas possibilidades e limitações influenciam o desenvolvimento escolar e pessoal dos sujeitos.

Contudo, com o estabelecimento da relação da escola com a família houve uma confusão de papéis entre as duas instituições sociais. É o que asseveram Silva e Ferreira (2014, p. 8) ao argumentarem que

A educação não é apenas responsabilidade da escola, engloba também o Estado, a família e a sociedade, pois juntos devem trabalhar em prol da formação do indivíduo. Diante disso, a escola precisa se preocupar também com o convívio do aluno fora das instalações escolares, procurando elaborar ações que envolvam um trabalho coletivo entre todos os responsáveis pela educação.

A articulação entre a escola e a família poderá auxiliar a superar as dificuldades e ajudará na aquisição de novos hábitos de estudo ao longo da escolaridade dos estudantes. E esta articulação também possibilitará aos pais ou responsáveis refletir melhor sobre o trabalho dos docentes. Assim, colaborando para a melhoria nos resultados educacionais.

Cabe destacar que, o papel dos pais e responsáveis na escolarização dos filhos é essencial para que haja uma relação mais próxima ao acompanhamento do desempenho escolar. E partindo desta premissa, a escola perceba que não caminha sozinha no processo de educar.

De acordo com Picanço (2012, p. 22)

Os pais têm um papel muito importante no apoio ao processo educativo, realizado em casa. Este conceito significa não só o envolvimento direto dos pais no ensino da leitura e da escrita, mas também na fixação de rotinas de estudo. Hábitos de trabalho, atitudes favoráveis à aprendizagem e criação de um ambiente favorável ao estudo e à curiosidade intelectual.

Ademais, para que o processo educacional aconteça e a relação entre a escola e a família seja fixada em bases sólidas é necessária a compreensão de que todos são responsáveis pela escolarização, ou seja, são os atores da educação devem estar envolvidos. Isto é, além dos pais ou responsáveis, os profissionais da educação são as peças-chave neste processo. Os mesmos têm a responsabilidade de orientar e acompanhar os estudantes de forma plena. Portanto, o processo de escolarização não acontecerá se todos os envolvidos não reconhecerem a importância de cada um, criando assim uma rede de relações onde todos se conectam e ajudam-se mutuamente.

Para Nogueira (2006, p.158) este contexto consiste

No intenso processo de aprofundamento dos laços que unem essas duas instâncias de socialização infantil e juvenil que são a família e a escola, cujas esferas de atuação passaram a se intersectar, com a escola reconhecendo cada vez mais na família um parceiro importante — bem mais do que no passado — para a realização de suas finalidades de formação.

Sobre a importância do estabelecimento de uma relação entre a escola e a família Reis (2013, p.33) explica claramente que

É inegável a importância que a família e a escola têm no processo de desenvolvimento do indivíduo, contribuindo para a inserção social, política e educacional, em atuação direta na formação do cidadão. Ambas surgem como instituições fundamentais na mobilização de processos evolutivos do sujeito. Portanto, é relevante que elas, numa relação de interdependência, mantenham um diálogo que as possibilitem garantir o desenvolvimento integral da pessoa.

No que diz respeito aos atores da educação Libâneo, Oliveira e Toschi (2002, p.247) observam que a escola não é apenas um espaço físico, com boa estrutura e organização, possui também os agentes que atuam para o melhor desenvolvimento do projeto político pedagógico da escola.

Nesta mesma linha de raciocínio Silva e Ferreira (2014, p. 9) observam que

Os atores da escola têm como foco analisar o papel ativo dos sujeitos na estruturação dos espaços, tempos e atividades escolares, visando uma boa relação com a instituição escolar com sociedade. Possuem a capacidade de produzir e transformar, e não somente de se adaptar e reproduzir. Este profissional deve estar capacitado não apenas para ministrar aulas, mas sim, contribuir na construção do ser social dos alunos.

A escola na contemporaneidade expressa determinadas dificuldades no que se refere ao envolvimento com as famílias. Há elementos que de certo modo dificultam a frequência escolar dos estudantes tais como: as condições financeiras das famílias são precárias, a violência doméstica, a violência juvenil, o uso de álcool e drogas pelo estudante, a necessidade do jovem trabalhar para ajudar no sustento de sua família e a falta de acompanhamento escolar por parte das famílias. Há uma desvalorização do trabalho dos professores. Por outro lado, a escola desenvolve ações ineficientes no sentido de estabelecer uma relação mais próxima com as famílias dos estudantes, principalmente com aqueles que apresentam índices de desempenho escolar baixo e que são os que mais necessitam de uma atenção maior por parte do corpo escolar.

É importante destacar que é necessária uma boa relação entre escola e a família, para isso a construção de laços entre elas é fundamental. Sobre este aspecto Silva e Ferreira (2014, p.22) discorrem que

O primeiro espaço que deve ser alcançado é o ambiente familiar, pois a família tem o papel mais importante na formação/educação da criança ou adolescente, porque sempre estiveram presentes em suas vidas, desde os primeiros anos de vida. Muitos pais e/ou responsáveis legais, acham que sua participação na escola é somente comparecer às reuniões para pegar o boletim escolar, não sabendo que é primordial seu interesse no desenvolvimento escolar e pessoal do filho.

Segundo Oliveira (2015, p.69)

A criação de uma cultura que valorize o esforço, a perseverança e a motivação; e a construção de laços estreitos entre as famílias, os professores e as comunidades locais para garantir que a desvantagem socioeconômica não impeça que esses alunos atinjam patamares educacionais mais altos.

A escola necessita criar formas de participação da família nas escolas utilizando ações que estabeleçam e favoreçam a aproximação e concomitantemente que haja por parte da escola um reconhecimento da importância das famílias nas atividades escolares. Entretanto, nota-se que determinadas atividades desenvolvidas na escola são barreiras para uma boa relação entre a escola e a família, porquanto da forma como são desenvolvidas tornam-se ineficazes.

Neste sentido Picanço (2012, p. 27) explana que

A escola deve oferecer uma maior variedade de modalidades de envolvimento parental, uma vez que a participação de algumas famílias se apropriará melhor a um tipo ou outro de modalidade. Sabendo-se que a maioria dos programas de envolvimento das famílias é mais acessível aos pais de classe média, é necessário e urgente ir ao encontro de estratégias que facilitem a participação de famílias pertencentes a classes socioeconômicas baixas.

Conforme Ribeiro (2004, p.68), a relação família e escola pode ser considerada como um termo enganador, pois para a autora o que há na verdade é um encontro de agentes escolares e as mães.

As famílias deverão ser trazidas para participar da escolarização dos filhos por meio de atividades como o Dia da família na escola², criado pelo Governo Federal em 2001 que poderia ser um espaço propício de conhecimento mútuo, reunião de pais com horários flexíveis que favorecessem a participação de pais ou responsáveis que tem ocupações diversas e não tem um horário flexível para ir à escola quando são convocados. Corroborando com esta assertiva Demétrio (2019, p. 26) afirma que

É necessário ter mais estratégias nesse sentido, uma vez que as famílias ao adentrarem as escolas levam também suas perspectivas quanto à escolarização dos seus filhos, que muitas vezes são frustrantes, já que não conseguem acompanhar as aspirações escolares, o que gera conflitos entre a família e a escola e um distanciamento.

As famílias pode trazer grandes contribuições para o sucesso escolar dos filhos quando reconhecem a importância da escola e tentam na medida do possível estabelecer uma relação mais próxima com a escola. No que tange a este ponto de vista Nogueira (2006, p.156) reitera que a família vem penetrando crescentemente os espaços escolares, a escola também, por sua vez, alargou consideravelmente sua zona de interação com a instituição familiar.

Diante disto, Abdulmassih e Santos (2019, p. 9) observam que

A escola se dedica ao processo de aprendizagem coletivo, onde todos têm esse direito; porém, esse não é o dever apenas da referida instituição, posto que a família tem a obrigação de estar presente. Os alunos precisam desse apoio para se sentir seguros e se desenvolverem pessoal e socialmente. Contudo, os cenários observados nas escolas são bem diferentes do que se espera nessas situações. Com isso, escola e família devem trabalhar em conjunto, traçar critérios e princípios, além de formar cidadãos críticos e capazes de desafiar as dificuldades que surgem na sociedade.

Entretanto, uma das dificuldades na aproximação da escola com a família, seria a falta de conhecimento da realidade familiar dos estudantes por parte dos professores.

A esse respeito, Junges (2015, p.44) acentua que

Não parece, portanto, haver um movimento na escola no sentido de compreender a realidade vivida por seus alunos e famílias. A assimetria nesta relação tende a perpetuar as dificuldades de construir uma aliança eficaz com

² A Campanha Dia Nacional da Família na Escola teve início no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, no ano de 2001, veiculada ao Programa Acorda Brasil. Está na hora da escola! O objetivo da Campanha foi sensibilizar a sociedade para a importância da integração entre família e escola na educação dos alunos e impulsionar esta aproximação respeitando tanto a realidade das famílias quanto a das escolas, considerando que esse processo precisa ser trabalhado ao longo do tempo e no cotidiano. (KLAUSS, 2004, p. 22-23).

a família a fim de favorecer melhor envolvimento do aluno no espaço acadêmico.

De acordo com o pensamento de Souza (2017, p. 56)

[...] é fato que existe a dificuldade no relacionamento entre escolas e famílias. Algumas escolas conseguem maior aproximação e parceria dos pais/familiares, porém faltam estratégias eficientes para manter esse relacionamento e fazer dele uma prática natural colaborativa entre os dois contextos.

A escola precisa reconhecer a necessidade de uma aproximação com as famílias, e a partir deste reconhecimento pensar em ações que poderão construir uma relação profícua de parceria entre estas instituições sociais.

Assim, Santana e Guilherme (2012, p.18) acrescentam que

A escola deve estabelecer com as famílias uma relação construtiva, proporcionando um clima de respeito e cumplicidade, buscando em conjunto estratégias (ações concretas e alcançáveis), consideradas necessárias para a aprendizagem do educando.

Uma das ações primordiais seria verificar junto a família quais elementos dificultam a frequência escolar dos estudantes, pois o discente afastado da escola por qualquer razão traz situações negativas de fracasso escolar além de diminuir os índices educacionais. O acompanhamento dos estudantes com problemas de frequência precisa ser constante, porque a escola falha quando não observa as causas que levam a infrequência dos mesmos.

Costa et al (2015, p.02) apontam que o problema da infrequência abarca diversas causas

Como problemas particulares, econômicos, familiares, dificuldades de relacionamento, de aprendizagem, desmotivação, aspectos físicos e organizacionais da escola. Essas causas apontam para a forma como os alunos encaram essa diversidade de causas e como elas serão traduzidas para o ambiente escolar, revelando um dos grandes desafios para a melhoria da qualidade do ensino nas escolas públicas do Brasil.

Há também um movimento de culpabilização mútuo por parte da escola e da família. A escola cobra a presença dos pais ou responsáveis, no entanto os momentos de aproximação entre estas instituições geralmente são realizados por meio de

reuniões de pais. Por outro lado, os pais evitam ir à escola, pois sabem que irão ouvir reclamações a respeito dos filhos em seu rendimento escolar. Alguns genitores não internalizam a importância da escola para a vida futura de seus filhos. A escola deve estar atenta a este princípio e trabalhar com as famílias de estudantes que apresentarem problemas escolares como o baixo desempenho escolar, a indisciplina ou envolvimento com drogas, por exemplo.

Nesse contexto Costa et al (2015, p. 133) ressaltam que

A ausência da família na escola, como também no acompanhamento da vida dos filhos, é preocupante, já que a família representa a primeira fonte de informações e representações sobre o mundo e referência de socialização. Isso reflete o quadro de violência presenciado nas escolas: agressões verbais e físicas, desrespeito e desinteresse pelos estudos. Essa ausência sinaliza as dificuldades de pais em conciliar as obrigações do mundo do trabalho com a administração do lar; conseqüentemente, isso, muitas vezes, ocasiona a postura de transferência de obrigações, ao alegarem que cabe somente à escola a responsabilidade de educar os filhos.

A escola por meio de seu corpo docente poderia pensar em atividades pedagógicas que deveriam ser desenvolvidas na escola tais como: rodas de conversas, premiações para os estudantes com entrega de medalhas ou certificados com a presença dos pais ou responsáveis, visitas aos domicílios dos estudantes, criação de horários alternativos de reuniões, porque os que são oferecidos pela escola não condizem com a realidade da família, pois muitos genitores trabalham em locais que não podem estar se ausentando do trabalho. A escola de uma maneira geral tem um discurso que os pais ou responsáveis não dão a devida importância para os eventos escolares, tais com a reunião de pais.

No que se refere às rodas de conversas, poderão ser realizadas com as famílias pelo menos uma vez por mês ou a cada semestre na escola, com objetivo de discutir com os pais ou responsáveis a valorização da escola pelo estudante. Esta atividade poderá sugerir aos genitores e responsáveis a importância de realizar também ações de conscientização em seus lares que favorecerão o bom desempenho escolar de seus filhos. Essas ações podem ser denominadas como conjunto de práticas socializadoras entre a escola e a família e visam melhorar o quadro de fracasso escolar.

Seguindo este ponto de vista Picanço (2012, p.51) infere que:

A escola deve oferecer uma maior variedade de modalidades de envolvimento parental, uma vez que a participação de algumas famílias se apropriará melhor a um tipo ou outro de modalidade. Sabendo-se que a maioria dos programas de envolvimento das famílias é mais acessível aos pais de classe média, é necessário e urgente ir ao encontro de estratégias que facilitem a participação de famílias pertencentes a classes socioeconômicas baixas [...].

Dessa maneira, Chechia e Andrade (2005, p.431) pontuam que

[...] para a escola, os pais não têm apenas que estar presentes, mas devem também assumir o papel ativo no cotidiano escolar dos filhos. O apoio e a participação dos pais na vida escolar dos filhos colaboram com a escola no sentido de se obter um trabalho de classe mais equilibrado.

Há um esvaziamento na escola em dias de reuniões de pais, porquanto os pais ou responsáveis que comparecem são os de estudantes que apresentam bom desempenho escolar. O corpo escolar precisa estar atento a esta realidade e de sobremaneira observar por quais razões os genitores de estudantes com baixo desempenho escolar não estão presentes quando são solicitados.

Sobre este ponto Cicco (2017, p.101) evidencia que

Toda e qualquer ação pedagógica requer a participação e a colaboração de toda a comunidade escolar, incluindo a Família. No entanto, devido a inúmeras razões tais como: a disponibilidade de tempo, fatores externos, preocupação ou importância dada às questões acadêmicas e valores associados, entre outros, essa participação é por vezes, esvaziada.

Ainda nesta mesma linha de pensamento Oliveira (2015, p.56) infere que

[...] um dos espaços em que a relação escola-família pode se tornar mais estreita, mas também o local onde podem ser legitimadas as diferenças de saberes e poderes e, como consequência, se configurar como um espaço de tensões, é a reunião de pais.

Comasseto e Eidit (2012, p.02) argumentam que

Na organização escolar há um preceito pedagógico moderno que defende a necessidade do conhecimento da realidade do aluno para que ele evolua em seus conhecimentos. Por outro lado, existe a flagrante dificuldade da escola em trazer para o ambiente educativo essa realidade.

Ademais, há que se comentar que a escola precisa pensar na possibilidade de estreitamento de laços com as famílias, para atingir os objetivos educacionais que lhe são impostos. A família poderá ser importante aliada da escola. No tocante ao

estreitamento de laços Nogueira (2006, p.09) destaca que a família vem penetrando crescentemente os espaços escolares, a escola também, por sua vez, alargou consideravelmente sua zona de interação com a instituição familiar.

A afetividade na educação pode ser construída nas relações entre os estudantes e professores para que o trabalho escolar caminhe de forma mais harmônica. O estudante traz para a sala de aula situações externas que corroboram para dificultar o trabalho desenvolvido pelos professores. Romanelli (2016, p.13) salienta que

Afetos não estão presentes unicamente na família, mas expressam-se nas relações vividas no espaço escolar, entre professores e alunos, entre estes e os demais agentes escolares, entre colegas e afetam os vínculos entre todos que ocupam os estabelecimentos de ensino.

Uma equipe multidisciplinar poderá ser criada na escola para verificar e pontuar quais as reais necessidades dos estudantes em relação ao ambiente escolar. A escola ainda peca muito no que se refere ao acompanhamento do seu corpo discente.

Neste aspecto, Silva e Ferreira (2014, p.12) salienta que, a equipe multidisciplinar terá, dentre suas funções

[...] a atribuição de analisar e diagnosticar as causas dos problemas sociais detectados em relação aos alunos, nas escolas frequentadas por estes, objetivando atuar nessas questões preventivamente, de forma a saná-las ou atenuá-las. Com isso, faz-se necessário uma luta contínua por conquista de uma equipe multidisciplinar no espaço da educação, mais precisamente, na escola, com o intuito de mostrar a sociedade que a sua atuação é necessária para proporcionar uma educação de boa qualidade, e formar cidadãos autônomos e reconhecedores dos seus direitos. Visando não apenas os aspectos econômicos do país, e sim, na mudança e transformação do ser humano capitalista, tornando-o um ser social, crítico e reflexivo

Dessa forma, a falta de aproximação entre a escola e a família poderá ser reduzida, é necessário que haja a compreensão das duas instituições que o trabalho em conjunto fortalece laços e viabiliza resultados positivos para ambas no que tange ao acompanhamento escolar dos estudantes. Assim, haverá também a minimização do discurso que a escola não tem proximidade com a família, os índices de baixo desempenho escolar diminuirão, o confronto entre professores e pais ou responsáveis será reduzido com o fortalecimento das relações, as famílias dos estudantes sentir-se-ão mais ouvidas e valorizadas pela instituição escolar.

1.3 Enquadramento legal da responsabilidade da família no acompanhamento de estudantes do ensino médio

Estudar sobre o acompanhamento escolar é revisitar um tema bastante explorado na literatura educacional, qual seja, o tema das relações entre a família e a escola. Sendo assim, faz-se importante a revisão das bases legais que estabelecem direitos e deveres e regulamentam a relação entre a família e a escola pública, com foco no ensino médio.

No plano conceitual, Freire (1997, p.24) assinala que ensinar

[...] exige respeito à autonomia do ser do educando. Outro saber necessário à prática educativa, e que se funda na mesma raiz que acabo de discutir – a da inconclusão do ser que se sabe inconcluso –, é o que fala do respeito devido à autonomia do ser [...].

O termo acompanhamento escolar não é mencionado na legislação educacional, mas é a terminologia mais recorrente utilizado nas escolas estaduais de Manaus.

Pode-se considerar que o fundamento primário, em âmbito legal, para o acompanhamento escolar, é o dever da família para com a educação de seus dependentes, estabelecido na Constituição Federal de 1988, no Art. 205: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Cabe destacar que, a Constituição Federal de 1988, ao estabelecer este dever que poderá ser compartilhado pelo Estado e a família, tem como objetivo a garantia do direito à educação básica às crianças e aos adolescentes.

A Constituição de 1988 traz contribuições necessárias para reforçar o dever compartilhado entre o Estado e a família, visando garantir o direito a educação dos jovens. E este documento serviu como base legal para a criação de outros como o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n.9394/1996 e do Estatuto da Juventude sancionado em 2013. Responsáveis por nortear as políticas públicas da área educacional na contemporaneidade.

A Lei 8.069/1990 que estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (BRASIL, 1990) também traz dispositivos que tratam da responsabilidade da família na garantia dos direitos dos indivíduos entre 12 e 18 anos de idade. Sabendo que parte considerável dos estudantes do ensino médio se encontram nesta faixa-etária, e, portanto, amparados por este Estatuto, cabe destacar o previsto no Art. 4º do ECA.

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Há também no ECA em seu Artigo 55 um reforço para responsabilização da família em relação ao acompanhamento dos filhos ao garantir que os pais ou responsável têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino.

O Estatuto da Criança e do Adolescente é um documento legal que contribui para responsabilização da família em relação à educação, porém antes de sua criação sabe-se que crianças e adolescentes não tinham um dispositivo legal que os amparassem em relação aos seus direitos. As legislações anteriores eram denominadas de Códigos.

Em 1927 foi criado o primeiro Código de Menores, uma das primeiras legislações do século XX que tratam da questão da infância e adolescência infratora e pobre, também conhecido como Código Melo Matos. O presidente Washington Luís autoriza a criação de políticas de proteção e de assistência ao menor abandonado e delinquente, porém são associados a estas políticas estratégias de assistência e repressão. De acordo com Cossentin e Lara (2016, p.117) o Estado atuava no sentido de tomar para si a tarefa de educar/corriger o comportamento de adolescentes e crianças de famílias das classes subalternas da sociedade. Esta legislação foi substituída pela lei nº 6.697/79, denominada Código de Menores de 1979.

O Código de Menores de 1979 antecedeu o ECA e tinha características de assistencialismo, repressão e desobrigação do Estado, no que se refere ao estabelecimento de direitos para crianças e adolescentes. Nesse sentido, tinha apenas aspectos mais punitivos não servia como amparo legal para a implementação das políticas públicas voltadas para a área de proteção na infância e adolescência, pois era utilizado para menores com situação irregular com a justiça. O Estatuto da

Criança e do Adolescente traz para a legislação brasileira não apenas o aspecto punitivo, mas também o protetivo.

Segundo Cossentin e Lara (2016, p.123) no Código de Menores de 1979

[...] as crianças e os adolescentes pobres configuram-se em estado de situação irregular, fora da situação de normalidade. Seguindo a mesma concepção do Código de Menores de 1927, mantinha-se a separação nítida entre infância e os denominados de menores. A criança e o adolescente só adquiriam visibilidade e notoriedade social ao estarem à margem da situação estabelecida como normalidade, configurando-se, por parte do Estado, a mesma estratégia de controle e de assistencialismo designada às populações mais carentes.

Ainda conforme Cossentin e Lara (2016, p.123)

[...] As políticas propostas pelo Estado para os considerados em situação irregular deveriam propiciar a correção dos desajustados socialmente, assim como prevenir e assistir o menor para que ele não se distanciasse do processo considerado adequado para seu desenvolvimento e comportamento.

A proteção assegurada pelo ECA é reforçada pela criação da Lei 12.852/13 que institui o Estatuto da Juventude, no governo de Dilma Roussef, esta legislação traz o jovem com maior visibilidade para o campo das políticas para a Juventude e reforça a ideia da emancipação e autonomia. Como sujeito de direitos, porém ao mesmo tempo com um caráter emancipatório e participativo na construção dos seus direitos.

Em relação ao Estatuto da Juventude Figueiredo e Paz (2016, p.193) mencionam que

[...] Por mais que a sistematização do Estatuto da Juventude tenha iniciado no ano de 2003, sua promulgação se deu somente no ano de 2013, 10 anos se passaram e nesse intervalo de tempo foi criado em 2005 pela Lei nº 11.129 o Conselho Nacional de Juventude (Conjuve), que também instituiu a Secretaria Nacional de Juventude, vinculada à Secretaria-Geral da Presidência da República (SNJ/SG/PR), e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem), todos mecanismos para dar efetividade aos direitos dos jovens e criar políticas públicas eficientes em prol da juventude.

Os estudantes na faixa etária de 15 a 18 anos que frequentam as escolas de ensino médio ficam sobre a proteção dos dois Estatutos. Estes documentos legais definem a faixa etária para a pessoa ser caracterizada como jovem e são complementares na questão dos direitos para estas pessoas. Nesse sentido, Castro e Macedo (2019, p.1216) reiteram que

[...] O Estatuto da Juventude reafirma o ECA definindo a população jovem como detentora de direitos resguardados pelo Estado, como a identificação

de que os jovens/adolescentes até os 17 anos são inimputáveis para tratamento prisional em regime fechado na mesma condição de adulto. Mas, também, o Estatuto da Juventude trouxe para o centro do debate a perspectiva da emancipação e autonomia.

Essa emancipação e autonomia citadas pelos autores necessitam ser construídas pelo jovem com auxílio da família e da escola, pois o jovem precisa se reconhecer como um sujeito de direitos. E deve buscar sua autonomia na escola e no mundo do trabalho e com a participação de sua família.

Vale frisar que, no Estatuto da Juventude não é feita nenhuma menção em seus artigos sobre a responsabilidade das famílias com a escolarização dos filhos.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN 9.394/1996 alterou a nomenclatura dos níveis de ensino, o de Primeiro Grau passou a ser chamado de Ensino Fundamental e o Ensino de 2º grau passou a Ensino Médio. No texto da LDB de 1996 houve uma alteração no que se refere a ampliação da escolaridade obrigatória que passou a ser de oito anos do ensino fundamental para a faixa etária que compreende entre os 4 e os 17 anos de idade. Compreendendo assim, desde a fase pré-escolar da educação infantil até a fase do ensino médio. Ademais, estabeleceu também que a formação de professores da educação básica fosse realizada em nível superior. A LDB ao longo das décadas sofreu alterações por meio de leis que introduziram mudanças em seu texto.

Nesse contexto Boeno et al (2015, p.08) trazem importantes contribuições sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação ao informar que

A LDB n.º 9.394/96 traz uma nova estruturação da educação nacional, organizando o ensino em níveis e modalidades, a qual foi sendo implementada nesses anos que se passaram após a sua aprovação. Em seu título V trata dos níveis e modalidades de educação e ensino, sendo que, em no capítulo I, apresenta a composição dos níveis escolares, e no artigo 21 garante: “a educação escolar se organiza em dois níveis: educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio e educação superior.

Em se tratando da responsabilização da família com a escolarização dos filhos, a Lei 9.394/1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996) o dever da família é reforçado no Art. 2º:

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Destaca-se que o texto do artigo 2º da LDB é muito semelhante ao texto do Artigo 205 da CF/1998, chamando a atenção o fato de o legislador ter posicionado a família à frente do Estado no texto da LDBEN, dando a impressão da primazia da primeira sobre o segundo no dever de educar.

Da LDBEN é importante evidenciar também que no artigo 12, que trata das incumbências dos estabelecimentos de ensino, há rebatimentos relacionados à família, especialmente quando dispõe sobre a incumbência da instituição em promover a articulação e integração com as famílias e informar sobre a frequência e o rendimento do estudante (LDBEN, Art. 12, VI, VII e VIII). Trata-se de incumbências que não podem se cumprir sem a devida contrapartida da família.

Assim, observa-se desde a promulgação da LDBEN/1996, um movimento, nos sistemas de ensino e nas escolas, para criação de mecanismos de acompanhamento escolar, que possibilitem uma integração maior entre escola e família.

As políticas dirigidas ao ensino médio precisam ser compreendidas no âmbito das políticas de educação básica desenhadas a partir da promulgação da Constituição Federal que em seu artigo 208, com a redação dada pela Emenda Constitucional Nº 59, do ano de 2009, passa a definir o dever do Estado com a “educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade”.

A LDBEN/1996, no que se refere ao dispositivo da obrigatoriedade do ensino médio apresentou três redações desde sua promulgação. A redação original do Art. 4º, I estabelecia “a garantia de progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio”. Posteriormente, a Lei 12.061/2009 alterou este inciso que passou a vigorar com a seguinte redação: “universalização do ensino médio gratuito”. Por fim, a Lei 12.796/2013 assegura “Art. 4º [...] I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade”, contemplando a etapa do ensino médio.

Há normas locais que complementam as normas nacionais no que tange ao acompanhamento. Assim, há um Regimento Geral para as Escolas Públicas do Estado Amazonas criado pela Secretaria Estadual de Educação no ano de 2009, que determina em seus artigos orientações que dizem respeito ao acompanhamento e ações que poderão ser promovidas pelas escolas para a integração da escola com a família para um melhor desempenho dos estudantes.

No Capítulo I do referido Regimento, em seu Artigo 7º (VI, VII) recomenda que as escolas da Rede Estadual de Ensino têm a incumbência de

articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola; e, informar aos pais e responsáveis sobre a frequência e o rendimento dos alunos, bem como, sobre a execução de sua proposta pedagógica.

No Artigo 63 (VII, XII) há duas observações pertinentes a prática didático-pedagógica do professor que preconizam que esta dar-se-á dentre outros, através de acompanhamento e orientação; e parceria com os pais, técnicos e demais membros que compõem o complexo escolar.

Em seu Artigo 107(IV) que trata sobre a Congregação de Professores e Pedagogos, há uma recomendação para que seja feita a promoção do atendimento individual aos alunos com dificuldades de aprendizagem.

No Artigo 109 (III, IV) a Congregação de Professores e Pedagogos será vinculada tecnicamente a um Corpo de Professores Conselheiros, que terá por finalidade

- reunir-se com os pais ou responsáveis de alunos menores para orientá-los quanto à extensão da ação didático-pedagógica a ser desempenhada no âmbito da instituição doméstica;
- reunir-se com os alunos maiores de idade, promovendo dinâmica de grupo, no sentido de orientá-los e direcioná-los quanto a sua conduta escolar;

E no Artigo 125 que trata da Associação de Pais, Mestres e Comunitários – APMC. Este artigo reforça esta entidade escolar tem como objetivo geral buscar a integração entre a escola, a família e a comunidade, num trabalho comum onde às decisões devem ser compartilhadas, visando o aprimoramento do processo educacional e a concretização da autonomia da escola tendo como finalidade: proporcionar a integração entre Escola, Família e Comunidade;

E finalmente no Artigo 126 (IV, V) que define os objetivos específicos desta Associação de Pais, Mestres e Comunitários-APMC que são

- promover entrosamento sistemático entre pais, professores e membros da comunidade;
- promover atividades culturais e de lazer para a comunidade escolar, visando ampliar o conceito da escola, transformando-a em centro de integração e desenvolvimento comunitário.

Quanto à responsabilização da família pela escolarização dos filhos é referenciada no Artigo 2º que reafirma que a educação dever da família e do Estado,

inspirada nos princípios de liberdade, nos ideais de solidariedade humana, nos termos dos artigos 205 e 208 da Constituição Federal, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Há também no Artigo 142 (XXV) uma referência sobre a responsabilização dos pais ao citar que uma das competências do Gestor seria a promoção de ações para reverter o quadro de infrequência do aluno, aplicando os dispositivos legais;

A responsabilização da família com a escolarização dos filhos é enfatizada apenas nesses dois artigos, entretanto, não há sanções penais descritas para pais ou responsáveis que não acompanham os filhos na escola. Observa-se que, há no Regimento Geral das escolas Estaduais um grande arcabouço de orientações para as instituições escolares promoverem o acompanhamento e a aproximação da família com a escola.

Ademais, no ano de 2015 foi elaborado o Plano Estadual de Educação, a partir da Lei nº 13.005/14, que estabeleceu o Plano Nacional de Educação – PNE. O Plano Estadual de Educação com vigência para 2015 -2025 faz menção à autonomia que a legislação local busca para os estudantes do ensino médio, ao referendar o aprimoramento do educando enquanto pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico.

O PEE traz o embasamento para as ações da Secretaria Estadual de Educação que serão implementadas nas escolas de toda rede, tanto na capital quanto nos municípios do interior.

Este Plano contempla Metas e Estratégias que objetiva à melhoria das condições de ensino e educação Amazonas em suas diversas modalidades. No que tange ao ensino médio regular e ao acompanhamento escolar o Plano Estadual de Educação traz na meta 03 a seguinte estratégia

Realizar acompanhamento individualizado do (a) estudante com rendimento escolar defasado, visando à correção de fluxo do Ensino Fundamental, por meio da adoção de práticas como reforço escolar no turno complementar, estudos de recuperação e progressão parcial, de forma a reposicionar esse aluno em sua série/ano, compatível com sua idade, até o final da vigência deste PEE/AM. Esse acompanhamento deverá contar ainda com uma revisão geral das disciplinas, independente do ano e da situação escolar em que o aluno se encontra. (PEE, 2015, p.35)

A meta citada anteriormente no referido Plano é bastante singular, porquanto há uma infinidade de ações que poderiam ser pensadas e adequadas para as escolas,

todavia se fossem colocadas em prática nos estabelecimentos educacionais o rendimento escolar dos estudantes melhoraria significativamente.

Nota-se que são ações pontuais na legislação estadual, entretanto que podem ser reforçadas no âmbito das escolas estaduais com envolvimento das famílias e da comunidade.

Considerando que as políticas públicas de educação se encontram atualmente sob a égide do pensamento neoliberal, verifica-se que, a responsabilidade da família pode se desvirtuar na tendência de fazê-la ocupar os espaços vazios deixados pela desresponsabilização do Estado. Observa-se que sozinha a família não consegue promover a educação para os seus entes devido a situação de vulnerabilidade social que muitos enfrentam em seus lares, pois é necessário que o Estado cumpra com suas atribuições no que se refere a implementar as políticas de educação que estão estabelecidas para a educação básica.

Apesar de algumas conquistas do campo progressista na legislação educacional e na cena política, o Estado classista não cessa a produção de desigualdades e assim, suas ações não atingem a todos como necessitam.

Da família contemporânea brasileira, espera-se que desempenhe papel relevante na garantia do direito à educação de crianças e jovens. Ocorre que, atingidas diretamente pela desigualdade sistêmica, muitas destas famílias não conseguem sequer compreender a noção de Estado de Direitos e/ou mobilizar-se para assumir sua condição de sujeitos de direitos, restando inconclusa a missão da família em apoiar crianças e jovens em seus processos de escolarização.

Na implementação das políticas públicas, os textos legais precisam ser conquistados e defendidos continuamente na arena política. Portanto, conclui-se que a riqueza do objeto de estudo que aqui se desenvolve, é tentar entender como construir um acompanhamento escolar no ensino médio que preze pela autonomização dos estudantes e pelo entendimento de sua condição de jovens sujeitos de direitos.

2. CONFIGURAÇÃO DO ENSINO MÉDIO NA ATUALIDADE: ELEMENTOS PARA A ANÁLISE DA RELAÇÃO FAMÍLIA E ESCOLA

Inicialmente nesta seção será discutida a implementação e aprovação da Lei Nº13.415/2017, que promove alterações significativas na legislação educacional referente ao ensino médio. Ademais, serão discutidas as alterações curriculares, a ampliação da jornada escolar, a educação integral, o foco no mercado de trabalho e a educação à distância. Ao final deste tópico serão feitas considerações sobre a reforma do ensino médio. E no segundo tópico serão pontuadas considerações sobre o sujeito do ensino médio destacando as relações dos jovens com a escola e dos jovens com suas famílias.

2.1 A Lei nº13. 415/2017 e seus desdobramentos

Nesse tópico serão destacados alguns aspectos da Lei nº 13.415/2017 que tratam da reforma do ensino médio e serão apresentados seus desdobramentos no contexto contemporâneo. Entretanto, preliminarmente será feita uma abordagem histórica retratando as políticas educacionais que foram criadas e implementadas no ensino médio. Considerou-se o marco temporal de 1995 a 2016, que se refere aos períodos de governo de Fernando Henrique Cardoso, Luís Inácio Lula da Silva, Dilma Rousseff e Michel Temer. Este recorte temporal foi estabelecido em função das movimentações internacionais em torno da universalização do direito à educação e às lutas em torno da Lei de Diretrizes e Bases da educação, dos Parâmetros Curriculares Nacionais, das Diretrizes Curriculares Nacionais e do Exame Nacional do Ensino Médio.

No início da década de 1990 as principais políticas voltadas para a área da educação foram embasadas nos espaços de eventos internacionais, como por exemplo: a Conferência Mundial da Educação que foi convocada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Banco Mundial. Encontrava-se na presidência Fernando Henrique Cardoso e seu governo foi realizado em dois mandatos consecutivos, que compreendeu o período de 1995 a 2003.

Ocorrida em março de 1990 em Jomtien, na Tailândia, a Conferência reuniu os nove países mais populosos do terceiro mundo (Bangladesh, Brasil, Índia, Indonésia, Egito, México, Nigéria, Paquistão e Tailândia). Desta Conferência resultaram posições

consensuais, sintetizadas na Declaração Mundial de Educação para Todos, que passaram a constituir as bases dos planos decenais de educação do país. Consoante Cardoso e Lima (2018, p.06) os organismos internacionais realizaram pesquisas para a elaboração de propostas para as reformas da educação,

[...] as reformas se deram de forma mais concentrada a partir da década de 1990, configurando-se, assim, a minimização do papel do Estado quanto às políticas públicas. Sobre a Educação, as políticas educacionais foram criadas em estreita relação com as análises e relatórios fomentados pelos organismos internacionais. Dentre os documentos, destaca-se o relatório da Conferência de Jomtien, na Tailândia, em 1990, que teve como resolução a Declaração Mundial sobre Educação para Todos, realizada conjuntamente pelo BM, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e a Unesco.

Nesse aspecto Silva (2019, p.45) confirma que “o modelo de gestão gerencial na educação pública se organiza no espaço brasileiro a partir da década de 1990 através de um discurso de controle e participação vinculado às políticas educacionais elaboradas em parceria com organismos multilaterais”.

O governo brasileiro em suas três esferas (municipal, estadual e federal) firmou um compromisso denominado Compromisso Nacional da Educação estabelecido em 1993. Tinha como principal objetivo a colaboração na luta pela universalização do ensino médio.

Na década de 1990 houve a expansão no número de matrículas no ensino médio, tornando-se a modalidade de ensino com maior crescimento da época. Contudo esta expansão viveu um período de queda e estagnação no início dos anos 2000 impedindo a verdadeira democratização deste nível de ensino. A implementação das políticas públicas para o acesso e permanência dos estudantes no ensino médio é algo muito recente. Ademais, a expansão das matrículas também foi o resultado de uma luta histórica de uma parte da sociedade brasileira.

Segundo o Relatório de Estatísticas da Educação Básica do portal do INEP no ano de 1991 havia cerca de 9.229,657 milhões de estudantes matriculados neste nível de ensino correspondendo a um percentual de 69,2%. E no ano de 1994 um total de 9.672, 875 milhões de estudantes matriculados correspondendo a um percentual de 80,25% na faixa etária de 15 a 17 anos. Ainda de acordo com os dados nos anos 90 chama a atenção sua significativa expansão no atendimento da pré-escola e do ensino

médio: em 1994, a rede pública passa a responder por cerca de 77% da matrícula desses dois níveis de ensino.

Silva e Ribeiro (2015, p.255) discorrem que

Não houve, ao longo das últimas décadas, um investimento real visando garantir a permanência dos alunos no Ensino Médio. Desse modo, o investimento na ampliação da matrícula nesse nível de ensino parece ter sido, até então, mais uma consequência da quase universalização do Ensino Fundamental que intensificou a demanda pelo prosseguimento dos estudos, do que o resultado de um processo de conscientização político-social acerca da necessidade de democratização da conclusão da Educação Básica e, conseqüentemente, da possibilidade de prosseguimento dos estudos em nível Superior.

Nesse cenário Corti (2016, p.42) revela que

Os impactos deste processo foram enormes para as redes estaduais – sobre as quais recai a responsabilidade constitucional pela oferta – que incorporaram em número crescente um grupo social relativamente novo – adolescentes e jovens – que por sua vez experimentavam mutações importantes nos processos de socialização num contexto de crise do Estado, das políticas sociais e do emprego, bem como mudanças no processo de individualização face às transformações das instituições tradicionais (escola, família, trabalho).

Os governos são conjunturais e de certa maneira podem atrasar as demandas da sociedade e fazem parte de um contexto mais amplo e por trás deles agem forças sociais construindo a história em seus movimentos de avanços e retrocessos. Assim, pode-se enfatizar que foi um conjunto de circunstâncias e acontecimentos históricos que permitiram o salto promovido nesse nível de ensino, tanto em relação ao acesso como em relação à permanência.

Diante deste quadro Rosa et al (2015, p. 176) enfatizam que

É, pois, importante refletir que, inserir grupos historicamente excluídos da educação em razão de condições sociais, culturais e econômicas deficitárias em um modelo institucional que não é democrático, pode acabar por excluir parcela desses alunos, que não têm suas demandas atendidas. Destarte, ao reconhecer o caráter democratizante da ampliação do acesso à escola à grande parcela de brasileiros, sobretudo aqueles em situação de vulnerabilidade social, a nova urgência se faz em relação às novas demandas que surgem e que precisam ser atendidas para que esses grupos tenham, de fato, assegurado o direito a uma escolarização plena, que contemple acesso, permanência, e ensino de qualidade.

Nesse sentido, esta expansão das matrículas não pode ser vista apenas como de política de governo, mas como fruto do movimento histórico mais amplo e também das próprias contradições do capitalismo brasileiro.

Nesse aspecto segundo Oliveira (2011, p.328)

Considera-se que políticas de governo são aquelas que o Executivo decide num processo elementar de formulação e implementação de determinadas medidas e programas, visando responder às demandas da agenda política interna, ainda que envolvam escolhas complexas. Já as políticas de Estado são aquelas que envolvem mais de uma agência do Estado, passando em geral pelo Parlamento ou por instâncias diversas de discussão, resultando em mudanças de outras normas ou disposições preexistentes, com incidência em setores mais amplos da sociedade.

Assim, Scheibe (2014, p.103), infere que o grande desafio, portanto, diz hoje respeito não só à expansão deste nível de ensino, mas também à qualidade da sua oferta. Por força do que representa na construção de uma sociedade justa e democrática, a educação básica tem a sua implementação construída por políticas públicas permeadas pela luta ideológica.

Em 1995 foi criado o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) que garantia assistência financeira em caráter suplementar as escolas públicas e privadas de educação especial mantidas por entidades sem fins lucrativos pertencentes à educação básica.

De acordo com Mafassioli (2015, p.02) o PDDE é

[...] identificado como uma política pública de descentralização de recursos da educação e como uma das políticas de financiamento da União à educação básica, propiciou às escolas o recebimento, a gestão e a fiscalização de recursos públicos. Até o ano de 2008 o PDDE atendia somente ao ensino fundamental. A partir do ano de 2009, passou a atender a todos os níveis da educação básica, incluindo a educação infantil e o ensino médio. Desde o ano de 2008, o Programa passou a abranger outras modalidades.

Oliveira (2017, p.39) acentua que a configuração atual do PDDE da educação básica, ação pioneira do programa

[...] é uma transferência anual de recursos financeiros em caráter suplementar, sem que sejam necessários celebrações de convênios ou acordos. O intuito é contribuir para o provimento das necessidades prioritárias dos estabelecimentos educacionais beneficiários, como aquisição de material permanente; manutenção, conservação e pequenos reparos da unidade

escolar; aquisição de material de consumo necessário ao funcionamento da escola; avaliação de aprendizagem; implementação de projeto pedagógico; e desenvolvimento de atividades educacionais. A depender da localização (urbana ou rural) e da existência de unidade executora (UEX), as escolas recebem 20, 40 ou 60 reais per capita além de um valor fixo

No ano de 1996 após longos debates que se instauraram pelo país, foi sancionada a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº9394/1996. A LDB reúne dispositivos legais que regulamentam o sistema nacional em todos os níveis de abrangência. Tendo como finalidade a garantindo direito a educação.

No que se refere ao processo de tramitação da LDB, deu-se por um meio complexo, em um campo de disputa entre dois grupos, um que defendia uma educação pública, laica e de qualidade e outro grupo que defendia uma educação privada. O primeiro projeto da LDB foi apresentado na Câmara Federal pelo deputado Octávio Elísio após dois meses a promulgação da Constituição de 1988, continha oitenta e três artigos que fixariam as diretrizes da educação nacional, este texto continha as principais reivindicações dos educadores progressistas.

Houve também uma proposta de LDB apresentada pelo Senador Jorge Hage, que refletia os anseios da educação. Conforme Saviani (2019, p.136) de início importa considerar que diferentemente da tradição brasileira em que as reformas educacionais resultam de projetos invariavelmente de iniciativa do Poder Executivo, neste caso a iniciativa se deu no âmbito do Legislativo e através de um projeto gestado no interior da comunidade educacional.

Os projetos apresentados para a LDB passaram por longo período de debate. Esse processo foi permeado uma complexidade caracterizada pelas tensões ideológicas da política brasileira. Assim, essa complexidade segundo Brzezinski (2010, p.185) revela-se como o tensionamento entre os atores de dois mundos “conflitantes sobre as concepções de sociedade, cidadania, educação, escola e ensino: o mundo real, dos educadores, e o oficial, o mundo do sistema educativo”.

Assim, o primeiro texto da Lei foi fruto de um movimento articulado pela sociedade civil organizada (entidades ligadas ao legislativo) e encontrava-se alinhado aos interesses hegemônicos daquele momento histórico. Nesse aspecto Jung e Fossati (2018, p.54) reforçam que pela complexidade de sua gênese, ela também representa o pensamento de um grupo sobre educação e políticas públicas.

De acordo com Saviani (2016, p. 381) no caso da atual LDB,

[...] o projeto original surgiu por iniciativa da comunidade educacional que se encontrava fortemente mobilizada para assegurar, na Constituição e, em seguida, na LDB, suas propostas para a organização da educação. Dessa forma, o projeto que deu entrada na Câmara dos Deputados em dezembro de 1988 por iniciativa do deputado Octávio Elísio. Tratava-se de uma proposta que procurou fixar as linhas mestras de uma ordenação da educação nacional, orgânica e coerente. Na tramitação, o projeto passou por diversas vicissitudes. E, uma vez aprovado na Câmara e também na Comissão de Educação do Senado, foi objeto de uma manobra, que mudou inteiramente seu rumo [...].

O projeto de Darcy Ribeiro veio em substituição ao da deputada Ângela Amim, o projeto da LDB teve como relator Cid Sabóia que apresentou uma versão mais enxuta ao Senado Federal para ser apreciado. Nesse contexto Saviani (2019, p.283) revela que,

À medida que o senador Cid Sabóia foi assumindo a relatoria, as incógnitas foram se dissipando e os temores se revelaram infundados. O relator adotou um procedimento semelhante àquele da fase de construção do Substitutivo Jorge Hage, promovendo audiências públicas, consultando os que tinham contribuições a dar e ouvindo os representantes do governo, dos partidos e das entidades educacionais, além da interlocução com o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública.

Entretanto, permaneceu engavetado por algum tempo devido às eleições de 1994 e as novas composições do Senado e da Câmara dos Deputados que necessitavam conhecer os projetos deixados pela legislatura anterior. O projeto foi retomado no ano de 1995, por Darcy Ribeiro que era na época o relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O senador Darcy Ribeiro fez alguns ajustes no substitutivo do senador Cid Sabóia e o encaminhou para Câmara dos Deputados para ser votado, não recebeu nenhum veto e posteriormente foi sancionado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso em dezembro de 1996.

Nesse contexto Brzezinski (2010, p.193) revela que

De imediato foi encaminhado à Câmara dos Deputados, com o projeto único e depois sancionado pelo presidente da República em 20/12/1996. Fernando Henrique Cardoso, então presidente, em cadeia radiofônica nacional no programa A voz do Brasil, lançou a ideia de a lei n.º 9.394 ser cognominada LDB 'Darcy Ribeiro'. Entre os educadores não teve ressonância alguma esse ato de FHC, porque decepcionados com os encaminhamentos dados pelo senador Darcy Ribeiro, que investiu por várias vezes contra as políticas educacionais autoritárias da ditadura militar, mostrando-se defensor da democracia e da educação pública, revela-se, neste episódio, inimigo dos

educadores brasileiros, pois se rendeu às artimanhas regimentais provocadas pelo Executivo no âmbito do Legislativo. Enfim, a LDB/1996 transformou-se, autoritariamente, em mais uma lei do Executivo.

Assim sendo, o projeto escrito por Darcy Ribeiro foi o que atendia melhor a política pretendida pelos grupos hegemônicos. Para Brzezinski (2010, p.185), o Ministério da Educação (MEC) favoreceu, nesta disputa na arena política, a prevalência hegemônica dos interesses do ensino privado sobre os que defendiam um ensino público, laico e de qualidade para todos os brasileiros e brasileiras. Portanto, a LDB que o Brasil teve em 1996, foi o texto viável dentro da correlação de forças e nele se mantiveram algumas conquistas, entretanto muitos pontos importantes se perderam entre um projeto outro, como por exemplo, a criação do Fórum Nacional da Educação.

Dentre as principais mudanças para a educação brasileira trazidas pela LDBEN/1996 podem ser elencadas as seguintes: tornou a educação básica obrigatória, ampliou, ainda que de forma escassa a valorização dos professores, trouxe a obrigação da matrícula de crianças nas faixas etárias de quatro a cinco anos, ampliou o mínimo de dias letivos de 180 para 200 dias e incluiu as modalidades de ensino indígena e especial, com a finalidade de ampliar a inclusão educacional.

No que concerne à etapa do ensino médio na LDB, Ramos e Heinsfield (2019, p.06) asseveram que

[...] o Ensino Médio passa a ter um objetivo formativo próprio, deixando de funcionar como mera etapa intermediária entre outros objetivos fossem eles o ensino superior ou o mercado de trabalho. Expande-se a orientação formativa através da proposta de objetivos mais abrangentes para o ensino médio que perpassam pelo prosseguimento dos estudos, preparação básica para o trabalho e a cidadania, aprimoramento como pessoa humana até a compreensão dos fundamentos científicos-tecnológicos dos processos produtivos.

No texto da LDBEN há vários artigos que contemplam o ensino médio, todavia especificamente sobre as finalidades desta modalidade de ensino e o currículo que será trabalhado nas escolas estão dispostos em sua Seção IV os artigos 35(I, II, III e IV) e 36(I, II, III, §1, § 2, §3 §4).

No Art. 35 estão definidas as finalidades do ensino médio, que passa a figurar como etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos.

- I – a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;
- II – a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;
- III – o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
- IV – a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

O Art. 36. Da LDB trata do currículo do ensino médio, estabelecendo as seguintes diretrizes

- I Destacará a educação tecnológica básica, a compreensão do significado da ciência, das letras e das artes; o processo histórico de transformação da sociedade e da cultura; a língua portuguesa como instrumento de comunicação, acesso ao conhecimento e exercício da cidadania;
 - II Adotará metodologias de ensino e de avaliação que estimulem a iniciativa dos estudantes;
 - III Será incluída uma língua estrangeira moderna, como disciplina obrigatória, escolhida pela comunidade escolar, e uma segunda, em caráter optativo, dentro das disponibilidades da instituição.
- §1º Os conteúdos, as metodologias e as formas de avaliação serão organizados de tal forma que ao final do ensino médio o educando demonstre: I – domínio dos princípios científicos e tecnológicos que presidem a produção moderna; II – conhecimento das formas contemporâneas de linguagem; III – domínio dos conhecimentos de Filosofia e de Sociologia necessários ao exercício da cidadania.
- §2º O ensino médio, atendida a formação geral do educando, poderá prepará-lo para o exercício de profissões técnicas.
- §3º Os cursos do ensino médio terão equivalência legal e habilitarão ao prosseguimento dos estudos.
- §4º A preparação geral para o trabalho e, facultativamente, a habilitação profissional, poderão ser desenvolvidas nos próprios estabelecimentos de ensino médio ou em cooperação com instituições especializadas em educação profissional.

As citações feitas acima, refletem o texto dos artigos 35 e 36 antes das alterações feitas pela Lei 13.415/2017. Considera-se importante trazê-los neste formato original, para que se estabeleça um paralelo com as alterações recentes produzidas pela chamada Reforma do Ensino Médio.

Dentre as principais alterações no texto da Lei pode-se destacar: a mudança no currículo do ensino médio que passou a ser norteadada pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a ampliação da carga horária das escolas de 800 para 1.200 horas, a obrigatoriedade da língua estrangeira (inglês) a partir do sexto ano do ensino fundamental.

A educação profissional foi regulamentada no ano de 1997 por meio da criação do decreto nº 2.208/97. Este decreto conforme, Silva et al (2020. p. 07)

[...] organizou a educação profissional em três níveis: a) básico (para qualificação, requalificação e reprofissionalização de trabalhadores); b) técnico (com organização curricular própria e independente do ensino médio, podendo ser oferecido de forma concomitante ou sequencial a esse); e c) tecnológico (cursos de nível superior na área tecnológica). Ou seja, literalmente, estabeleceu a separação formal entre os ensinos médio e técnico, de modo que aquela etapa teria como finalidade a formação propedêutica, com foco no prosseguimento de estudos, e essa modalidade, ajustada às necessidades do mercado do trabalho, para o desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva.

De acordo com o pensamento de Ortigara e Ganzeli (2011, p. 01) a trajetória histórica da educação profissional nos revela

[...] uma relação de dualidade entre, de um lado, o ideário de formação de um sujeito autônomo, de direitos e deveres, construtor de cidadania plena e, do outro lado, a unilateralidade da formação técnica voltada ao atendimento das necessidades do sistema capitalista de produção.

No ano de 1997 também foram criados os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNS), estes documentos funcionam como diretrizes elaboradas pelo governo federal para a renovação e reelaboração da proposta curricular das escolas públicas em todo o país. Os Parâmetros são separados por componentes curriculares e trazem uma orientação aos professores de como trabalhar com temas transversais. Inicialmente os Parâmetros eram utilizados apenas no ensino fundamental, entretanto em 1999 foram dispostos para o ensino médio com a nomenclatura de Parâmetros curriculares para o Ensino Médio (PCNEM).

De acordo com o texto do documento dos Parâmetros Nacionais (BRASIL, 1997, p.09) eles se constituem:

Um referencial de qualidade para a educação no Ensino Fundamental em todo o País. Sua função é orientar e garantir a coerência dos investimentos no sistema educacional, socializando discussões, pesquisas e recomendações, subsidiando a participação de técnicos e professores brasileiros, principalmente daqueles que se encontram mais isolados, com menor contato com a produção pedagógica atual.

No ano de 1997 também foi criado e implementado o Fundo de Desenvolvimento da Educação do Ensino Fundamental (FUNDEF), no entanto o ensino médio só foi incorporado a este fundo no ano de 2006 por meio da Medida

Provisória nº339 de 28/12/2006. Posteriormente, foi convertido na Lei nº11/494, de 20/06/2007 que criou o Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), que nas palavras de Saviani (2018, p.299) significou um importante avanço em relação ao fundo anterior, pois ampliou sua abrangência para toda a educação básica.

De acordo com o pensamento de Jacomini (2020, p.02) o Fundeb estendeu o financiamento a todas as etapas e modalidades da educação básica

O que implicou a ampliação de recursos. O mecanismo operacional do Fundeb replica, na prática, o do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) que vigorou de 1996 a 2006. Com um montante menor de receitas, esse fundo teve como foco o Ensino Fundamental, cuja redistribuição entre redes estaduais e municipais levava em conta o valor aluno ano e as matrículas do ensino regular dessa etapa da educação básica.

Nesse contexto, Encinas e Duenhas (2020, p.06) reforçam que

O Fundeb é um dos instrumentos mais importantes da coordenação da política de educação básica pelo governo central, pois define regras para aplicação mínima de recursos na educação e na valorização dos profissionais. Como instrumento de coordenação da política, deveria possuir critérios voltados para a redução da desigualdade educacional.

No ano de 1998 foram instituídas as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio – DCNEM, por meio da Resolução nº 03, de 26/08/1998.

O artigo 1º da referida Resolução preconiza que

As Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio – DCNEM estabelecidas nesta Resolução se constituem num conjunto de definições doutrinárias sobre princípios, fundamentos e procedimentos a serem observados na organização pedagógica e curricular de cada unidade escolar integrante dos diversos sistemas de ensino, em atendimento ao que manda a lei, tendo em vista vincular a educação com o mundo do trabalho e a prática social, consolidando a preparação para o exercício da cidadania e propiciando preparação básica para o trabalho.

Ainda no ano 1998 foi instituído pelo Ministério da Educação o Exame Nacional para o Ensino Médio (ENEM) por meio da Portaria nº 438/1998, com a finalidade de avaliar a qualidade do ensino no país. A participação dos estudantes era voluntária. Hodiernamente, este Exame é utilizado como uma das formas dos estudantes finalistas do ensino médio para adentrar ao ensino superior.

O primeiro ENEM foi realizado em 20 de agosto do mesmo ano de sua criação. A prova era aplicada em um único dia com um total de 63 questões que eram divididas por disciplinas e uma redação dissertativa, ao longo das décadas o Exame foi sendo modificado. As provas deste Exame são elaboradas e aplicadas pelo Instituto Anísio Teixeira (INEP) em todo o país.

Atualmente, a aplicação das provas é realizada em dois dias. No primeiro dia, os estudantes respondem questões nas áreas de Ciências Humanas e suas Tecnologias, Linguagens, Códigos e suas Tecnologias e Redação. E no segundo dia são respondidas questões de Matemática, Códigos e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias. Cada prova objetiva possui quarenta e cinco questões, totalizando noventa questões. De acordo com Santos et al (2017, p.02)

O ENEM, logo nos primeiros anos posteriores à sua instituição, passaria a constituir uma das principais alternativas ao vestibular, sobretudo porque se tratava de uma inovação que bem se alinhava às novas diretrizes curriculares do ensino médio e às orientações da Constituição Federal e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Logo após a sua instituição, foram crescentes as adesões ao ENEM por parte das instituições do ensino superior, e isso o consolidava, dia após dia, edição após edição, atingindo a dimensão atual.

Devido ao período de Pandemia de Covid 19, no ano de 2020, o ENEM recebeu um novo formato, com inscrições para provas impressas e no formato digital aplicadas nas mesmas datas. As duas versões tinham a mesma estrutura dos anos anteriores, com quatro cadernos de questões e uma redação. Os candidatos que fizessem as provas impressas teriam que utilizar máscaras, álcool em gel fornecido pelo aplicador das provas e manter o distanciamento social, conforme as orientações das autoridades em saúde.

O programa de transferência de renda Bolsa Escola foi criado em 2001, tinha como objetivo pagar uma bolsa mensal em dinheiro, por meio de cartões magnéticos, para as famílias de crianças e jovens de baixa renda como um estímulo para manter os estudantes na escola.

No que concerne ao Programa Bolsa Escola Belonia et al (2020, p.04) revelam que

A família que desejasse participar do programa deveria atender a uma série de requisitos que englobavam a renda per capita de seus membros, frequência escolar de crianças e adolescentes estudantes da família, além de

um acompanhamento trimestral realizado por profissionais encarregados pelo programa no município, no intuito de verificarem se a família realmente atendia aos requisitos do programa. Atualmente, o Bolsa Escola é um dos programas sociais ligados ao Bolsa Família. Tem direito a ela, famílias contidas no Cadastro Único dos programas do Governo Federal e que tenham crianças de 7 a 14 anos, com frequência de no mínimo 85% na escola e renda familiar de até ½ remuneração mínima por pessoa da família, convivendo no mínimo cinco anos no mesmo município.

No ano de 2003 houve uma reestruturação e ampliação de programas, como por exemplo, o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) que antes atendia apenas ao ensino fundamental e foi ampliado também para o ensino médio. Conforme Godoy e Carreta (2015, p.122) é o Programa pioneiro dentre os programas de distribuição de livros, teve início em 1929, porém era denominado de Instituto Nacional do Livro (INL). Apenas no ano de 1985 recebeu o nome utilizado atualmente.

No ano de 2004 a educação profissional ganha ênfase novamente e um novo decreto é instituído para substituir o anterior criado no governo de Fernando Henrique Cardoso. No que tange ao novo decreto Ortigara e Ganzeli (2011, p.06) destacam que

Em julho de 2004 foi exarado o Decreto nº. 5154 que revogou o Decreto 2208/97, passando a ser o principal instrumento de regulação da educação profissional. De forma controversa, o decreto restituiu a possibilidade de integração do ensino propedêutico com o ensino profissional (técnico), ao mesmo tempo manteve a possibilidade de segmentação, ou seja, deixou a cargo de cada unidade escolar definir a forma de organização curricular de seus cursos.

Em 2004 é instituído o Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino o Médio (PNLEM) por meio da Resolução nº 38 de 15/10/2003, que previa a universalização de livros didáticos para o ensino médio em todo o país.

O artigo 1º da Resolução nº38 de 2003 especifica a distribuição dos livros pelo país

Prover as escolas do ensino médio das redes estadual, do Distrito Federal e municipal de livros didáticos de qualidade, para uso dos alunos, abrangendo os componentes curriculares de Português e Matemática por meio do Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio – PNLEM.

Em 2006 foi criado um movimento denominado *Todos pela Educação*, que tinha como objetivo principal a garantia da qualidade da educação básica nacional. Nessa época adquiriram visibilidade as instituições que eram as financiadoras do movimento. O governo Lula reforçou seu compromisso com este movimento ao agregar suas

propostas, lançadas no Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação e executadas por meio do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).

Para Saviani (2007, p.1243), no contexto indicado

O PDE assume plenamente, inclusive na denominação, a agenda do 'Compromisso Todos pela Educação', movimento lançado em 6 de setembro de 2006 no Museu do Ipiranga, em São Paulo. Apresentando-se como uma iniciativa da sociedade civil e conclamando a participação de todos os setores sociais, esse movimento se constituiu, de fato, como um aglomerado de grupos empresariais com representantes e patrocínio de entidades como o Grupo Pão de Açúcar, Fundação Itaú-Social, Fundação Bradesco, Instituto Gerdau, Grupo Gerdau, Fundação Roberto Marinho, Fundação Educar DPaschoal, Instituto Itaú Cultural, Faça Parte-Instituto Brasil Voluntário, Instituto Ayrton Senna, Cia. Suzano, Banco ABN-Real, Banco Santander, Instituto Ethos, entre outros.

No período de 2007 a 2010 o fato mais significativo para o ensino médio foi a realização da Primeira Conferência Nacional de Educação no ano de 2010, este evento teve como tema Construindo o Sistema Nacional Articulado de Educação: o Plano Nacional de Educação, diretrizes e estratégias de ação. Segundo Menezes (2017, p.39)

A CONAE-2010 ocorreu no último ano de vigência do PNE-2001 e durante a Conferência criou-se grande expectativa sobre o novo plano a ser enviado ao Poder Legislativo, mas a proposta foi encaminhada somente após as eleições presidenciais, às vésperas do recesso parlamentar.

Em 2011 foi criado o Programa Nacional de Acesso Técnico (PRONATEC) através da Lei nº12. 513, sancionada e implementada por Dilma Rousseff. E tinha como finalidade ampliar a oferta de cursos de Educação Tecnológica (EPT) através de programas, projetos e algumas ações de assistência técnica e financeira. Nessa época era o primeiro mandato da presidente Dilma. Conforme Deitos et al (2015, p.04) o PRONATEC, como programa integrador da política educacional para a educação profissional no país

Assume a forma estruturante articuladora nacional no conjunto de ações educativas e formativas da força de trabalho e, conseqüentemente, das estratégias viabilizadoras das políticas macroeconômicas adotadas. Neste sentido, as diretrizes governamentais compravam a dinâmica centralizadora e articuladora que assume o Pronatec para o conjunto das políticas adotadas para a educação profissional.

O Plano Decenal de Educação foi aprovado e sancionado pela presidente Dilma por meio da Lei nº 13.005/2014, de 25 de junho de 2014, este documento tinha o objetivo de atingir as metas e resoluções para a educação básica. Seu período de vigência foi instituído por dez anos. Desse modo, Saviani (2018, p.302) nos apresenta uma observação a respeito do Plano Nacional de Educação ao assinalar que

O primeiro mandato de Dilma se encerrou no final de 2014 com o novo Plano Nacional de Educação já aprovado pela Lei n. 13.005, de 25 de junho do mesmo ano. E a reeleição da presidenta obtida nas eleições de outubro permitia manter a expectativa de continuidade da política educacional então em curso. No entanto, exatamente quando se alimentou a esperança de algum avanço mais significativo com a aprovação do novo PNE, que finalmente incorporou a meta de 10% do PIB para a educação, reivindicada desde a década de 1980 por ocasião da Constituinte, e com a destinação de parcela considerável dos recursos do pré-sal para a educação, sobreveio o golpe e estamos diante de um retrocesso não de anos, mas de décadas, incidindo sobre vários aspectos a começar pelo próprio Plano Nacional de Educação que, com a instalação do governo ilegítimo, antipopular e antinacional, resultou totalmente inviabilizado.

Nesse sentido Machado (2016, p.224) reforça que

O PNE 2014-2024 é o primeiro que resulta dos embates criados, no espaço de uma conferência convocada pelo Estado, com participação da sociedade civil. Esta é a conjuntura que difere, em alguma medida, dos movimentos anteriores, cuja resultante fora sempre de propostas polarizadas, a exemplo do que ocorreu com os projetos apresentados ao Congresso em 2000 e que resultaram no PNE 2001-2010.

Desse modo, observa-se que a história do ensino médio sempre resgatou uma contradição entre capital e trabalho com a presença de uma classe dominante e uma dominada. Pode-se afirmar também que, há um percurso histórico de avanços e retrocessos para a educação no ensino médio. A descentralização administrativa, financeira e pedagógica foram as grandes marcas dessas reformas educacionais implementadas nos governos de Fernando Henrique, Lula e Dilma. Assim, estes governos configuraram-se sempre como novas estratégias de valorização do capital por meio da implementação das políticas educacionais.

Com o impeachment da presidente Dilma possibilitou que o vice-presidente Michel Miguel Elias Temer Lulia chegasse à presidência do Brasil como interino em 12 de maio de 2016. Sua posse definitiva deu-se em 31 de agosto do mesmo ano. Seu período no poder foi de 2016 a 2018.

Nesse período a ação mais impactante no que tange ao ensino médio foi a reforma implementada por meio de uma nova legislação para esta modalidade de ensino. A reforma do ensino médio foi estabelecida a partir da Medida Provisória nº746/2016 que posteriormente foi transformada na Lei nº 3.415/2017 denominada de Lei de Reforma do Ensino Médio.

Conforme Burgos e Belatto (2019, p.926)

O Congresso Nacional aprova a medida provisória, convertendo-a na lei no 13.415/2017. Sua tônica é a flexibilização do currículo, e não a melhoria da gestão escolar e muito menos a ampliação da participação estudantil. A tal ponto a nova lei ignora a acumulação anterior que, na verdade, oferece como novo horizonte para a gestão um cenário de caos administrativo. Afinal, como imaginar que as escolas públicas estaduais, muitas vezes já fragilizadas, conseguirão responder à necessidade de oferecer diferentes itinerários para seus alunos?

A Lei de Reforma do ensino médio pode ser denominada como uma contrarreforma, porque retira as características de uma reforma. De acordo com Bhering (2009, p.76)

[...]a reforma é um termo que ganhou sentido no debate do movimento operário socialista, ou melhor, de suas estratégias revolucionárias, sempre tendo em perspectiva melhores condições de vida e trabalho para as maiorias. Portanto, o reformismo mesmo que não concordemos com suas estratégias e que se possa e deva criticá-lo, como o fizeram revolucionários de períodos diferentes, a exemplo de Rosa de Luxemburgo e Ernest Mandel, dentre outros, é um patrimônio de esquerda.

No que diz respeito à contrarreforma do ensino médio Duarte et al (2018, p.04) inferem que

Adotamos a terminologia contrarreforma para demarcar a nossa posição de considerá-la como uma forma de regressão dos direitos sociais da juventude brasileira. Argumentamos que ela quebra o conceito de educação básica construído na LDBEN/1996, reduz a educação a um aprendizado instrumental voltado a atender às mudanças do capitalismo contemporâneo, à flexibilização do mercado de trabalho e às demandas do empresariado, desconsiderando os saberes docentes e os anseios das(os) jovens brasileiras(os) por uma educação de qualidade, em diálogo com seus interesses e necessidades.

A contrarreforma também revela a dualidade estrutural do ensino médio, pois conforme Cardozo e Lima (2018, p.02)

[...] No Ensino médio essa dualidade situa-se entre a formação propedêutica (concebida como estudos científicos que permitem a continuidade dos estudos em nível superior), a formação profissional (estudos para o desenvolvimento de atividades produtivas) e pela diferenciação educação geral para as elites e preparação para o trabalho para os pobres. Portanto, é no ensino médio a expressão mais evidente da dualidade educacional brasileira, consequência da divisão social do trabalho.

Ademais, a Lei foi aprovada e sancionada pelo governo sem um amplo debate com a sociedade civil e com as entidades ligadas à área da educação. Ou seja, segundo Ferreira (2017, p.01) “uma contrarreforma forjada por um grupo restrito de atores ligados aos interesses privatistas. O governo federal utilizou-se de plataformas digitais do Ministério da Educação para fazer a divulgação da nova lei, instituindo o novo ensino médio”.

Nesse contexto conforme Santos (2019, p.79)

[...] Como ferramenta de convencimento e tentativa de forjar uma aceitação por parte de uma parcela da sociedade, o governo criou uma plataforma online intitulada “Novo Ensino Médio”, na qual estão organizados os documentos que compõem o marco legal da contrarreforma [...].

O governo federal aprovou a reforma do ensino médio e contingenciou os recursos para a educação por um período de vinte anos. E estabeleceu um teto máximo de gastos. Com a lei da contrarreforma do ensino médio grande parte dos estudantes da classe pobre não chegará às universidades, pois com menos investimentos na área da educação, porquanto com este contingenciamento de recursos ficará restrito o acesso destas pessoas ao ensino superior.

Hernandes (2019, p.11) corrobora com este pensamento ao sugerir que, os estudantes receberão doses homeopáticas de conhecimento e terão dificuldades em acessar e permanecer no ensino superior.

De acordo com o pensamento de Soares (2017, p.77)

A Reforma promove a desresponsabilização do Estado com a oferta de uma formação básica sólida e comum entre os jovens, no sentido em que visa: incentivar e criar melhores condições para adoção de uma gestão de inspiração empresarial (além da MP, podemos contatar isso na exposição de motivos da medida e na portaria 1.145/2016 - que regulamenta o ensino médio de tempo integral); ampliar as possibilidades de parcerias com entes não-estatais; aprofundar a lógica de controle e regulação através de avaliações externas; privilegiar a meritocracia; adotar currículos “standartizados” (BNCC).

No que se que diz respeito ao projeto da Lei de Reforma do Ensino Médio Oliveira (2020, p.14) ressalta que

[...] o importante foi evidenciar o quanto o projeto reformista tem uma nítida inspiração na lógica economicista e no viés de reprodução do capital em sua vertente neoliberal. É a síntese de um movimento fortalecido na sociedade brasileira de privatização da política educacional, denotando assim a imperiosidade de pensar a reforma do Ensino Médio em uma articulação direta com a “nova” ofensiva neoliberal.

No período da implementação da Lei de Reforma houve um movimento de contestação por parte de estudantes e entidades ligadas à área da educação no que se refere à implementação da Lei. Nesse contexto, os estudantes ocuparam escolas públicas em várias regiões do país. Sobre este cenário Soares (2017, p.82) pontua que

É fundamental registrar a luta dos estudantes secundaristas contra a MP, bem como a PEC 5516, que encamparam, de forma protagonista, uma resistência a essas propostas, através das ocupações das escolas de Ensino Médio e de Institutos Federais em todo o país, registrando um número de 1.197 escolas ocupadas, de acordo com os dados da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), atualizados no dia 28 de agosto de 2016. Além disso, faz-se mister apontar tanto a resistência de setores dos movimentos sindicais, como a CNTE, e a Central Única dos Trabalhadores(CUT), como as entidades de educação, a exemplo da ANPED e Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE).

Esta nova Lei de Reforma do ensino médio trouxe algumas alterações significativas nos artigos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/1996, pode-se destacar a divisão do currículo em itinerários formativos que são: Linguagens e suas tecnologias, Matemática e suas tecnologias, Ciências da natureza e suas tecnologias, Ciências humanas e sociais aplicadas e a Formação técnico profissional.

Há também uma alteração na Lei de reforma que merece destaque no artigo 36 da LDB que trata sobre mudança na carga horária. No artigo da referida Lei observa-se que a maior parte da carga será voltada para os itinerários formativos correspondendo a (60%) do currículo e o restante (40%) será destinado à formação geral do estudante.

Ramos e Heinsfeld (2019, p.10) ponderam que

[...] embora a Lei de 2017 proponha, inicialmente, que os currículos considerem a formação integral do aluno, determinados conhecimentos científicos permanecem mais valorizados do que os demais, havendo, com isso, maior estímulo à determinadas áreas.

Em referência a carga horária Ramos e Heinsfeld (2019, p.13) sinalizam também que

[...] A carga horária máxima estabelecida para a formação geral corresponde a cerca de 40% do total, enquanto os itinerários formativos ficam com quase 60% dessa carga. A deliberação pela maior carga horária para os itinerários formativos, induzindo a escolha por um único caminho, dentre aqueles possíveis, havendo a separação de um único itinerário exclusivamente para a formação profissional. Nesse sentido, arriscamos pontuar que se vislumbra o reforço ao dualismo historicamente característico do ensino médio, entre caracteres propedêutico e profissional [...].

A ampliação da jornada curricular citada na Lei de Reforma do Ensino Médio está em consonância com a BNCC e com os itinerários formativos. Esta ampliação é descrita no artigo 36 da referida Lei que dispõe

O currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino.

No que tange a ampliação da carga horária Hernandes (2019, p.02) ressalta que

[...] A lei 13.415 (BRASIL, 2017), que trata da reforma do Ensino Médio, entre outras providências, determinou a progressiva ampliação da carga horária dessa etapa da educação básica até tornar-se ensino de tempo integral. Essa ampliação veio acompanhada pelo estabelecimento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) como documento que “definirá direitos e objetivos de aprendizagem do Ensino Médio”. Entretanto, impôs limite ao cumprimento da BNCC, que não deve ser superior a 1.800 horas.

Há que se destacar que, a escolha dos itinerários formativos oferecidos nas escolas ficará a cargo dos estados segundo a Lei de Reforma. A Lei também referencia que o novo currículo para o ensino médio será ofertado em diferentes arranjos e deverá ter relevância com o contexto local e as possibilidades dos sistemas

estaduais de ensino disposto no artigo 36 da lei citado anteriormente. Nesse aspecto Leão (2018, p.08) considera que

[...] há flexibilização da oferta para os sistemas de ensino, o que atende à demanda de governadores e gestores estaduais. No entanto, para os jovens estudantes, estreitam-se as possibilidades. Opta-se por uma formação fragmentada em áreas do conhecimento e corre-se o risco de produzir um quadro caótico nas redes como uma resposta à obrigatoriedade legal da universalização do ensino médio. Novamente retrocede-se às concepções reducionistas da formação de nível médio.

No que concerne aos itinerários formativos, são um conjunto de unidades curriculares ofertadas pelas instituições de ensino e que dão possibilidades aos estudantes de aprofundar os conhecimentos, prepará-los para o prosseguimento dos estudos e também para a qualificação para o mundo do trabalho. Soares (2017, p.79) evidencia que

[...] a redação da Lei não garante que os sistemas de ensino ofereçam todos os itinerários formativos aos estudantes, colocando em contração o próprio discurso do Governo de que a Reforma possibilitaria ao estudante a livre escolha do seu próprio itinerário.

Nesse mesmo norte Marpica (2018, p.66) realça que

[...] em um jogo que mescla desresponsabilização da União e autonomia dos Estados e de seus respectivos sistemas de ensino. A trajetória coronelista do Brasil ensina que descentralizar algumas decisões implica em aumentar poderes locais, dos coronéis, dos proprietários, e não o de garantir maior participação popular. A reforma explora esta lógica e deixa a cargo dos estados (sistemas de ensino) a decisão de quais “itinerários formativos” serão oferecidos pelas escolas. Não há garantias de que haverá opções disponíveis aos estudantes.

Assim, A escolha dos itinerários formativos pelos estudantes revela a fragilidade da escola pública que para garantir os itinerários referentes a formação profissional necessitarão de laboratórios bem equipados, investimentos altos com os materiais que são utilizados pelos estudantes, professores com formação na área que estiverem atuando. Ademais, esta formação profissional insere o jovem precocemente no mercado de trabalho para suprir as demandas imediatas do mercado trabalho e sem possibilitá-lo um bom emprego. A escolha dos itinerários ficarão a cargo das instituições públicas. Serão poucas opções de itinerários para esta escolha. O texto

da Lei demonstra uma falsa ideia de que os estudantes poderão escolher o itinerário de seu interesse.

No que diz respeito aos componentes curriculares do ensino médio segundo a Lei de Reforma serão obrigatórios apenas três no currículo. Sendo Língua Portuguesa, Matemática e Inglês nas três séries do ensino médio. A oferta de outra língua estrangeira será permitida. Contudo, desde que seja em caráter optativo, as escolas deverão dar preferência ao Espanhol. Os demais componentes tais como: filosofia, sociologia, artes e educação física. Serão ofertados no currículo como estudos e práticas.

Estes componentes curriculares estão citados no artigo 35 da Lei em seu segundo, terceiro e quarto parágrafos que dispõem

§ 2º A Base Nacional Comum Curricular referente ao ensino médio incluirá obrigatoriamente estudos e práticas de educação física, arte, sociologia e filosofia.

§ 3º O ensino da língua portuguesa e da matemática será obrigatório nos três anos do ensino médio, assegurada às comunidades indígenas, também, a utilização das respectivas línguas maternas.

§ 4º Os currículos do ensino médio incluirão, obrigatoriamente, o estudo da língua inglesa e poderão ofertar outras línguas estrangeiras, em caráter optativo, preferencialmente o espanhol, de acordo com a disponibilidade de oferta, locais e horários definidos pelos sistemas de ensino.

No que concerne aos componentes obrigatórios Ferreti (2018, p.06) informa que

Obrigatórios durante os três anos do Ensino Médio, e apenas eles, os componentes curriculares Língua Portuguesa e Matemática, seja como parte da formação geral, seja sob a forma de itinerário formativo. Essa prescrição é justificável, de um lado, porque são componentes curriculares cujo domínio interfere na aquisição de conhecimentos e, segundo o espírito da Lei, no desenvolvimento de competências e habilidades, concernentes a outros componentes curriculares. Têm, portanto, forte caráter instrumental. No entanto, é necessário atentar para o fato de que as avaliações internacionais em larga escala, como o Pisa, focam precisamente sobre tais componentes, além dos relativos às ciências.

De acordo com o documento da Base Nacional Curricular Comum (BRASIL, 2017, p.467)

Essa nova estrutura valoriza o protagonismo juvenil, uma vez que prevê a oferta de variados itinerários formativos para atender à multiplicidade de interesses dos estudantes: o aprofundamento acadêmico e a formação técnica profissional. Além disso, ratifica a organização do Ensino Médio por

áreas do conhecimento, sem referência direta a todos os componentes que tradicionalmente compõem o currículo dessa etapa.

Além das considerações feitas sobre o documento da BNCC é mister destacar a criação das Escolas de Tempo Integral como algo fundamental para a ampliação das vagas e para do aumento do número de escolas de ensino médio. Nesse contexto, o Ministério da Educação instituiu a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral com a alteração e ampliação da carga horária de 800 para 1400 horas, de forma progressiva, por meio da Portaria nº 1.145 de 10 de outubro de 2016. A ampliação da carga horária acontecerá de forma progressiva. Há também a proposta de criação de mais de 500 escolas de tempo integral em todas as regiões do país.

A criação das escolas de tempo integral consta na meta 06 do Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014, p.96) que estabelece que estados e municípios devem oferecer educação em tempo integral e, no mínimo, 50%(cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25%(vinte e cinco por cento) dos(as) alunos(as) da educação básica.

No PNE2014 a meta 06reflete o objetivo de ampliar o tempo de permanência de crianças, adolescentes e jovens matriculados nas escolas públicas, com ampliação de tempos, espaços, atividades educativas e oportunidades educacionais, em benefício da melhoria da qualidade da educação dos alunos da educação básica. (BRASIL, 2014, p. 97).

A Política de Fomento está descrita no artigo Art. 13, da Lei n. 13.415/2017 com o seguinte texto

Fica instituída, no âmbito do Ministério da Educação, a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. A Política de Fomento prevê o repasse de recursos financeiros por um período de dez anos para os estados, municípios e o Distrito Federal, a partir da implementação do tempo integral nas escolas.

O artigo 13 da Lei também se refere ao repasse de recursos para a implementação de escolas em seu parágrafo único que discorre

Parágrafo único. A Política de Fomento de que trata o caput prevê o repasse de recursos do Ministério da Educação para os Estados e para o Distrito

Federal pelo prazo de dez anos por escola, contado da data de início da implementação do ensino médio integral na respectiva escola, de acordo com termo de compromisso a ser formalizado entre as partes,

Para Ferreti (2018, p. 08) as Escolas de Tempo Integral

Cuja denominação, por si só, produz, muitas vezes, a visão distorcida de que a formação integral somente é possível em escolas dessa natureza ou, ao contrário, que a ampliação do tempo diário de trabalho escolar implica, necessariamente, formação integral. É necessária, portanto, uma incursão mais detida sobre as características de tais escolas seja porque esta é uma dimensão privilegiada pela Lei 13.415.

Após a implementação da Lei as atividades escolares poderão ser computadas em horas ou em módulos. Estes poderão ser obtidos dentro ou fora dos estabelecimentos de ensinos. E serão válidos cursos ofertados por empresas privadas, atividades à distância ou experiência profissional. Para Andrade (2019, p.79) o aumento da carga horária é meramente um aumento no tempo do educando na escola e, no financiamento, abre-se portas para a iniciativa privada lucrar com a educação, dominada por princípios de lucro e competitividade.

Na referida Lei nº13. 415/2017 há a possibilidade da existência da educação à distância mediada por tecnologias para os estudantes do ensino médio noturno. Para Marpica (2018, p.66), “há muitos problemas que mereciam ser esmiuçados, o aumento mal definido da carga horária, a invisibilidade do ensino noturno e da educação de jovens e adultos sobre a qual não há nenhuma definição”.

A Base Nacional Curricular Comum, conhecida por BNCC, é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2017, p. 07). Ademais, a BNCC estabelece competências e habilidades específicas para todas para as áreas do conhecimento.

Na BNCC competências são definidas como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho (BRASIL, 2017, p. 08).

A reforma do ensino médio está ligada as exigências do capital internacional e a submissão dos governos em todas as esferas aos organismos internacionais como o Banco Mundial, por exemplo. Nesse sentido segundo Ferreti (2018, p.09) “a reforma alinha-se aos postulados da Teoria do Capital Humano, bem como do individualismo meritocrático e competitivo que deriva tanto dela quanto da concepção capitalista neoliberal”.

Para Oliveira (2020, p.10) “obscurece-se a compreensão do objetivo da reforma ser a articulação da política educacional aos novos mecanismos de reprodução do capital e da hegemonia neoliberal, responsáveis pelos recentes acirramentos da pobreza e da desigualdade social no Brasil”.

A Lei de Reforma remete a uma falsa ideia de que os jovens poderiam escolher os itinerários formativos que gostariam de estudar, entretanto cada instituição escolar deverá ofertar o que couber em seu orçamento. Logo, o estudante terá que cursar apenas um dentre os itinerários formativos, porque a Lei não garante que os sistemas de ensino ofertem todos os itinerários.

Nessa perspectiva Felício (2019, p.39) ressalta que

É essa ideia de flexibilização que faz com que a propaganda sobre a Reforma do Ensino Médio seja tão positiva, mesmo que suas consequências sejam graves, criando a falsa expectativa de que os alunos escolhem a área do conhecimento que querem aprofundar, sem divulgar que a oferta depende das possibilidades de cada estado ou de cada escola. Levar em conta a trajetória dos estudantes e seus desejos não é necessariamente o que, de fato, parece estar em curso. Apesar de um discurso extremamente modernizador, há uma problemática evidente no discurso da flexibilização curricular.

A Lei também não considera as condições sociais dos estudantes e não faz um diagnóstico que retrate as situações vivenciadas pelos discentes. A ampliação da carga horária desconsidera a limitação dos jovens trabalhadores que não conseguem estudar no diurno.

Ferreira (2017, p.05) reflete que,

Com base em um projeto social inclusivo e em uma concepção de qualidade socialmente referenciada, uma reforma do ensino médio precisa enfraquecer a relação determinante entre a origem social dos jovens e seu percurso escolar. Exige, assim, o compartilhamento de estudos científicos capazes de construir um diagnóstico mais fiel da realidade, além de esforços políticos colaborativos entre os entes federativos. Outro importante aspecto é compreender as juventudes e seus contextos de modo a favorecer suas potencialidades.

As desigualdades sociais vivenciadas pelos estudantes no interior de suas famílias os obrigam a procurar trabalho cada vez mais cedo, sendo um dos fatores que os impedem de permanecer estudando. Vasconcelos (2018, p.85) corrobora argumentando que

Muitos pais e responsáveis ainda têm a mentalidade de que seus filhos devem compartilhar das responsabilidades da família e participar do trabalho juntamente com eles, e também ganhar remuneração fora da casa ou até mesmo ajudar na administração do grupo familiar. Muitos jovens oriundos de família de baixa renda adentram muito antes da idade considerada legal para o trabalho, e muitos, sem ao menos concluir o ensino fundamental.

Antes da implementação de tal Lei seria necessária à escuta dos atores sociais da educação e dos estudantes. A exclusão dos profissionais da educação no processo decisório demonstra o caráter regressivo da Lei e as velhas políticas implementadas nas décadas passadas. Dessa maneira, Marpica (2018, p.47) citando o documento da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) afirma que

A exclusão dos professores do processo decisório se faz de modo bastante explícito nos documentos produzidos pela OCDE: “Os professores são, em termos operacionais, os principais atores, mas não necessariamente equipados para iniciar uma reforma” (OCDE, 1998, p.55) e complementa afirmando a relevância dos atores externos, como empresários, nas tomadas de decisão sobre políticas escolares. Aos professores, afirmam não se pode dar muita liberdade.

No que tange as reformas educacionais no país Cardozo e Lima (2020, p.03) evidenciam que, são marcadas por tensões e embates na legislação brasileira que, representam os interesses divergentes dos movimentos dos educadores, dos trabalhadores e da elite acerca da formação dos alunos.

A Lei da Contrarreforma do Ensino Médio conserva características que se perpetuam nas políticas educacionais brasileiras, reforçando a fragmentação e a dualidade, com um ensino propedêutico e profissionalizante, já referenciado em legislações anteriores.

O discurso do governo Temer para a reforma do ensino médio retratava a necessidade de se flexibilizar o currículo e melhorar os índices educacionais corrobora com as reformas curriculares que são defendidas pelos organismos internacionais. Nesse contexto Motta e Frigotto (2017, p.357) comentam também que

[...] a proposta de reforma mostra a face mais perversa do capitalismo, o autoritarismo. Desprende-se da história do sujeito aluno, partindo do pressuposto de serem seres abstratos, deslocados de suas realidades. A reforma do ensino médio é urgente, pois o crescimento econômico necessita de investimento em capital humano, para aumento da produtividade. Propõe-se, portanto, alterações curriculares para o ensino moderno, flexibilizando-as com a criação de itinerários formativos e criando condições de empregabilidade, inserção no mercado de trabalho e competitividade neste.

A Lei da Contrarreforma da forma como está disposta retrata a visão de uma concepção utilitarista do conhecimento, com foco no mercado de trabalho e objetivando qualificar a mão de obra trabalhadora e ressaltando os interesses privados e as inspirações em experiências internacionais, ou seja, uma educação voltada para o desenvolvimento econômico do país. Dessa maneira, há um certo alinhamento da Lei como pensamento neoliberal.

As disciplinas de sociologia, filosofia, artes e educação são citadas na Lei e serão ofertadas aos estudantes do ensino médio como estudos e práticas. Dessa forma, Ferreti (2018, p.09) discute que

[...] a eliminação, como obrigatórias, das disciplinas Sociologia e Filosofia, que assumem papel mais questionador que adaptador. Cai por terra, nesse sentido, a proposta vigente até o momento, e mais igualitária, de oferta do mesmo currículo para todos os jovens em idade de frequentar o Ensino Médio, com o que se corre o risco de aumentar as desigualdades sociais já existentes.

Os salários dos professores foram associados ao desempenho dos estudantes em avaliações de larga escola tais como: SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica) e no âmbito estadual SADEAM (Sistema de Avaliação do Desempenho da Educação do Amazonas) utilizado pela Secretaria Estadual de Educação para garantir a qualidade da educação básica.

No que diz respeito ao aspecto regional e segundo o Plano Estadual de educação do Amazonas (2015, p.60) na busca para melhor identificar os principais motivos que ocasionam o insuficiente desempenho dos estudantes, no Estado do Amazonas criou-se em 2008.

[...] o Sistema de Avaliação do Desempenho Educacional do Amazonas – SADEAM, que a cada ano traz diagnósticos mais específicos sobre a realidade educacional de cada escola/etapa de ensino e turma, porém, nos

primeiros anos o sistema avaliava apenas estudantes da rede estadual, o que foi corrigido a partir de 2012, onde a rede municipal passou a ser avaliada.

Ainda conforme o Plano Estadual (2015, p.65) no que se refere à qualidade da educação e a valorização dos profissionais da educação

[...] garantir a qualidade do ensino, implica também em melhor definição e articulação entre os sistemas de ensino e unidades escolares, processos de organização e gestão do trabalho escolar, melhorias nas condições de trabalho, valorização, formação e desenvolvimento profissional de todos aqueles que atuam na educação.

De acordo com o texto da Lei nº 13.415/2017(BRASIL, 2017) em seu Art.5º, IV que referencia

IV profissionais com notório saber reconhecido pelos respectivos sistemas de ensino, para ministrar conteúdos de áreas afins à sua formação ou experiência profissional, atestados por titulação específica ou prática de ensino em unidades educacionais da rede pública ou privada ou das corporações privadas em que tenham atuado, exclusivamente para atender ao inciso V do caput do art. 36;

Assim, consoante a Lei os docentes que irão ministrar aulas nas escolas de ensino médio e que possuem formação técnica não necessitarão de formação específica, ou seja, ser licenciados, para atuar na formação técnica profissional dos estudantes, apenas possuir um notório saber na área em que irão atuar. Nesse sentido, com a presença destes profissionais com notório saber fica cada vez mais escassa a realização de concursos para as escolas públicas. E há uma flexibilização da formação do magistério, pois contraria o que é estabelecido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação em seu artigo 62 no que diz respeito à formação de professores

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal.

É neste contexto que Silva (2019, p.13) salienta que estão inseridos os artigos 35 e 36, que dispõem sobre profissionais com notório saber

[...] reconhecido pelos respectivos sistemas de ensino para ministrar conteúdos de áreas afins à sua formação ou experiência profissional. A flexibilização da habilitação profissional dos trabalhadores em Educação, pois professores bacharéis, sem formação pedagógica e com cursos de curta duração podem exercer a docência. Flexibilizar significa contratação temporária ou por hora aula, dispensa de professores no final ano letivo, terceirização, bonificação ou premiação dos melhores, precarização da docência ao incluir de acordo com art. 61, § IV da Lei nº 9.394/96 “profissionais com notório saber reconhecido pelos respectivos sistemas de ensino, para ministrar conteúdos de áreas afins à sua formação ou experiência profissional, atestados por titulação específica ou prática de ensino em unidades educacionais da rede pública ou privada” (BRASIL, 1996). Flexibilizar significa pôr fim à estabilidade da carreira docente. E nesta direção, pode-se estar a caminho da dispensa de concurso público para o ingresso na carreira docente, o desinvestimento na formação de professores das Ciências Humanas, como Filosofia, História, Sociologia, Psicologia e Artes, junto com os programas de bonificação e premiação, que são medidas que desvalorizam à docência e os docentes.

O itinerário técnico profissional descrito na lei possibilitará lançar mais cedo com sua concepção utilitarista permitirá lançar mais cedo os jovens no mercado de trabalho. A inserção direta do jovem no mercado de trabalho e o aspecto tecnicista da Lei de Reforma (BRASIL, 2017) ficam mais visíveis no parágrafo 8 do artigo 36 que referenda,

§ 8o A oferta de formação técnica e profissional a que se refere o inciso V do caput, realizada na própria instituição ou em parceria com outras instituições, deverá ser aprovada previamente pelo Conselho Estadual de Educação, homologada pelo Secretário Estadual de Educação e certificada pelos sistemas de ensino.

De acordo com Santos (2019, p.81) ao reduzir o currículo

[...] eliminando as disciplinas e fragmentando-o em itinerários formativos, as competências e habilidades que de fato interessam aos reformadores são apenas atitudes e valores que transformem os jovens em empregados dóceis e obedientes, capazes de se adaptarem as mudanças e crises do capital, desempregados conformados e “empreendedores” que só estão desempregados porque não souberam aproveitar as oportunidades do mercado e não adquiriram as competências e habilidades que a escola ofereceu por meio dos itinerários.

Nesse sentido, Motta e Frigotto (2017, p. 357) acentuam que a história de luta voltada para a supressão do dualismo estrutural do Ensino Médio foi rasgada; não há sujeitos históricos, e sim alunos abstratos, jovens trabalhadores deslocados de suas condições objetivas e materiais reais.

A contrarreforma não considera o quadro geral do ensino no que diz respeito à precariedade das escolas em relação à infraestrutura, a falta de professores para

determinados componentes curriculares, a valorização dos docentes, pois os docentes sentem-se cada vez mais desestimulados a trabalhar em escolas que não oferecem as condições necessárias para a implementação da educação de tempo integral.

Neste cenário Andrade (2019, p.59) reforça que

[...] a Lei nº 13.415/17 surge enquanto realidade nas escolas brasileiras, lentamente impondo às escolas públicas a adesão a um modelo que em nada conversa com as necessidades reais dessas escolas. Um exemplo é a escolha por ampliação do número de horas em sala de aula, sem adaptação ou melhoria em infraestrutura, assim como com a ausência de um estudo prévio, acerca das defasagens de cada escola, inclusive em termos de corpo docente.

A contrarreforma não traz nada de novo, pois há uma perda dos direitos sociais conquistados em legislações educacionais anteriores, pois se constitui como uma forma de regressão a estes direitos. Assim, impede a proposta da oferta de um ensino de qualidade nas escolas, uma vez que propicia as parcerias público-privadas.

Conforme André (2018, p.11)

A lei de reforma deixa heranças negativas para o ensino médio reforçando a precoce inserção do jovem no mercado de trabalho, ameaça toda a educação básica e perde força o princípio da educação como um direito subjetivo e impossibilita a criminalização do estado por falta de escola.

Dessa maneira, o ponto de partida para uma verdadeira reforma no ensino médio seria reconhecer as aspirações dos profissionais da educação e dos jovens e suas famílias em relação ao conhecimento. Além disso, melhorar as estruturas precárias das escolas públicas, promover formação continuada para os docentes e valorizar os todos profissionais da educação. Uma reforma no ensino não deveria ser feita apenas com uma mudança no currículo das escolas, uma vez que há todo um contexto social e este precisa ser analisado e levado em consideração para implementação das reformas estabelecidas na Lei de Reforma do Ensino Médio.

2.2 Considerações sobre o sujeito educativo no Ensino Médio: jovens, escola e família

A construção do jovem como sujeito pode ser efetivada em seus espaços históricos e sociais. O jovem se percebe de forma singular ou plural, na medida em que interage com os indivíduos. Nas escolas, os grupos de pares juvenis podem se formar a partir de diferentes critérios que podem incluir afinidades no campo cultural, social ou econômico.

O aspecto plural do sujeito do ensino médio está ligado ao conceito de identidade. Para Bourdieu (1989, p.117) “nas lutas pela identidade esse ser percebe que existe fundamentalmente pelo reconhecimento dos outros”.

Neste sentido, Dubar (2016, p.08) acrescenta que

[...] a identidade não é aquilo que permanece necessariamente idêntico, mas o resultado duma identificação contingente. É o resultado duma dupla operação linguística: diferenciação e generalização. A primeira visa definir a diferença, aquilo que faz a singularidade de alguém ou de alguma coisa em relação a uma outra coisa ou a outro alguém: a identidade é a diferença. A segunda é aquela que procura definir o ponto comum a uma classe de elementos todos diferentes dum outro mesmo: a identidade é a pertença comum [...].

Conforme Abramovay et al (2015, p. 28) ser jovem hoje não é o mesmo que ser jovem há vinte anos

as diferentes juventudes constroem seus espaços, seu modo de vida com base em novas formas de agir e pensar. Assim questões como sexualidade, meio ambiente, direitos e democracia são colocadas dentro de uma ética global, onde a subjetividade ganha importância, assim como as relações de gênero, as relações com o corpo e as relações entre indivíduos de uma maneira geral.

Como sujeito educativo, o jovem apresenta características diversas no ensino médio. Observa-se que há uma infinidade de traços da população jovem nas escolas públicas contemporâneas. No que se refere ao jovem que reside nas grandes cidades e nos municípios do país, ao frequentar as escolas públicas e particulares, pode ser percebido como o sujeito educativo do ensino médio. Este jovem será capaz de reger sua aprendizagem, desde que seja conduzido e orientado por sua família e seus professores. Dessa maneira, o estudante se tornará o sujeito de seu aprendizado e não será mais visto como o objeto da educação.

Nessa mesma linha de pensamento Ferreira (2016, p. 07) destaca que, “os espaços educacionais propiciam relações com os outros e ainda podem auxiliar (ou

não) no reconhecimento dos desejos individuais que tornam os indivíduos sujeitos e, a partir disso, atores sociais capazes de criar e recriar a sociedade”.

Segundo Dayrell (2003, p.43) “o sujeito é um ser singular, que tem uma história, que interpreta o mundo e dá-lhe sentido, assim como dá sentido à posição que ocupa nele, às suas relações com os outros, à sua própria história e à sua singularidade”.

Hodiernamente, não há como afirmar que na sociedade contemporânea há apenas um traço específico de juventude, pode-se dizer que pelas caracterizações diversas dos jovens, o aspecto singular poder substituído pelo aspecto plural denominado “juventudes”. O conceito de juventude modifica-se quando está atrelado aos aspectos sociais, históricos e culturais dos jovens.

Nesse sentido, Bungestab e Carvalho (2017, p. 92) consideram que, “de forma dialética a juventude seria uma categoria que é marcada por contradições, influenciando e sendo influenciada pela sociedade e pelas instituições”.

Conforme Abromovay e Castro (2015, p.14)

As diferentes juventudes não são “estados de espírito” e sim uma realidade palpável que tem sexo, idade, raça, fases, uma época que passa cuja duração não é para sempre, ou seja, uma geração. Depende, fundamentalmente, de suas condições materiais e sociais, de seus contextos, de suas linguagens e formas de expressão.

A juventude para muitos autores é considerada uma fase de transição entre a adolescência e a idade adulta, em que o estudante irá definir sua profissão, formar uma nova família e fazer escolhas que refletirão em seu futuro.

Segundo Oliveira (2016, p. 02) a juventude é uma fase da vida que

[...] provoca muitas mudanças e novas responsabilidades. Ser jovem suscita questões que vão desde as transformações físicas até o aumento das responsabilidades que devem assumir na vida adulta. O fato é que ser jovem não é fácil justamente por ser uma fase de transição. Se por um lado espera-se dos jovens a assunção de responsabilidades, por outro há uma crença que estes são as causas de muitos problemas sociais, como violência, gravidez precoce, hedonismo exacerbado, dentre outros.

Nesse mesmo norte Falcão (2019, p. 179) reitera que

A concepção de transição está na base na categoria juventude não por acaso esse tem sido um dos temas explorados nos estudos sobre juventude. Os estudos sinalizam dois polos para a compreensão da transição, quais a sejam a noção de transição para nomear o fenômeno da saída da juventude e entrada da vida adulta com fato concluído; e no outro polo o estudo da

transição enquanto processo de maior extensão constituída de aproximações graduais dos jovens com relação aquilo que representa e institui o adulto nas diferentes sociedades.

No que se refere à juventude Bourdieu (1984, p.152) frisa que

A juventude e a velhice não são dados, mas construídos socialmente na luta entre os jovens e os velhos. As relações entre a idade social e a idade biológica são muito complexas. Se comparássemos os jovens das diferentes frações da classe dominante, por exemplo, todos os alunos que entram na École Normale, na ENA, etc., no mesmo ano, veríamos que estes “jovens” possuem tanto mais dos atributos do adulto, do velho, do nobre, do notável, etc., quanto mais próximos encontrarem do polo do poder. Quando passamos dos intelectuais para os diretores-executivos, tudo aquilo que aparenta juventude, cabelos longos, jeans, etc., desaparece.

De acordo com Dayrell e Carrano (2014, p. 110) a juventude é

Uma categoria socialmente produzida. Temos que levar em conta que as representações sobre a juventude, os sentidos que se atribuem a essa fase da vida, a posição social dos jovens e o tratamento que lhes é dado pela sociedade ganham contornos particulares em contextos históricos, sociais e culturais distintos.

De acordo com o pensamento de Abramovay e Castro (2015, p.15) “os jovens possuem uma importância crucial para o entendimento das sociedades modernas, o seu funcionamento e suas transformações. Entender a juventude é compreender a própria modernidade em diversos aspectos com a arte, a cultura, o lazer, o consumo entre outros”.

A escola é uma instituição social que contribui para o processo de socialização dos jovens. Dessa forma, o sentido da escola para os jovens é atribuído a partir das experiências escolares adquiridas com seus colegas de classe, professores e todos os indivíduos que são da sua convivência cotidiana. Além disso, da valorização da escola como meio para a entrada no mercado de trabalho.

Abramovay et al (2015, p.34) sustentam “que a escola é considerada um local privilegiado de aprendizagem e socialização, que deve ensejar a compreensão, que inclua a empatia, a identificação, a projeção, a simpatia e a generosidade”.

A escola segundo Carrano e Brenner (2014, p.1230) “se constitui como lugar possível do jovem estudante constituir-se como indivíduo capaz de articular o

conhecimento de si com os saberes e valores necessários ao convívio social em busca de sua própria individuação”.

As vivências dos jovens na escola são responsáveis por parte do que será consolidado em suas vidas no que se refere aos aspectos profissional e social. Dessa maneira, as experiências adquiridas ao longo do processo escolar darão suporte para a formação de uma parte de seu caráter. Para Tomazetti e Schlickmann (2016, p.334) “os jovens trazem à escola suas próprias linguagens e culturas, fazendo-se atores, sujeitos ativos na construção da forma de ser no espaço escolar e não apenas receptores de conteúdos com fins de memorização”.

Nessa mesma linha de interpretação Weisheimer (2019, p.74) nos diz que

Os espaços de sociabilidade juvenil são importantes para a produção de identificação e autoidentificação dos jovens. O encontro com seus pares de idade regula a veiculação das aspirações, propicia o compartilhamento e exercício das regras sociais. Nestes espaços de interação social juvenil, eles buscam – e - encontram sustentação objetiva a elementos simbólicos relativos a gostos, disposições e visões de mundo que contribuem para moldar suas identidades.

A frequência dos jovens a escola não é uma condição *sinequanon* para conseguirem a tão sonhada vaga no mercado de trabalho. Observa-se que no Brasil as taxas de desemprego são altíssimas para o campo juvenil. Ainda que muito mais escolarizados que gerações anteriores, os jovens do Brasil de hoje vivenciam a experiência do desemprego, pois no modelo econômico capitalista, a relação entre o processo de qualificação e a inserção no mercado de trabalho é afetada por outros interesses e prioridades de um sistema desigual. Segundo Carrano (2006, p.02) “é preciso, então, considerar o quadro de escassez de oportunidades de formação, participação e integração social que enfrentam”.

Corroborando com este pensamento Oliveira (2016, p. 06) acrescenta que

[...] mais educação não garante acesso aos postos de trabalho melhor remunerados, deve se levar em consideração que a falta de qualificação impede os jovens de sonhar com um futuro melhor e retira-lhes as chances de maior inclusão social, sobretudo entre jovens pobres. Aliado a isso, novas competências são exigidas ao trabalhador na atualidade.

Dessa maneira, Borges (2019, p. 04) reitera que

A dicotomia trabalho e vida enseja um desafio para muitos alunos e alunas do Ensino Médio. Por vezes, uma perspectiva de que o trabalho é necessário para a sobrevivência, pagar as contas e ter bens materiais como carro e casa. Mas, também, é possível pensar em uma carreira para transformar a realidade social em que se vive, para interferir no contexto de pertença, para ganhar uma desejada recompensa de mudança social. A relação com o conhecimento escolar vai se dando de forma objetificada em condições materiais.

No que diz respeito às políticas públicas voltadas para a juventude, estas reforçam o direito a formação profissional no sentido de que o jovem seja capacitado e consiga adentrar ao mundo do trabalho mais qualificado. Contudo, há uma significativa parte da população, os jovens com deficiência, por exemplo, enfrentam mais obstáculos que os jovens sem deficiência. Portanto, o acesso ao mundo do trabalho fica bastante restrito mesmo com a Lei Brasileira de inclusão nº 13.146/15.

Sales e Vasconcelos (2016, p.72) acrescentam que

Aparentemente há coerência na relação entre melhor qualificação e maior empregabilidade. Contudo, é incoerente desarticular as políticas de emprego e renda das políticas sociais. Os discursos neoliberais propagam a ideia de que os jovens estão desempregados por falta de qualificação, ocultando a face perversa do mercado.

Corrochano e Abramo (2016, p.116) evidenciam que

Mesmo que diferentes paradigmas permaneçam coexistindo no imaginário brasileiro – juventude como transição, juventude como problema, juventude como sujeito de direitos e de políticas, entre outros –, os marcos legais e os parâmetros para a formulação de políticas públicas centradas no atendimento das demandas e necessidades dessa população têm incorporado essa construção mais recente, na qual os jovens são reconhecidos como sujeitos com direitos, necessidades e potencialidades singulares.

Os jovens em determinados períodos de suas vidas não se reconhecem com sujeitos de sua própria história de vida. Não visualizam uma perspectiva de futuro após a conclusão dos estudos da educação básica. Por desinformação ou mesmo por comodismo atribuem ao ensino médio como sua última etapa de estudos. Nessa mesma linha de pensamento Tomazetti e Schlickmann (2016, p. 337) reforçam que “os jovens não se sentem reconhecidos como sujeitos de e com conhecimentos, mas como aqueles que se encontram na condição limitada de ser aluno, assim considerados por uma parcela expressiva de professores”.

No que diz respeito à relação dos jovens com a escola é bastante diversificada e é fortalecida por um reconhecimento por parte destes sujeitos sobre a importância que a instituição escolar tem como uma porta de entrada para o mercado de trabalho e para o acesso a universidade. Entretanto, há determinados fatores que dificultam esta relação, tais com o: as condições estruturais das escolas públicas que são pouco atrativas para os jovens, o ensino que lhes é oferecido é desinteressante, a localização geográfica da instituição distante da moradia dos jovens, a transição do ensino fundamental também para o ensino médio causa certo estranhamento aos jovens, os novos componentes curriculares na área de ciências da natureza, como física e química, que causam dificuldades de entendimento do conteúdo devido à defasagem que é trazida das séries anteriores.

Nesse aspecto, Fernandes e Zan (2016, p.205) enfatizam que “à medida que avança a escolarização, a insatisfação o desprazer dos jovens com esse modelo de escolarização vai se tornando cada vez mais explícito”.

Diante desta realidade apresentada Pereira e Lopes (2016, p.205) afirmam que

A escola ao se expandir em busca de sua universalização fomenta um espaço de intensificação e abertura das interações com o outro e, portanto, um caminho privilegiado para a ampliação da experiência de vida dos jovens. É inegável que os caminhos e contornos para entrada na vida adulta se diversificam, tornam-se mais complexos e menos lineares. Assim, o modo como os jovens vivem essa etapa de vida e sua relação com a escola se altera e oscila, uma vez que a escolaridade já não se afigura mais como elemento garantidor da continuidade dos estudos e mesmo da entrada no mundo do trabalho.

Em relação ao perfil dos jovens que estudam nas escolas de ensino médio do Brasil é personificado por aqueles indivíduos que moram com os pais ou parentes nas capitais e nos municípios, há também os jovens que possuem família constituída com filhos e os jovens que por algum motivo moram sozinhos e trabalham para obter seu sustento.

Conforme Abramoway (2015, p.19)

Os jovens se apresentam quanto a gostos, hábitos e valores; representações sobre lazer, com especial referência à importância da Internet em suas vidas, principalmente o Facebook. Além de perfilar o lúdico, explora-se o quadro de valores tanto sobre a sua geração, quanto sobre o Brasil. Registram-se diversidades, com unalidades, sendo que muitas com marcas de gênero, ciclo de vida e tipo de modalidade de ensino, já que a cultura se realiza tanto por geração como por trajetórias de classe.

Nessa perspectiva Santos (2020, p.36) discorre que

Parcelas significativas dessa juventude construiu esse contato com o mundo do trabalho bem antes, nas tarefas caseiras, no trabalho como auxiliar da reforma da casa, na prestação de serviços aleatórios nos quintais da vizinhança, nos ofícios ligeiros, ou, ainda, em trabalhos precaríssimos nas padarias e mercadinhos do bairro.

Os jovens que moram nas cidades do interior do Amazonas caracterizam-se como estudantes que moram com os pais e não trabalham e há os estudantes que também trabalham com os pais na pesca ou na agricultura de alguns produtos. Muitos jovens estudantes do ensino médio se deslocam para a escola por meio de transportes fluviais como canoas ou barcos oferecidos pelas prefeituras dos municípios. As escolas dos municípios ribeirinhos do Amazonas possuem um calendário especial elaborado pela Secretaria Estadual de Educação para as aulas devido à cheia e a vazante dos rios, processo comum que ocorre na região amazônica. Nesse contexto, Albarado e Vasconcelos (2019, p.05) “ênfatizam que o povo que vive nas comunidades rurais – várzea e terra firme – têm a consciência de que a educação escolar que está nesses territórios não atende as necessidades de existência das presentes e futuras gerações”.

Para Victória (2015, p. 107) a Escola da Comunidade é um espaço único

Todos giram em torno dela, porque é o centro das atenções, é o palco das interações. Mesmo diante dessa realidade vivida por todas as comunidades ribeirinhas-rurais, ainda assim os trabalhos desenvolvidos na escola vão, na sua maioria, ao encontro das mesmas práticas produzidas pela escola no âmbito universal, deixando de lado as vivências culturais da comunidade, não só no plano dos aspectos ligados às manifestações culturais como lendas, mitos, etc. mas no plano das novas experiências que os jovens, por exemplo, estão vivendo na interação com esses aspectos culturais.

Apesar de conviver com a vazante e cheia dos rios durante todo o ano letivo, estes jovens não deixam de frequentar as escolas, pois reconhecem a importância da educação para a construção de um futuro promissor para cada um deles. Ao concluírem o ensino médio boa parte destas pessoas se desloca para Manaus para morar com parentes ou conhecidos de suas famílias para cursar o ensino superior e para buscar um emprego. Visto que, as oportunidades de estudos e trabalhos nos

municípios do Amazonas são escassas, apenas alguns municípios possuem polos das universidades estadual e federal.

De acordo com Victória (2015, p.109)

O jovem ribeirinho vive o ambiente escolar na conectividade com o fazer cotidiano; as atividades da vida diária é que norteiam o seu caminhar; é da pesca ou da roça que tira o seu sustento. É da escola que retira seus sonhos e projetos no caminho em busca de uma vida melhor. São as lentes que também me possibilitam olhar o cotidiano e nele sentir a inquietação de quem se afoita a aprender logo, para sobreviver.

A vida contemporânea possibilita a mudança no cotidiano dos jovens estudantes trazendo alterações positivas e negativas para o cotidiano escolar, como por exemplo, o acesso às tecnologias digitais (o notebook, o tablete, a lousa digital, o celular) são ferramentas que mudaram a rotina das salas de aulas. Observa-se que, em determinados períodos não são utilizados de forma positiva em sala de aula como é caso do celular. Dessa maneira, há muitos conflitos entre estudantes e professores devido ao mau uso aparelho por parte dos discentes durante as aulas. Segundo Bitencourt (2020, p. 134)

Percebe-se uma forte aproximação da juventude com os novos artefatos digitais (computadores, smartphones, tablets, entre outros dispositivos) que vêm influenciando fortemente o comportamento dos jovens, que migraram das tribos urbanas para as redes sociais formadas a partir da internet.

No ano de 2007 foi criada uma Lei Estadual nº 3.198/07 que proíbe o uso do aparelho no ambiente escolar. Segundo este documento legal em seu artigo 1º fica proibido o uso de telefone celular, MP3, MP4, PALM e Aparelhos eletrônicos congêneres nas salas de aulas das Escolas Públicas e Particulares do Estado do Amazonas.

De acordo com os dados do Censo da Educação Básica do ano de 2020, fornecidos pelo Instituto Anísio Teixeira – INEP, um recurso importante para as escolas nos tempos atuais é a internet. Ao avaliar a disponibilidade de internet nas escolas da educação básica, percebe-se que esse recurso é pouco presente (proporção geral inferior a 60%) nos estados do Acre, Amazonas, Maranhão, Roraima, Pará e Amapá.

Ainda segundo o INEP, a disponibilidade de recursos tecnológicos nas escolas de ensino médio é maior do que nas do ensino fundamental. Recursos como internet banda larga, computador de mesa, computador portátil e tablet para os alunos são encontrados na rede estadual para, respectivamente, 80,4%, 79,3%, 36,3% e 13,1% das escolas e na rede privada para 92,5%, 80,0%, 53,5% e 31,8% das escolas.

Por outro lado, a tecnologia também fornece aos professores uma gama de conhecimentos que podem ser utilizados para favorecer e melhorar a aprendizagem dos educandos e tornar as aulas mais atrativas para os alunos. Nesse cenário Santos e Araújo (2015, p.856) salientam que

A internet está cada vez mais criativa e interativa. Isso possibilita que o trabalho docente faça uso de blogs, de sites informativos e interativos, de chats, de salas de aula virtuais, da chamada realidade aumentada. A navegação na rede mundial de computadores propicia uma gama de possibilidades, de escolhas, de trajetos, levando o aluno a desenvolver mais autonomia na construção da aprendizagem.

Entretanto, Beraldo e Maciel (2016, p.215) ponderam que

Por mais sofisticada que seja a tecnologia nada substitui a presença do professor, porque a aprendizagem vai além dos conteúdos da disciplina. Estudantes vão à escola para se socializar, para viver a cultura, aprender uns com os outros, expressar emoções, criar vínculos e relações afetivas para se desenvolver.

Nas escolas estaduais do Amazonas a modalidade de ensino médio é oferecida de várias formas nas escolas da capital Manaus e do interior, há escolas de tempo integral, ensino regular e educação de jovens e adultos funcionando em três turnos de aula, que podem ser mediadas por tecnologia devido às distâncias territoriais do Estado do Amazonas por meio de um Centro de Mídias localizado na sede da Secretaria Estadual da Educação.

As aulas em municípios distantes são mediadas por tecnologias digitais devido à escassez de professores e pela dificuldade de acesso dos estudantes as escolas dos municípios. Muitos residem em comunidades ribeirinhas que podem estar localizadas do outro lado do rio.

Nessa direção, Santos (2020, p.36) ressalta que

Enquanto que na EaD o aluno pode determinar seus horários e locais de estudos, o mesmo não ocorre no Ensino Presencial com Mediação Tecnológica, pois as aulas são presenciais e com os horários fixos, ocorrendo

na escola durante todos os 200 dias letivos exigidos em lei, seguindo as atividades que estão no cronograma do Programa, devendo o aluno se submeter também ao cronograma da escola. As aulas ocorrem por meio de um processo de videoconferência multiponto, propiciando a interatividade entre o estudante e o professor que ministra a aula, que são transmitidas via satélite ou internet em tempo real dos estúdios dos centros de mídias de cada estado.

No que diz respeito ao ensino regular é oferecido em várias escolas da cidade de Manaus, que funcionam em três turnos matutino, vespertino ou noturno. Este ensino regular pode ser oferecido também nas escolas de Tempo integral distribuídas em várias zonas da cidade.

A educação de jovens e adultos – EJA é oferecida a população jovem, para minimizar as perdas educacionais dos estudantes que não tiveram oportunidade de cursar o ensino médio na idade certa ou para as pessoas que um por alguma razão abandonaram a escola. E vêm nesta modalidade de ensino a chance de retomar os estudos, posteriormente adentrar ao mercado de trabalho e ingressar no ensino superior.

Nesse panorama, Santos e Silva (2020, p.03) ressaltam que

Os estudantes da EJA, percebidos na dimensão de sujeitos, são constituídos por e nas relações sociais, na vida em sociedade, pela intermediação da cultura, dos valores das crenças, que dotam essas relações, de significados e sentidos. Inserem-se em um contexto histórico, político e econômico e nele ensaiam suas trajetórias de vida. Ao mesmo tempo, realizam um movimento próprio para interpretar esse mundo e traduzi-lo a si mesmo, percebendo-se como parte constituinte de um ou de vários grupos.

As escolas estaduais de Manaus realizaram diversos programas e projetos que são pensados na Secretaria Estadual de Educação. Estes são implementados em parceria com instituições públicas tais como: a Fundação de Amparo à Pesquisa (FAPEAM), a Universidade Federal do Amazonas, o Instituto de Pesquisa da Amazônia (INPA).

De acordo com informações do site da Secretaria Estadual de Educação são realizados os seguintes programas no Ensino Médio e desdobram-se nos projetos: Programa Ciência na Escola, Reforço Escolar, Horta Escolar e Regionalização da Merenda Escolar dentre outros. O desenvolvimento destes projetos corrobora para a interação de professores e alunos no ensino médio, além da possibilidade do contato mais próximo com o ambiente da pesquisa. Nessa lógica Brito et al (2018, p. 397)

reiteram que, “a educação, por sua vez, como pioneira na transmissão e formação de opiniões, pode ser aliada para que se realizem projetos e ações que atendam ao princípio da responsabilidade que o ser humano tem para com as futuras gerações’.

Há que se comentar que, a escola é vista pelos jovens como local de interação e de construir novas amizades, de namoro e aprendizagem e de valorização do consumismo. A vestimenta, os materiais escolares, o novo modelo do celular, os tênis caros e os carros e motos dos professores. A percepção destes objetos gera nos jovens pobres a vontade de possuí-los, e por consequência sentem a necessidade de buscar um trabalho que lhe proporcionem ter o que desejam.

De acordo com Weisheimer (2019, p. 70) os jovens aparecem como um mercado consumidor importante

A indústria cultural standardiza seus produtos que transcende os limites da idade através da propagação da moda jovem. Esta se constitui no padrão estético da vida cotidiana. Como resultado, ser jovem torna-se um estilo de vida que não se restringe mais a uma faixa etária [...]

No ambiente escolar os jovens, por vezes, apresentam comportamentos que desagradam aos professores com isso gerando conflitos de autoridade, os estudantes trazem vivências de suas casas e comportamentos que não condizem com que se espera em uma sala de aula. Muitos destes jovens têm envolvimento com as drogas ilícitas e isso favorece para haja um comprometimento na autoridade dos professores em sala de aula. Para Tomazetti e Schlickman (2016, p.337) “há claros indícios que a autoridade do professor está se transformando através das estratégias impostas pelos próprios jovens, que os desafiam continuamente”.

Nesse aspecto, há uma perda de autoridade dos professores que segundo Sposito et al (2020, p.318)

Transformações sociais iniciadas no século XX provocaram mudanças da ação socializadora e das relações de autoridade no interior da vida escolar. A autoridade docente deixa de estar ancorada na sua posição na instituição e de ser imediatamente reconhecida como tal pelos alunos.

As escolas públicas de ensino médio vivenciam muitas situações que dificultam o andamento das aulas e as rotinas escolares. Nesse panorama, pode-se citar a superlotação das turmas, o abandono e a reprovação, a gravidez precoce escolar e a

conciliação entre estudos e trabalho que dentre tantos fatores corroboram para a má formação dos jovens.

A superlotação das turmas nas escolas do ensino médio é um fator que compromete a educação dificultando o trabalho dos professores e a aprendizagem dos estudantes, de forma particular, na cidade de Manaus, há escolas em várias zonas geográficas que estudam mais de cinquenta alunos em um ambiente em que caberia um pouco mais de trinta pessoas. A superlotação das turmas do ensino médio contraria o que prescrito na Lei Estadual nº 257 de 30/04/2015, que em seu Art. (1º, III) dispõe que, as escolas da Rede Pública e Privada de Ensino do Estado do Amazonas funcionarão com salas de aula em que o número máximo de alunos matriculados no Ensino Médio seja até 35 alunos.

Outros fatores que comprometem as aulas no ensino médio seriam a desmotivação do professor em relação à educação, os baixos salários, as turmas numerosas e o desrespeito dos estudantes a figura do professor. Contribuem para desvalorização da profissão e para a baixa qualidade do ensino que é oferecido aos estudantes. Assim sendo, esses fatores cooperam para que a escola pública se torne pouco atrativa para professores e estudantes.

Fernandes e Zan (2016, p. 222) acentuam que

Diante das fortes tensões nas relações professor aluno – sobretudo quando o jovem não se subjetiva como estudante, é importante que o professor saiba “lidar” com o aluno, que se abra para as negociações, que reveja posicionamentos, se divorciando da “queda de braços” e das incompreensões em torno da juventude, que foge, em muito, daquela juventude ideal esperada pela escola. A autoridade do professor precisa constantemente conquistada, pois a relação dos jovens com a autoridade, que muitas vezes, coloca em questão o próprio sentido da escola.

Nesse panorama, Losif (2007, p.122) acrescenta que

[...]o que se presencia é que a grande maioria dos professores da escola pública da Educação Básica brasileira encontra-se desestimulada, com baixos salários, sem o mínimo de organização com seus pares para lutar por melhores condições de trabalho e, conseqüentemente, por melhores condições de vida, abrindo mão de contribuir para a mudança social.

O abandono escolar é um dos responsáveis pela má formação dos jovens e o retardamento destas pessoas para a finalização do ensino médio. Há aspectos que favorecem o abandono escolar no ensino médio, como por exemplo, a localização da

escola distante da casa dos estudantes, por conseguinte o jovem passa a utilizar o transporte público para chegar ao ambiente escolar, contudo devido à questão financeira de sua família, é obrigado a abandonar seus estudos por não ter como pagar o transporte para ir à escola.

Santana e Melo (2020, p.02) comentam que

[...]o abandono da escola por parte do aluno em algum momento do ano letivo caracteriza um dos maiores desafios enfrentados pela educação brasileira, a evasão escolar. É válido destacar que, a ocorrência desse fenômeno não é atribuída a um fator, mas uma multiplicidade [...].

Lebourg e Coutrim (2018, p.610) salientam também que

Em se tratando especificamente dos sujeitos das camadas populares, estes costumam enfrentar dificuldades de acesso e de permanência na escola durante essa etapa. Com frequência, também apresentam distorção idade/série devido a trajetórias escolares que podem conter rupturas no processo e/ou mais de uma reprovação.

O abandono e a reprovação escolar podem estar ligados diretamente ao uso de drogas e bebidas nas escolas. Os grupos que se formam para o consumo de entorpecentes passam a gazetar as aulas para consumir drogas e fazer uso de bebidas alcoólicas em casas de amigos, em locais desertos da cidade ou em praças.

Santana e Melo (2020, p.06) acrescentam ainda que os aspectos de ordem socio-histórica, cultural, política e econômica

Terão papel fundamental no desempenho na continuação ou no abandono aos estudos por parte destes indivíduos, visto que os jovens convivem com dilemas que versam a adaptação do meio social no qual estão inseridos e sua identidade é construída e reconstruída ao longo de suas vivências, tornando-se assim um agente interacional que é diretamente influenciado pelas figurações que carrega e pelos jogos simbólicos que as acompanha.

A gravidez durante o ensino médio é outro fator que também contribui para o abandono escolar, a jovem se vê obrigada a desistir da escola por não conseguir conciliar os estudos e a maternidade e por não ter com quem deixar o filho menor. O número de jovens grávidas nas escolas é considerável. Nas escolas da cidade de Manaus nas zonas centrais e periféricas é algo recorrente, mesmo com palestras sobre gravidez oferecidas pelos profissionais da educação a estudante engravidada e vê seu sonho de finalizar a educação básica interrompido.

Sobre a gravidez de adolescentes e jovens Trombetta et al (2020, p.316) enfatizam que

Tradicionalmente, a gravidez na adolescência não é planejada, mas decorrente de um relacionamento sem vínculos profundos com o parceiro. Pode acontecer devido ao desconhecimento dos métodos anticoncepcionais ou ser considerada um ato de irresponsabilidade, quando os jovens sabem da importância do preservativo e mesmo assim não o utilizam. Estes aspectos nem sempre estão presentes e sinalizam que a ocorrência da gravidez e da maternidade nessa faixa etária não pode ser desvinculada das motivações individuais, nem descontextualizada das condições sociais em que as adolescentes estão inseridas, considerando-se a influência de fatores sociopolíticos, culturais e psicológicos implicados na escolha de ser mãe.

Conforme dados do IBGE, na Pesquisa Estatística do Registro Civil, no Amazonas no ano de 2019 ocorreram 80.907 nascimentos. Sendo que 16.663 eram da faixa etária de 15 a 19 anos na ocasião do parto. Na cidade de Manaus, especificamente, um total de 8.475 jovens se tornaram mães também nesta faixa etária. Um número expressivo se considerarmos as outras capitais do país, como São Paulo que totalizou 15.280 nascimentos com mães na faixa etária igual a capital do Amazonas. Enquanto que na cidade de Belém, localizada também na Região Norte, por exemplo, 5.324 jovens tiveram bebês nesta faixa etária.

A conciliação entre estudos e trabalho também é um dos aspectos que acarretam o abandono escolar, uma parcela de estudantes sente a necessidade de adentrar ao mercado de trabalho para ajudar financeiramente a família. Nesse contexto, Carrano (2015, p.1439) “destaca que o abandono escolar cria mais problemas para o fluxo de escolarização do que as reprovações”.

No que tange a renda mensal da população jovem que trabalha na cidade de Manaus conforme dados do IBGE do ano de 2010, nas seguintes faixas etárias de 15 a 19, corresponde a R\$ 552,74, de 20 a 24 anos corresponde a R\$851,99 e de 24 a 29 anos corresponde a R\$ 1.129,05. Nota-se que, segundo esses dados o salário da população jovem manauara é muito inferior ainda que finalizem uma graduação e possuam uma profissão.

Embora o trabalho seja uma fonte de renda para o sustento dos jovens e a possibilidade de ajudar na manutenção de sua família, porém corrobora para que as dificuldades escolares que o jovem irá vivenciar apareçam. Conforme Carrano (2015, p.1447) “aqueles que trabalham e estudam têm mais dificuldade de permanecer na escola”. Os jovens em seu ambiente de trabalho podem ter ocupações inferiores ao

que pretendiam, devido à baixa qualificação que possuem, passam a desenvolver atividades como garçom, atendente de balcão, babá e doméstica.

Por outro lado, há um determinado grupo de jovens que conseguem estágios por meio período em empresas no horário diferente ao que estudam. Trabalham na condição de aprendiz, pois a legislação não permite que os jovens na faixa etária sejam 14 a 17 anos efetivados como funcionários da empresa e trabalhem em um período superior a oito horas por dia. Todavia, como os estágios são trabalhos temporários que se prolongam apenas até a finalização do ensino médio, uma grande parcela de jovens que saem dos estágios junta-se ao número crescente de desempregados pelo país.

A rotatividade dos jovens no emprego é alta devido à temporalidade dos trabalhos ser curta, os jovens também arranjam ocupações em empregos temporários, no centro das grandes cidades, no final de ano, por exemplo. E também a finalização dos estágios citada anteriormente corrobora para o desemprego juvenil. Nesse aspecto Silva (2020, p.40) afirma que em uma sociedade desigual

[...] parcelas significativas da juventude se encontram em situação de vulnerabilidade, pois a inserção profissional se efetiva em um modelo de precocidade e subalternidade em relação ao modo de produção capitalista. A permanência e manutenção da sociedade de classes sociais faz parte da divisão dos interesses antagônicos do capital e do trabalho.

No Brasil há também uma parcela da população jovem conhecida pelos pesquisadores da área da educação por jovens nem. São os jovens que nem estudam e nem trabalham. Vivem e são sustentados pelos pais, abandonaram os estudos ou concluíram apenas o ensino fundamental ou médio, entretanto não procuraram uma ocupação no mercado de trabalho e nem estão matriculados em nenhuma instituição de ensino.

Para Falcão (2019, p.181) quando considerado o conjunto das pessoas que têm entre 15 e 29 anos

Os mais velhos são maioria entre aqueles que estão fora da escola e do mercado de trabalho. Mesmo com a ponderação de que para alguns desses jovens a condição de desfiliação possa ser provisória, haja vista que a população juvenil é fortemente atingida pelo desemprego recorrente e que para muitos a conclusão da escolarização básica ainda é um desafio, os dados preocupam porque no Brasil escola e mercado de trabalho são primordiais na estruturação das identidades.

Desse modo, a relação que se expressa entre os jovens e a escola é marcada por aspectos múltiplos, pois o cotidiano escolar é vivenciado de maneira particular por cada estudante que frequenta as escolas de ensino médio. O conhecimento adquirido nas instituições escolares não contempla a infinidade de exigências do mercado de trabalho e dos processos de vestibulares instituídos pelas universidades revelando aos jovens a certeza que as escolas públicas necessitam mudar sua forma de lidar com o público juvenil tão diverso que habita as grandes capitais e os municípios das zonas rurais do país.

A escola necessita perceber a importância da criação de currículos que atendam às exigências que são solicitadas aos jovens e tenham relação com o contexto em que estão inseridos.

Para os propósitos deste estudo, é de suma importância a abordagem da relação juventude-família na contemporaneidade, considerando o papel fundamental da família na formação integral do jovem e, em particular, no processo de escolarização. Nessa direção Ferronato (2015, p.07) ressalta que “a legislação brasileira vigente reconhece e preconiza a família, enquanto estrutura vital, lugar essencial à humanização e a socialização da criança e do adolescente, espaço ideal e privilegiado para o desenvolvimento dos indivíduos”.

Para Losacco (2002, p.64) a família é

[...] a célula do organismo social que fundamenta uma sociedade. Locus nascendi das histórias pessoais, é a instância predominantemente responsável pela sobrevivência de seus componentes; lugar de pertencimento, de questionamentos; instituição responsável pela socialização, pela introjeção de valores e pela formação de identidade; espaço privado que se relaciona com o espaço público.

É na família que acontecem as primeiras vivências afetivas e sociais. Nessa perspectiva, Gonçalves e Coutinho (2008, p.602) reforçam que “para além da situação de dependência material, a família tem para os jovens um lugar central enquanto referência no que diz respeito ao apoio, no caso de algum problema, a seus projetos futuros, aos valores, etc”.

Por outro lado, o ambiente familiar pode contribuir de forma negativa para o estabelecimento de relações entre os indivíduos jovens e também na sociedade em que estão inseridos. O cotidiano familiar permeado pela vulnerabilidade, a violência familiar e a situação de extrema pobreza em que estão inseridos muitos estudantes

do ensino médio são aspectos que influenciam nas relações sociais dos jovens das classes menos favorecidas. Como realçam Gomes e Pereira (2005, p.359) “para a família pobre, marcada pela fome e pela miséria, a casa representa um espaço de privação, de instabilidade e de esgarçamento dos laços afetivos e de solidariedade”.

As famílias mais numerosas e que são constituídas por muitos por muitos membros sentem dificuldades em oferecer um apoio educacional melhor para os seus filhos. As carências financeiras e materiais dificultam a realização dos sonhos dos jovens e por vezes mudam a trajetórias de vidas que são pensadas. As condições também precárias dos jovens em suas famílias corroboram para o insucesso escolar.

De acordo com o pensamento de Correa (2013, p. 08)

É inegável que as condições de sobrevivência da família marcadas pela pobreza e pela falta de acesso aos bens materiais e simbólicos interferem na construção de um determinado percurso escolar. Ainda mais quando são ressaltadas pela vulnerabilidade social, com condições precarizadas de moradia e do próprio território, não dispondo de equipamentos públicos mínimos como suporte na socialização dos filhos. Nestes casos, fica evidente a forçados condicionantes sociais como barreiras para as trajetórias escolares [...]

Para Arpini et al (2019, p.511) “as políticas públicas poderiam oferecer possibilidades diferentes para essas famílias, no que diz respeito ao suporte para enfrentar essas adversidades e oportunizar novas formas e estratégias de ampliar as possibilidades de superação’.

Dessa forma, há que se destacar que as condições econômicas, a composição familiar e a necessidade de vivenciar a condição juvenil (o namoro, o consumismo e ajudar financeiramente aos pais) contribuem para que os jovens tenham sua inserção laboral mais cedo.

Nessas condições Santos e Gimenez (2015, p. 156) afirmam que

[...]para a imensa maioria pobre da sociedade – negros, mulatos, mestiços, e também brancos migrantes ou residentes nas regiões mais pobres –, a estratégia de melhoria de vida ou de ascensão social passou pela manutenção das crianças e jovens no mercado de trabalho, que iniciavam o trabalho até mesmo com menos de dez anos de idade. Em outras palavras, num contexto de extrema e adversa concorrência num mercado de trabalho marcado por elevado excedente de força de trabalho, baixos salários e enorme desigualdade, tratava-se de uma estratégia de elevar a renda familiar por meio do aumento de familiares ocupados.

O ambiente familiar favorável é responsável por uma maior permanência dos jovens nas casas dos pais. O nível maior de escolaridade, a possibilidade de trabalhar e ter sua autonomia não retira a vontade dos jovens por permanecerem morando com os pais. Segundo dados do IPEA do ano de 2016 ganhar o próprio dinheiro tem uma direção inequívoca entre os homens no que se refere a sair de casa. Os homens que ainda não tem seu rendimento próprio praticamente não deixam as casas dos pais (2,7%, em 1991 e 9,8% em 2010), ao passo que, quanto mais eles ganham, maiores são as probabilidades de saída.

Ainda conforme dados do IPEA do ano de 2016, para as mulheres a probabilidade de sair de casa em 1991 era de 35,6% e 31,5% em 2010. Esse fator é ambíguo. Nos anos de 1991 e 2000, as mulheres sem rendimento estavam mais fora de casa que as que tinham seu próprio rendimento. Isso pode estar associado ao fato de elas terem saído do mercado de trabalho para se casar e cuidar dos filhos, pressupondo o movimento financeiro pelo homem. Em 2010, a configuração é outra, as mulheres sem rendimento têm a menor probabilidade de estar fora de casa, entre as diversas faixas de ganho próprio.

Por outro lado, o relacionamento conflituoso entre os jovens e seus pais pode ser visto como um dos fatores que colaboram para a saída precoce do ambiente familiar. Para os jovens é o começo de uma nova vida em busca de melhores condições financeiras e de um ambiente doméstico mais harmonioso para viver.

Devido às situações vivenciadas nas famílias, de forma particular nas monoparentais femininas, as mães tornam-se referência para os filhos. Ela é a provedora do sustento material, cuidado dos filhos e o acompanhamento na escola. Os filhos vêem na figura materna o elemento preponderante de sobrevivência. Sustentando e cuidando de sua família em ocupações de pouca ou renda média, com baixa ou alta escolaridade ainda assim os filhos se espelham na mãe como um exemplo a ser seguido em termos profissionais e educacionais. Nesse entendimento, Correa (2013, p.07) salienta que

[...]o fato da organização familiar ser monoparental parece não significar em si mesmo uma variável que interfira na vida escolar dos jovens. Inúmeras pesquisas realizadas com jovens das camadas populares revelam a importância da mãe no estímulo e no acompanhamento escolar dos filhos, além de estar presente nos projetos de futuro formulados por muitos deles.

A juventude, assim como a infância, exige da família uma atenção redobrada, entretanto muitos genitores não conseguem sequer estabelecer uma relação mais próxima com os filhos. As situações vivenciadas pelos filhos como um uso abusivo de bebidas alcoólicas pelos pais, o uso de drogas e os conflitos entre o casal alteram a harmonia da família e estes fatores interferem sensivelmente na vida escolar dos jovens acarretando situações de reprovações e abandono escolar.

Nessa perspectiva Justino e Nascimento (2020, p.105) explicitam que “os estudos que discutem a exposição dos filhos à violência e ao consumo abusivo de bebidas alcoólicas pelos pais/cuidadores indicam que esse contexto pode ainda favorecer uma aprendizagem do comportamento alcoolista e legitimar a violência nas relações”.

Conforme Silva et al (2016, p.1324) “a família é uma base de suporte muito importante para um saudável desenvolvimento dos adolescentes e mesmo dos jovens adultos. Alterações ocorridas neste núcleo de relações podem afetar de igual forma esse desenvolvimento”.

Justino e Nascimento (2020, p.94) apontam que

[...] O contexto familiar também pode ser um ambiente de risco quando se considera a violência doméstica e familiar, mesmo quando o adolescente não é identificado como a principal vítima (por exemplo, num ambiente no qual há o predomínio da violência entre os cuidadores principais). Verifica-se que, no Brasil e no mundo, o conflito familiar que resulta em violência doméstica e familiar é frequente, particularmente resultando em violência contra a mulher.

A convivência familiar favorável ao diálogo e que é estabelecido entre pais e filhos é um dos aspectos que é responsável pelo sucesso escolar dos estudantes. As situações vividas no ambiente familiar desaguam na escola. A família constitui-se como um importante apoio social e psicológico dos jovens, a imposição de regras, horários de chegada a casa, estabelecimento de momentos dedicados aos estudos ajudam no sucesso escolar e na compreensão de que as regras devem ser cumpridas em todos os ambientes que os filhos frequentem.

De acordo com Barreto e Rabelo (2015, p.38) “é da família para a sociedade que deve estar estabelecida a ordem de projeção de valores, visto que os pais se constituem como primeiros educadores. Aqueles que formam os filhos para se tornarem pessoas aptas ao convívio social”.

Nesse entendimento Raitz e Petters (2008, p.415) afirmam que,

[...]a família para os jovens se torna importante como âncora e suporte psicológico no enfrentamento de desafios que se apresentam cotidianamente num movimento rotativo e circulante, assim os impulsiona a continuar lutando em busca de melhores condições de vida.

Por outro lado, os conflitos familiares se traduzem na vida dos jovens em situações de violência, por meios de agressões aos colegas, o envolvimento com o crime, roubos e pequenos furtos para ajudar no consumo das drogas, o trabalho no tráfico de drogas e a violência sexual no contexto familiar. Para Andrade (2015, p.19) “a violência escolar não é considerada um fenômeno recente. O que surge como um fato novo na atualidade são, além de seu alto índice de incidência, suas inéditas formas de manifestações”.

De acordo com Moré e Krenkel (2014, p.36) “nem sempre as crianças e adolescentes chegam aos serviços de saúde ou escola apresentando sinais visíveis de violência, uma vez que a violência pode estar presente por meio de marcas invisíveis, resultado da violência sexual, psicológica ou de negligência”.

Em vista disso, de acordo com Zanatta e Motta (2014, p.477) “o jovem, ao ter acesso à informação, poderá entender que algumas vivências do seu cotidiano podem expô-lo a situações de violência em diferentes âmbitos: na família, nas ruas, escola e espaços de lazer”.

Nesse sentido, a relação que os jovens estabelecem e vivenciam com sua família em seus domicílios de certa forma interfere diretamente na relação que é estabelecida nas escolas e também contribui para a falta de limites em sala de aula, pois muitos jovens agredem verbalmente professores e colegas. Essas vivências são responsáveis pelas reprovações, repetência, abandono e evasão das escolas. Caridade et al (2019, p. 56) complementam que

É uma realidade que o espaço escolar é, não raras vezes, palco para a manifestação de diversos conflitos interpessoais (e.g., problemas de indisciplina, bullying, insucesso ou abandono escolar e violência entre pares), atendendo a que a grande maioria destas alterações comportamentais está, sobretudo associada a dinâmicas familiares perversas, como sejam a exposição à violência doméstica, fracas relações parentais, desemprego, condições econômicas desfavoráveis, álcool, tráfico e consumo de droga.

O divórcio, as separações dos casais de união estável, também são fatores que interferem na relação entre pais e filhos. As consequências são: mudança de residência, os jovens passam a viver apenas com um genitor, mudança de escola ou

de cidade, desestímulo aos estudos, entrada precoce dos jovens ao mercado de trabalho. Para Trindade e Mosmann (2016, p. 625) “a relação conjugal conflituosa transborda e influencia negativamente a relação com os filhos, contribuindo para um ambiente permeado de discórdias e promovendo a manifestação de sintomas nos filhos”.

Há que se comentar que, pela necessidade da busca para o sustento das famílias, os pais ou responsáveis passam muitas horas fora de seus domicílios, enfrentam horas de trabalho e a convivência com os filhos fica restrita aos momentos de descanso ou aos finais de semana. E por consequência o tempo de convivência familiar torna-se efetivamente mais escasso.

Sobre este aspecto Crepaldi (2017, p.11739) acrescenta que

Embora saibamos que, em muitos casos, os pais precisam trabalhar para garantir o sustento da família, e que o tempo se torna escasso para se dedicarem à educação de seus (suas)filhos(as), é preciso encontrar um momento em que possam dialogar com eles (as), provar interesse pela vida escolar e demonstração de afeto.

A participação da família na escola influencia diretamente no desempenho escolar dos jovens, o acompanhamento contínuo dos filhos na escola (participação em reuniões, eventos e atividades pedagógicas) traz resultados positivos para o desempenho escolar dos estudantes. Nesse contexto Maravai e Mello (2020, p. 114) acrescentam que “é relevante que a família seja uma presença ativa na escola, seja na participação em eventos ou nos processos de acompanhamento do rendimento escolar dos filhos. Participar conjuntamente com a escola favorece, sobremaneira, a melhoria do processo ensino-aprendizagem”.

Carrano (2015, p. 1446) sinaliza que

Sabemos que a posição social dos pais e o nível de escolaridade estabelecem correlações com a escolaridade dos filhos, em especial pelos suportes materiais e financeiros necessários para a formação quanto pelas possibilidades que se abrem para o acompanhamento escolar da vida dos filhos.

Entretanto, em face das dificuldades que estão presentes nos cotidianos familiares e nas formas de organização familiares os pais têm deixado para a escola atribuições que são específicas da família. Nesse cenário Crepaldi (2017, p.11741) discorre que

Os pais ainda não entenderam o real papel da escola na vida de seus (suas) filhos (as), e tentam passar a responsabilidade que seriam deles à escola. Ocorre, com muita frequência, uma inversão de papéis entre escola e família, ou seja, a família passa a se preocupar com os conteúdos vistos na escola e que precisam ser reforçados em casa, em forma de tarefas e trabalhos que, em muitos casos ocupam grande espaço de tempo que poderiam ser gastos com a educação básica de seus (suas) filhos(as), e as escolas envolvidas com comportamentos dos(as)alunos(as), ensinando regras de boa convivência social, sem tempo para aprofundar no desenvolvimento intelectual dos seus (suas) alunos(suas).

Com o advento das tecnologias (uso do smartphone, notebook, internet e as redes sociais) as relações estabelecidas na família sofreram outras modificações significativas. Pelo uso abusivo dos celulares, videogames, das redes sociais, novos conflitos foram evidenciados. Os jovens possuem facilidade no manuseio das redes sociais, que ao contrário dos pais sentem dificuldades. Conforme Abramovay et al (2015, p. 33) “os meios de comunicação de massa (tv, rádio, internet) com o respaldo das novas tecnologias de informação, vem se fortalecendo como agentes de socialização, adquirindo principal especial importância para culturas juvenis às redes sociais”.

Corroborando com esta assertiva Dourado et al (2018, p.433) destacam que

Os pais como responsáveis pela educação se veem impactados diante de tantas novidades, bem como em dificuldades ou até mesmo inabilitados para tal tarefa, deixando os filhos livres ou ainda mesmo como responsáveis por iniciá-los e ensiná-los a usar as novas tecnologias, provocando uma inversão de papéis, já que os adolescentes passam a ocupar lugar de tutores dos pais no uso das tecnologias.

Nesse panorama, a longa permanência na internet gera conflitos entre pais e filhos, pois as tarefas cotidianas de casa definidas pelos genitores são deixadas de lado pelos jovens e as horas desperdiçadas nas redes sociais retiram a vontade de realizá-las, por conseguinte as tarefas e os trabalhos escolares são deixados em segundo plano. O uso abusivo das redes sociais que vivido em casa é levado para as salas de aula atrapalhando sensivelmente o trabalho dos professores afetando assim a qualidade do ensino.

Piccini et al (2020, p.869) esclarecem que

[...] as mídias digitais incidem nas relações entre pais e filhos, porém sua repercussão será negativa se o núcleo familiar estiver fragilizado e disfuncional, caso contrário, podem ser ferramentas úteis a demanda da vida contemporânea, aproximando pessoas de gerações diferentes, possibilitando

aos pais acompanhar e proteger os filhos e a estes ensinar e atualizar os pais.

O trabalho precoce é uma realidade social de muitos jovens das famílias de baixa renda. A necessidade de ajudar os pais, a falta de bens materiais e vontade de vivenciar a juventude são fatores que cooperam para que o estudante se torne um trabalhador. Segundo Silva (2020, p. 36)

[...] é preciso uma renda para dar conta das responsabilidades que se assume precocemente. Parcelas significativas dessa juventude construiu esse contato com o mundo do trabalho bem antes, nas tarefas caseiras, no trabalho como auxiliar da reforma da casa, na prestação de serviços aleatórios nos quintais da vizinhança, nos ofícios ligeiros, ou, ainda, em trabalhos precaríssimos nas padarias e mercadinhos do bairro.

Corrochano e Abramo (2016, p.115) expõem que

No Brasil a presença da escola demorou a alcançar parcela significativa de crianças e jovens e o trabalho infantil e adolescente sempre se fez mais presente; os próprios elos da relação entre escola e trabalho foram distintos e a transição para o trabalho depois de finalizada a escolaridade básica não foi modalidade predominante.

Nesse sentido, trabalho desenvolvido pelos jovens traz certa autonomia e independência financeiras, delineiam projetos futuros, tais como a entrada em universidade particular, ajudar financeiramente os pais e a saída de sua residência para morarem sozinhos.

Conforme Falcão (2019, p.186)

Pode-se perceber a posição assumida pelos adultos e os jovens com relação à manutenção e provimentos da casa é um aspecto fundamental na estruturação da relação entre ambos. Apesar de serem muito comuns os casos em que o apoio material procede dos adultos para os jovens, nas classes populares é possível encontrar muitos casos em que os jovens dividem assumem integralmente as responsabilidades pelo provimento da casa.

A família exerce Influência na escolha profissional dos jovens. Há que se comentar que, os filhos têm uma tendência de se espelhar nas profissões que os pais exercem, contudo se a atividade profissional exercida pelos genitores não for compensatória em termos financeiros os jovens buscam novas possibilidades em termos profissionais. Para Terrugi et al (2019, p.172)

A escolha profissional é multifatorial, influenciada por aspectos econômicos, psicológicos, sociais, dentre outros, sendo a influência exercida pelos pais e

familiares a que mais pesa na decisão do adolescente. É na vivência familiar que o sujeito desenvolve representações internas que irão influenciar seu comportamento no futuro e o modo como lidam com problemas e escolhas. Além disso, é na família também que se formam as expectativas quanto ao futuro profissional e onde os primeiros traços de um projeto de vida começam a ser desenvolvidos.

Pratta e Santos asseveram (2007, p. 252) que

[...] as experiências vivenciadas pelo jovem, tanto no contexto familiar quanto nos outros ambientes nos quais ele está inserido, contribuem diretamente para a sua formação enquanto adulto, sendo que, no âmbito familiar, o indivíduo vai passar por uma série de experiências genuínas em termos de afeto, dor, medo, raiva e inúmeras outras emoções, que possibilitarão um aprendizado essencial para a sua atuação futura.

Desse modo, a família apresenta grande importância na vida dos jovens no período contemporâneo, ela é a responsável por conduzir os aspectos sociais e educacionais que corroboram para o bom desempenho escolar. Além de ser um porto seguro nos momentos em que os jovens necessitam de apoio em alguma situação que exige um suporte financeiro maior. Embora permeada por múltiplos conflitos a família ainda se destaca como principal aliada no acompanhamento escolar dos estudantes do ensino médio.

3. O ACOMPANHAMENTO ESCOLAR EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO DO AMAZONAS: O QUE ELE DIZ SOBRE A RELAÇÃO FAMÍLIA E ESCOLA?

Nesta seção serão apresentados os resultados da análise documental realizada em uma escola estadual da cidade Manaus. Esta seção será composta por três tópicos: no primeiro tópico serão apresentados os dados coletados sobre as ações institucionais que ensejam o acompanhamento escolar por parte das famílias. No segundo tópico serão comentados os desafios do acompanhamento escolar que se revelam no ensino médio. E no terceiro tópico serão apresentadas ações que se vislumbram a partir da realidade pesquisada, no intuito de romper com a lógica da desarticulação e implementar processos de acompanhamento escolar dialógicos entre escola e família no ensino médio.

Primeiramente será feita uma caracterização geral da escola, um pouco do contexto, sua localização, características do bairro em que está localizada, o perfil do público estudantil que atende e os projetos que são desenvolvidos durante o ano letivo. Posteriormente, serão descritos os documentos pedagógicos e as ações previstas no Projeto Político-Pedagógico que são desenvolvidas nesta instituição de ensino.

A escola está localizada na região centro sul de Manaus, no bairro do Aleixo, uma via pública importante da cidade. Nas proximidades da escola encontram-se alguns órgãos públicos e instituições privadas importantes e pelo sistema de comunicação composto pela Rede de TV Acrítica, Rede Amazônica e TV Rio Negro, pela Secretaria Estadual de Saúde, Tribunal de Justiça do Amazonas e outro órgãos do poder judiciário. É um bairro misto sendo comercial e residencial.

A Escola foi criada pelo decreto governamental n.34 de 23 de julho de 1960. Segundo consta no Projeto Político–Pedagógico a instituição tem como missão assegurar um ensino médio de qualidade, garantindo o acesso, a permanência e o sucesso escolar do aluno, formando cidadãos capazes de interagir na transformação da sociedade.

É uma instituição pertencente à rede Estadual de Educação e atende apenas estudantes do ensino médio regular, funciona em dois turnos matutino e vespertino. O quadro de colaboradores da escola é formado pela gestora, secretária, pedagogas, professores em regência de classe, professor presidente da Associação de Pais e

Mestres, que assume a regência de classe apenas um período, assistentes administrativos, auxiliares de serviços gerais, vigilantes e agentes de portaria (terceirizados).

Ainda conforme o PPP a instituição, esta possui um público estudantil bem diverso, oriundos das classes populares, muitos estudantes tem empregos temporários, são industriários, ou são autônomos. Uma parte dos jovens da escola já são pais, ou mães de família e de forma precoce, passam a ter uma responsabilidade que por vezes dificulta sua trajetória na vida escolar, uma vez que, a maioria destes conclui a vida escolar apenas com ensino médio, sem perspectivas de melhores possibilidades futuras por meio do estudo.

No que se refere à estrutura física, a escola possui dez salas de aulas, uma sala de professores, uma biblioteca, banheiro para professores, um laboratório de ciências, uma secretaria, depósitos de material permanente, merenda escolar e materiais de limpeza, cozinha, refeitório, quadra de esportes coberta, sala de pedagogos, sala da gestora, banheiros masculinos e femininos. No que concerne aos projetos são desenvolvidos em parceria com a FAPEAM ou Universidade Federal do Amazonas.

No PPP da escola estão elencados os objetivos gerais e específicos que nortearão as ações escolares durante o período letivo. No que se refere ao objetivo geral seria proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades para sua autorrealização, preparando-o para o exercício da cidadania e prosseguimento de seus estudos, observando as determinações do Art. 2º da LDB nº 9.394/96 que referencia

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

No que concerne aos objetivos específicos são citados no Projeto da seguinte forma: promover a integração escola-comunidade, planejar bimestralmente as atividades que serão desenvolvidas no Ensino Médio, organizar os horários das atividades que serão desenvolvidas no laboratório de Ciências e Biblioteca de acordo com os conteúdos programáticos do Ensino Médio, realizar oficinas de leitura e escrita para todos os educandos, elevar a qualidade do ensino estimulando professores e

alunos sobre a valorização da frequência escolar, criar condições para que os alunos desenvolvam habilidades e competências. E desenvolver na comunidade escolar a consciência de preservação e conservação ambiental.

3.1 Ações institucionais que ensejam o acompanhamento escolar por parte das famílias

Pelos caminhos da pesquisa documental, procedeu-se na instituição pesquisada, com o levantamento de documentos que contivessem registros importantes para compreender o tipo de relação que se estabelece entre a escola e a comunidade, voltada para o acompanhamento dos estudantes por parte das famílias. Neste processo, chegou-se a um conjunto de onze documentos, cujo conteúdo traz apontamentos relacionados à relação da escola com os responsáveis pelos estudantes conforme pode-se visualizar no Quadro 01 abaixo.

Quadro 01 - Documentos selecionados para a análise dos dados

Documentos selecionados para a análise dos dados
Termo de Responsabilidade/Matrícula
Comunicado de Reunião aos Pais e/ou Responsáveis
Comunicado de Convocação dos Pais
Ficha de Entrega de Boletim
Ficha de acompanhamento do aluno no Conselho de Classe
Boletim de Ocorrência Escolar
Termo de Advertência
Termo de Suspensão
Termo de Ciência e Responsabilidade
Ficha de Retorno às Aulas
Ficha de Busca do Aluno

Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Os registros das ações da escola são feitos em livros de Ata de Reunião de Pais ou Responsáveis ou no Livro de Ocorrência. Para análise destes documentos foi

utilizado o período de 2015 a 2020. Estes livros foram selecionados como fontes de dados na pesquisa. Foi analisado também o Regimento Geral das Escolas Estaduais e o Projeto Político Pedagógico da Escola para verificar quais ações escolares estão descritas nestes documentos, e se há alguma afirmação que se refere à importância da relação família e escola para o acompanhamento escolar dos estudantes.

Ao longo do período letivo são pensados, construídos e desenvolvidos diversos planos de ação a partir de demandas solicitadas pela Secretaria Estadual de Educação. Dependendo da necessidade, a escola costuma desenvolver ações urgentes de combate à Dengue, Malária, Prevenção às DST's/Aids, Combate ao fumo, Combate às drogas, Semana do meio ambiente, Combate ao preconceito e a Discriminação em todos os aspectos, Orientação Sexual, Ações de Prevenção e de Combate ao Abuso e Exploração de Menores.

Essas ações são desenvolvidas por meio de palestras com os profissionais da área da saúde, alunos e professores. Realização de Exposição de desenhos, composição de paródias sobre o tema evidenciado nas ações, produção de textos e apresentações orais na quadra de esporte da escola.

Na escola há também o desenvolvimento de Projetos interdisciplinares, estes são trabalhos realizados através de planos previamente estabelecidos que visam desenvolver nos estudantes a consciência sobre temas transversais que permeiam a vida cotidiana. Esses projetos são pensados e organizados pelos professores e estudantes com o objetivo de alcançar resultados que dificilmente seriam alcançados durante o transcorrer das aulas ditas normais. Cada projeto tem um coordenador da área para desenvolvê-los no período estabelecido.

Os projetos são elencados no PPP da escola com as seguintes denominações: Feira Bioexatas, Feira das Nações, Mostra Literária, Festival Folclórico da escola, Jogos Estudantis, Eu amo a minha escola. Entretanto, devido ao período da pandemia de Covid 19, estes projetos não estão sendo implementados no corrente ano. Pois, os estudantes estão em ensino remoto.

O único projeto que está em andamento é o Projeto Ciência na Escola ³em parceria com a Fundação de Amparo à Pesquisa, tem a durabilidade de um ano e implementado por um professor com a participação de três estudantes da escola.

³ O título do projeto é Aprendizagem Colaborativa no Conhecimento de Vacinas no Ensino Médio.

Todos os participantes recebem bolsa, o professor coordenador recebe bolsa viabilizada pela FAPEAM por um período de seis meses e os estudantes por cinco meses. Ao final do projeto há uma culminância realizada na própria escola e um relatório entregue a Função de Amparo à pesquisa do Amazonas.

Termo de Matrícula

O Termo de Responsabilidade/Matrícula é dado aos pais ou responsáveis no ato da matrícula na escola para que os mesmos conheçam as normas da escola e se responsabilizem por participar das reuniões convocadas pela escola, acompanhar os trabalhos escolares a serem feitos em casa e zelar pela frequência do estudante as aulas evitando faltas desnecessárias, Neste termo são deixados pelos pais ou responsáveis um número de contato pessoal para a escola utilize quando for necessário se comunicar com os genitores.

Observa-se neste documento, a perspectiva da escola em fazer o chamamento das famílias para com o acompanhamento escolar dos estudantes, dando detalhamento sobre o modo como deve se efetivar a responsabilidade das famílias para com os estudantes, tornando-se assim, um instrumento de desdobramento da responsabilidade já estabelecida no campo legal.

Ficha de Conselho de Classe

A Ficha de acompanhamento do aluno no Conselho de Classe foi pensada e encaminhada aos professores para realizar o acompanhamento da frequência, notas e comportamento dos estudantes durante o período letivo. Para que a equipe pedagógica possa acionar os pais e chamá-los a responsabilidade quanto ao acompanhamento escolar dos estudantes.

A escolha deste documento para a composição do corpus da pesquisa deve-se ao fato dele conter observações importantes sobre as ações que a escola realiza no sentido de verificar o desempenho escolar do estudante. Possibilita também a escola ter ciência em que aspectos o estudante apresenta um desempenho ruim e ao fazer a convocação das famílias ter subsídios que demonstrem que a escola está disposta a ajudara sanar as dificuldades apresentadas pelo estudante logo no início

do ano letivo em parceria com a família. Além de propiciar aos pais ou responsáveis um conhecimento da situação escolar do filho.

Comunicado de Reunião

O Comunicado de Reunião é emitido ao final de cada bimestre escolar e entregue aos pais ou responsáveis para que tomem ciência da reunião que será realizada pela equipe gestora ou pedagógica. A escolha deste documento para a composição da pesquisa deu-se pelo fato de que ele é um instrumento importante de comunicação entre a escola e a família no sentido de convocá-las para tomar conhecimento das ações que a escola realiza em prol de desenvolver o acompanhamento escolar. E de viabilizar aos pais ou responsáveis uma aproximação maior com os professores em um momento de conversa para saber sobre o desempenho do filho.

Comunicado aos Pais ou Responsáveis

O Comunicado aos Pais ou Responsáveis é utilizado pela instituição e enviado aos pais ou responsáveis para avisar sobre o planejamento dos professores, dedetização da escola, entrega da escola para o Tribunal Regional Eleitoral, no período das eleições, ou alguma situação que ocorra e que seja necessária a suspensão das aulas. Assim como o Comunicado de Reunião, esse documento se constitui como um importante recurso de comunicação entre a escola e a família, que demonstra a preocupação por parte da instituição escolar em manter a família informada no que se refere a dispensa do estudante as aulas e por quais motivos isto ocorre. Verificando-se as informações contidas e tal documento constatou-se sua relevância para a composição dos dados da pesquisa.

Ficha de Entrega de Boletim

A Ficha de Entrega de Boletim é utilizada pela secretaria da escola para confirmar a entrega do boletim de notas aos pais ou responsáveis ou ao estudante maior de idade, ela é entregue aos professores antes do início da reunião de pais. É o documento que comprova se os genitores ou responsáveis estão fazendo o

acompanhamento bimestral do filho. E serve de respaldo legal para a escola no final do ano letivo para sinalizar que os alunos com baixo rendimento ou possível reprovação não foram acompanhados durante todo o ano letivo.

A relevância deste documento diz respeito ao fato de demonstrar para a escola o quantitativo de pais que estão acompanhando os estudantes em relação as notas que lhes são atribuídas. E serve de ferramenta de avaliação para a escola em buscar novas maneiras para trazer os pais ou responsáveis a reunião. Apesar de conter limitações nas informações que estão postas neste documento foi selecionado para a compor os dados da pesquisa.

Boletim de Ocorrência Escolar

O Boletim de Ocorrência Escolar – BOE, é utilizado pelos professores durante as aulas para notificar os estudantes que apresentem comportamentos inadequados tais como: conversa excessiva em sala de aula, agressão verbal ou física ao colega, desrespeito ao professor, pichação ou vandalismo do patrimônio escolar, saída da sala de aula sem autorização do professor, atraso no retorno do primeiro horário de aula ou no retorno do intervalo uso de celular ou aparelho eletrônico em sala de aula, uso de boné, bandana, óculos escuros em sala de aula, não se apresentou devidamente fardado, não participa das aulas, não trouxe livro didático, não realizou atividade durante a aula, não entregou o trabalho de pesquisa, não entregou atividade para casa, realizou trabalho de outra disciplina durante a aula, dentre outros.

Esse documento é dado pelo professor ao estudante para assinar dando ciência de seu comportamento inadequado posteriormente, é entregue a pedagoga para que seja arquivado em seu processo na secretaria da escola. Quando o estudante tem três documentos desses em seu processo os pais ou responsáveis são convocados pela equipe pedagógica para comparecer a escola para assinar um Termo de Suspensão.

O BOE é um espelho da realidade sobre o comportamento do estudante durante o cotidiano escolar é serve de base legal para escola para uma futura transferência do estudante. Percebeu-se neste documento a perspectiva da escola em fazer o acompanhamento mais efetivo do comportamento do estudante no âmbito escolar. Para ter respaldo legal ao sentir a necessidade de fazer a convocação dos pais para a resolução de uma alguma situação ocorrida na escola.

O Boletim de Ocorrência foi escolhido para a composição da pesquisa por apresentar ações mais efetivas sobre o acompanhamento desenvolvido pela escola. Por outro lado, demonstra também que ações pontuais podem ser desenvolvidas tanto por parte da família como da escola para o ajustamento da conduta do estudante em sala de aula.

Comunicado de Convocação aos Pais ou Responsáveis

O Comunicado de Convocação dos Pais ou Responsáveis é utilizado pela equipe pedagógica e entregue ao estudante para que repasse aos seus pais ou responsáveis quando há uma ocorrência grave por parte do discente, tais como: quando os estudantes apresentam comportamentos inapropriados em sala de aula, depredam o patrimônio escolar, indisciplina em sala de aula, envolvimento em brigas com os colegas, quando o estudante é flagrado utilizando entorpecentes ou bebida alcoólica ou outra situação que requeira a presença dos pais ou responsáveis.

Este documento é de uso mais formal da escola e que se constitui como meio de convocação da família para um diálogo reforçando a responsabilidade dos pais ou responsáveis no que se refere à orientação de boas maneiras e ao cumprimento das normas estabelecidas na instituição na qual o estudante está inserido. E que a família por diversas razões não tem conseguido dialogar com os jovens em casa. Este documento foi considerado de extrema relevância para a pesquisa, porque as informações contidas nele refletem a importância que a escola atribui a presença dos pais ou responsáveis na escola para resolver os conflitos que emergem no cotidiano escolar.

Termo de Advertência

O Termo de Advertência é um documento criado pela secretaria da escola para notificar o estudante em relação a um ato grave que este tenha cometido no ambiente escolar. Após a assinatura de três documentos de Advertência os pais ou responsáveis são convocados para vir à escola, tomar ciência do comportamento indisciplinado e assinar um Termo de Suspensão.

Este documento do ponto de vista da relação família-escola demonstra que o estudante precisa ser mais bem acompanhado por sua família e que a escola tem

tentado por meio da conversa e da assinatura destes documentos auxiliar na mudança de comportamento do estudante.

É também um documento que apresenta limitações nas informações contidas nele, entretanto com uma reavaliação da escola poderá continuar a ser utilizado de uma forma efetiva pela escola. Considerou-se a relevância deste documento para a pesquisa, pois ele se torna um meio eficaz de cumprimento das Disposições Aplicáveis ao Corpo Discente, Seção II das Penalidades que são estabelecidas nos no Regimento Geral das Escolas Estaduais.

Termo de Suspensão

O Termo de Suspensão é documento de caráter punitivo na presença do responsável legal para punir os casos graves de violência, uso de drogas ilícitas, bebidas alcoólicas, depredação do prédio escolar, porte ilegal de armas, uso de explosivos ou qualquer outra ação que o estudante pratique que desabone a sua conduta. A adoção e a assinatura deste documento revelam que todas as possibilidades de diálogo entre a escola e o estudante já foram superadas e que a família precisa perceber a necessidade de sua intervenção no comportamento do filho para auxiliar no trabalho que a escola exerce.

Este documento tem informações mais completas sobre a situação da suspensão do estudante as aulas e também está em conformidade com o Regimento Geral das Escolas Estaduais no que tange as Disposições Aplicáveis ao Corpo Discente. A importância deste documento para o corpus da pesquisa, se destaca no sentido de que traz informações consideráveis das ações que escola realizou e que não foram suficientes para sanar as dificuldades que o estudante demonstrou em seu comportamento indisciplinado.

Devido à pandemia de Covid-19 no ano de 2020, as aulas passaram a ser remotas conforme decreto do governo estadual a partir de 16 de março e os estudantes iam para a escola apenas dois dias na semana com revezamento de turmas para não haver aglomeração, respeitando os protocolos de vigilância em saúde do Amazonas. A escola sentiu necessidade de criar três documentos para fazer o acompanhamento das aulas dos estudantes e sensibilizar os pais em relação ao ensino remoto.

Termo de Ciência e Responsabilidade

O Termo de Ciência e Responsabilidade foi criado no ano de 2020 no intuito de chamar os pais ou responsáveis para o compromisso com o cumprimento do acompanhamento escolar do estudante, no sentido de que o discente deveria assistir ao Programa Aula em casa, por meio da TV Encontro das Águas ou acessar pelo aplicativo Aula em casa no YouTube, ou na Plataforma Saber+ e dar prosseguimento aos estudos e atividades de estudo dirigido a serem entregues pelo estudante.

Este documento tem três objetivos em relação aos pais ou responsáveis. Eles devem zelar para que o estudante assista às aulas na TV ou para que realize as atividades propostas e as avaliações e que as entregue no prazo estabelecido pelo professor e manter uma rotina de comunicação com a instituição de ensino via aplicativos de mensagens instantâneas, contato telefônico ou por e-mail institucional ou quaisquer outros dispositivos da escola.

A adoção deste documento na pesquisa deve-se a importância que ele traduz da escola chamar a família a responsabilidade de acompanhar o filho no ensino remoto. E a preocupação da escola em criar um documento para estabelecer normas para o aluno dar prosseguimento aos estudos e de que forma família deve acompanhar o filho ainda que em um período de pandemia.

Ficha de Retorno às Aulas

A Ficha de Retorno às Aulas é documento utilizado para confirmar a frequência do estudante durante as aulas presenciais que foram estabelecidas pela escola. Serve também para atualização do cadastro pessoal do estudante. O documento possui algumas fragilidades em sua construção, contudo pode ser meio favorável na promoção na promoção do acompanhamento do estudante no período da pandemia.

A seleção dele para a composição da pesquisa se evidencia pelo fato de ser um instrumento caracteriza a preocupação da escolar em manter as informações telefônicas do estudante e da família atualizadas caso seja necessário entrar em contato.

Ficha de Busca do Aluno

A Ficha de Busca do Aluno foi um documento pensado e criado pela escola para fazer uma busca ativa dos estudantes desaparecidos, pois após o retorno presencial das aulas muitos não compareceram por vários motivos. Este documento

é relevante para a pesquisa, porque evidencia o interesse da escola em monitorar o estudante que porventura deixou de frequentar a escola no período da pandemia. Estabelecer contato telefônico com a família para identificar por quais motivos o estudante deixou de frequentar a escola. Porém, é um documento que precisa de alguns ajustes para tornar mais eficiente este monitoramento da frequência estudantil.

Outro registro encontrado que começou a ser utilizado pela escola durante a pandemia no ano de 2020 foi o Livro de Ata da Secretaria para registrar as ações da secretaria em relação à documentação do estudante e confirmar por meio escrito à presença dos pais ou responsáveis por meio do Termo de Autodeclaração especificado no livro.

Durante a leitura e análise do livro de Ata da Secretaria do ano de 2020 foram observados alguns registros de comparecimento de pais ou responsáveis no ambiente escolar sem ser convocados. Para solicitar junto à instituição que o estudante permanecesse em casa durante o período da pandemia, por apresentarem alguma comorbidade. Ou alguma situação particular que os impediam de frequentar as aulas.

As ações escolares também são registradas em livros de ocorrência, que são utilizados para pontuar todas as situações cotidianas que ocorrem no ambiente da escola. Estes Livros foram analisados no período de 2015 a 2020. Os registros são feitos apenas em um livro durante todo o período letivo tanto no turno matutino quanto no vespertino. As anotações são feitas pela equipe pedagógica ou pela equipe gestora e ao final da reunião que é realizada com a presença dos pais ou responsáveis e do estudante que praticou o ato.

Ao final da reunião, o livro é fornecido a eles para leitura e assinatura tomando ciência do fato ocorrido. Os livros de ocorrência servem de base legal (suspensão do estudante das aulas, ou transferência da escola) para a escola tomar uma ação mais severa em relação ao estudante que não cumpre as normas ou que não se adequa ao que é estabelecido como normas de conduta.

Há na escola também um livro de Reunião de Pais ou Responsáveis, que registra as reuniões que ocorrem durante todo o período letivo, são reuniões pontuais que podem acontecer no início do ano letivo, durante os bimestres para a entrega do boletim escolar, também para formalizar a organização colação de grau e o baile da formatura que acontecem no terceiro ano, ou quando houver a necessidade por parte da escola de solicitar a presença dos pais ou responsáveis.

A pauta que é utilizada pela escola no início do ano letivo para o encontro com os pais é para tratar sobre as normas da escola, dos eventos que irão ocorrer ao longo do ano letivo, da forma de avaliação que será utilizada pela escola, da apresentação do corpo docente da escola e da importância da família para o desempenho escolar do estudante.

Nos livros de Ocorrência foram encontrados registros de reuniões realizadas pela escola com pais ou responsáveis que tiveram como pauta: mau comportamento do estudante, a importância da presença dos pais na vida dos filhos e a aproximação da família com a escola para um bom andamento do ano letivo. Indisciplina dos estudantes, projetos que a escola oferece. Solicitação na colaboração do pais na educação dos filhos.

Constatou-se, pelos registros, a baixíssima participação dos pais ou responsáveis no evento. Além da reunião para tratar do desempenho escolar foram encontrados registros de reuniões com o gestor, os estudantes finalistas do ensino médio, um empresário do ramo de eventos, os pais e os responsáveis. Constatou-se a reduzida participação dos pais ou responsáveis.

Dessa forma, pode-se dizer que neste livro são registrados um conjunto de ações que são prescritas da escola para a família no que tange ao acompanhamento escolar.

No início ou no final da reunião este livro é repassado aos pais ou responsáveis para que seja assinado comprovando a participação no evento. É um registro legal da escola para comprovar a presença destas pessoas e um meio de verificação da participação da família nas atividades que a escola realiza e no desempenho do estudante.

A família segundo os registros nos livros de ocorrência e de reunião de pais ou responsáveis somente é convidada pela escola em situações que exigem a presença de Pais ou Responsáveis para realizar a punição para o estudante que realizou algo que desabonou sua conduta na escola.

Observou-se que há nestes livros registros por parte da escola sobre outras questões que envolvam a relação família escola para o acompanhamento escolar. Há também registros de situações de caráter punitivo. Nestes documentos poderiam ser registrados os momentos que a escola chama os pais para a entrega de certificados de honra ao mérito e que não são anotados neste livro, para demonstrar que a escola

não apenas puni o estudante, mas também premia pelo esforço da família em acompanhar os estudos ainda que o jovem esteja no ensino médio.

Os resultados apresentados nesta pesquisa documental, serão discutidos a partir da análise de conteúdo de Bardin. Assim, para a composição do corpus de análise foi feita uma leitura geral do material coletado, a posteriori uma pré-análise dos documentos para verificação da existência de ações institucionais que ensejam o acompanhamento escolar por parte das famílias.

Para tanto, desenvolveu-se a análise documental a partir de 11 livros de registros, sendo 09 de Ocorrência e duas Atas da Secretaria da escola entre os anos de 2015 a 2020, do Regimento Geral das Escolas Estaduais e do Projeto Político Pedagógico da Escola.

Posteriormente, da leitura e análise dos documentos surgiram duas categorias denominadas de ações escola-família e ações família – escola. O quadro 02 abaixo apresenta a divisão das duas categorias e as subcategorias que retratam as ações escolares para o acompanhamento.

Quadro 02 - Ações de Acompanhamento escolar

Categoria	Subcategorias	Frequência
Ações escola-família	Acompanhamento pedagógico	146
	Acompanhamento dos alunos pelo professor	07
Ações família-escola		19

Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

A escolha das categorias para o corpus de análise, seguiram quatro requisitos básicos que segundo Franco (2005, p.65) é a qualidade da pertinência, quando a categoria está adaptada ao material de análise escolhida e ao quadro teórico definido. Da objetividade e fidedignidade em que as diferentes partes ao qual se aplica uma determinada matriz de categorias devem ser codificadas da mesma maneira mesmo quando submetida a várias análises. E o da qualidade da produtividade quando há possibilidade de resultados férteis em índices de inferências em hipóteses novas e em dados relevantes.

Na primeira categoria ações escola-família, após leitura e análise dos documentos foram encontradas duas subcategorias que foram denominadas de acompanhamento pedagógico e acompanhamento dos alunos pelo professor. Estas duas denominações são provenientes de uma busca no Thesaurus Brasileiro da Educação (INEP).

Identificou-se pelos dados do quadro 02 que, a subcategoria acompanhamento pedagógico é a que se apresenta com maior frequência com 146 registros nos documentos escolares. Observou-se que, há situações registradas em que a escola solicita a presença da família para tomar ciência de determinado acontecimento no ambiente escolar e chamar os pais a responsabilidade para o comportamento indisciplinado do estudante.

São citados registros de utilização de bebida alcoólica no ambiente escolar pelo estudante. Pode observar no trecho extraído de um livro de ocorrência citado abaixo:

Compareceu à escola o senhor [...] pai e responsável da referida aluna para resolução do caso do consumo de álcool na escola ocorrido no dia 12 do ano de 2015 a referida aluna embora constatada que não consumiu configurou-se sua participação como cúmplice da ação e regular das colegas fica suspensa das atividades escolares no dia 13 de fevereiro de 2015.

Há também o registro de indisciplina do estudante durante o andamento das aulas e a escola também solicita a presença dos responsáveis para dar ciência aos pais a respeito do fato ocorrido e notificar que o estudante já possui outros registros de indisciplina na escola, conforme transcrito no trecho elencado a seguir:

Compareceu à escola senhora na [...] responsável pelo aluno [...] do terceiro ano 4, a mãe ficou ciente das advertências que o aluno já assinou e sobre o mau comportamento. O aluno compromete-se a melhorar o seu comportamento escolar.

Foram feitos muitos registros sobre o comportamento indisciplinado do estudante em sala de aula, nos corredores da escola, como pode-se verificar no trecho transcrito abaixo:

Os alunos [...] e [...] estavam saindo da escola sem a permissão da pedagogia ou da direção. E o professor de geografia havia acabado de entrar na sala de aula, ou seja, os alunos tinham quinto tempo e estavam saindo sem autorização por esse motivo, estou pedindo a vinda dos pais ou responsáveis a escola, pois não é a primeira ocorrência dos alunos. Os alunos só irão assistir aula com o comparecimento do responsável.

Percebe-se ainda que, na subcategoria acompanhamento de alunos pelo professor conforme quadro 02, foram encontrados 07 registros, que tratam de situações de desrespeito ao professor, como poder ser visto no trecho transcrito a seguir:

Os alunos abaixo foram retirados da sala de aula do professor [...], porque estavam brincando e rindo alto em sala, o professor pediu que os alunos parassem, porém não foi atendido. Por isso pediu aos alunos que se retirassem da sala de aula. Os dois alunos foram levados para sala da pedagogia onde assinaram esta ocorrência.

Há registro do apoio pedagógico sobre a suspeita de um estudante estar manipulando um papel de entorpecente na sala de aula, como pode ser percebido no seguinte trecho:

O apoio pedagógico e a professora de matemática chamamos o aluno para uma conversa na pedagogia porque o aluno foi visto pela professora pegando um objeto da aluna[...]. O aluno Entregou um papel chamado “Leda”, segundo o aluno o papel usado para enrolar drogas ou mesmo tabaco. Segundo o aluno ele não pegou qualquer entorpecente da aluna. Como estamos tentando mapear os alunos “da droga” a professora, aconselhou o aluno para que não se envolva com os alunos que já são conhecidos por consumir drogas na escola, o aluno está ciente das consequências de que pode “acontecer” caso seja pego com algum entorpecente.

Há também registros de ameaça e de agressão física que aconteceram na escola e que os pais ou responsáveis foram convocados a comparecer a escola para tomar ciência dos fatos ocorridos. Esta ocorrência pode ser observada na transcrição seguinte:

No horário do intervalo os alunos [...], 2º04 e [...] 1º envolveram-se em uma confusão no horário do intervalo da escola, o aluno [...] relatou que foi agredido com tapa no pescoço pelo aluno [...] que afirmou não ter dado tapa, mas sim uma cutucada com seu dedo no pescoço de [...]. O aluno [...] foi empurrado para dentro do banheiro e ameaçado pelo aluno Nicolas. Fato comprovado pelo mesmo. Ao serem questionados sobre a razão da confusão informaram que é por conta da mensagem de Whatsapp que o aluno [...] estaria repassando para a namorada de [...]. Os responsáveis serão convocados e as medidas disciplinares e administrativas serão tomadas”.

Identificou-se, pelos dados supracitados no quadro 02, na análise dos documentos uma nova categoria denominada ações família-escola. Esta categoria apresenta nos Livros de Ocorrência e Ata da Secretaria a frequência de 19 registros. São registros de ações que a família realizou no sentido de comparecer a escola para resolver alguma situação referente ao estudante.

Na Ata da Secretaria foram encontrados registros de pais ou responsáveis que comparecerem para solicitar algum documento do estudante, como pode ser verificado no trecho transcrito abaixo:

O responsável pelo aluno [...] pediu transferência para o mesmo, pois alega troca de endereço e reserva de vaga urgente. O mesmo se responsabiliza pelo aluno para que ele recupere na próxima escola as notas que não possui nesta escola.

Com o agravamento da pandemia de Covid 19 e a implementação das aulas online pelo governo do estado do Amazonas em março de 2020 a família sentiu a necessidade de solicitar a escola que o estudante com a saúde fragilizada assistisse aulas on-line em casa. Há muitos registros de solicitação de pais ou responsáveis sobre esse tipo de ocorrência. Como pode ser observado no trecho transcrito a seguir:

Eu, [...], RG 17634 - 8 venho por meio deste informar que, o aluno [...] matriculado nesta unidade de ensino noturno vespertino cursando o 3º ano do ensino médio da turma 4, continuará com as aulas dos últimos quatro meses pelo projeto aula em casa. O motivo se dá por nossa família não se sentir segura e por ter ciência que o governo não irá arcar com internações ou medicações caso ocorra uma infecção nesse retorno apressado das aulas presenciais, informo também que o referido aluno acima citado é meu sobrinho e confirmo que toda sexta-feira um responsável virá buscar e entregar atividade.

Observou-se que nos livros de ocorrência há poucos registros de solicitação de notas do estudante por parte dos pais ou responsáveis. A família reporta-se a escola quando sente a necessidade de resolver alguma situação ocorrida no ambiente escolar que afeta diretamente ao estudante, como por exemplo, para entregar um laudo médico ou para comunicar o furto de celular.

Foram encontrados registro de ocorrência de furto de celular como pode ser visualizada no seguinte trecho:

Aos primeiros dias do mês de março de 2016 estiveram na sala da pedagoga os responsáveis da aluna [...] do primeiro ano 2 matutino, o senhor [...] e a senhora [...] para tratar do assunto referente ao desaparecimento(furto) do aparelho celular da aluna citada acima que, encontrava-se dentro da bolsa escolar que estava em sua carteira. A aluna solicitou da professora [...] para ir ao banheiro no decorrer da aula, quando retornou percebeu que o celular não estava mais na bolsa. Segundo informaram segunda aluna informaram que o aluno [...] estava sentado em sua carteira, quando a mesma foi ao banheiro. A pedagoga [...] foi a sala para verificar situação orientou os alunos a verificarem suas bolsas no entanto não obteve êxito. E hoje a aluna e os pais procuraram a direção da escola para informar que havia algum suspeitos

segundo os alunos. A escola irá verificar a situação considerando todos os mecanismos legais aos quais a escola está atrelada.

Há registros também feitos pelos pais ou responsáveis de sumiço de carteirinha estudantil e de uma denúncia de violência psicológica sofrida pelo estudante na escola. Como pode-se constatar no trecho transcrito dos livros de ocorrência:

Compareceu à escola a senhora [...], mãe da aluna [...], a mãe veio verificar o sumiço da carteira estudantil ocorrida na última quarta-feira, dia 20/04/2016. Conversei com a mãe e disse que a carteirinha está com a gestora da escola, porém a mãe relatou que tem uma aluna insultando a filha dela. Essa aluna é da mesma sala da jovem. Pede para a pedagogia escolar que verifique a situação, pois a filha já está muito incomodada com a situação e já não se sente bem na escola”.

No livro de ocorrência foi encontrado o registro de uma denúncia realizada por uma genitora sobre a exposição da imagem da estudante na internet, que está transcrita no trecho:

A senhora [...], mãe da aluna, [...] do segundo ano matutino procurou a gestão da escola para relatar que o aluno [...] do terceiro ano matutino está divulgando em redes sociais vídeos íntimos da aluna [...] como forma de intimidação. O gestor aconselhou a mãe a procurar a delegacia e registrar o boletim de ocorrência e tomar as medidas cabíveis.

Além dos Livros de Ocorrência e as Atas da Secretaria outro documento de extrema importância para a pesquisa documental seria Regimento Interno, entretanto a escola não possui e por essa razão sentiu-se a necessidade de analisar o Regimento Geral das Escolas Estaduais do Amazonas, pois este documento é utilizado também como base para direcionar as ações escolares.

Após a leitura e análise do Regimento Geral foram encontrados alguns artigos que se referem a ações com aspectos punitivos que serão implementadas nas escolas. Essas ações punitivas foram encontradas em grande quantidade nos registros dos livros de ocorrência, do ano de 2016. Os artigos 239 e 242 preconizam o regime disciplinar.

No Capítulo III das Disposições Aplicáveis ao Corpo Docente, em seu Artigo 239 que estabelece, o regime de disciplina escolar aplicável ao corpo docente terá por finalidade o bom funcionamento dos trabalhos escolares e deve levar em consideração a formação do educando.

Ainda no Capítulo II na Seção II, que trata das Penalidades, há o Artigo 242(II, III, IV e VII) que referenda:

Serão sanções disciplinares:

II. a advertência verbal, particular;

III. a advertência verbal, com pais ou responsável;

IV. a advertência escrita;

VII. a suspensão temporária de participação em qualquer atividade escolar ou outra prevista neste Regimento Geral e no Regimento Escolar.

No que se refere as sanções disciplinares deste artigo citado anteriormente foram encontrados diversos registros nos livros de Ocorrência em quase todos os anos analisados. Há uma infinidade de sanções disciplinares aplicadas pelo gestor (a), pedagogo (a) e professor (a) ao estudante indisciplinado

A integração da família escola é referenda em dois artigos do Regimento Geral. O primeiro refere-se ao Artigo 125 (I) que enfatiza que

A Associação de Pais, Mestres e Comunitários - APMC tem como objetivo geral buscar a integração entre a escola, a família e a comunidade, num trabalho comum onde às decisões devem ser compartilhadas, visando o aprimoramento do processo educacional e a concretização da autonomia da escola tendo como finalidade:

I. proporcionar a integração Escola - Família - Comunidade;

E o segundo seria no Artigo 126 (V) que preconiza, a Associação de Pais, Mestres e Comunitários-APMC têm por objetivos específicos: promover entrosamento sistemático entre pais, professores e membros da comunidade;

Além das ações de aspecto punitivo foram observados no Capítulo III do Regimento Geral a existência do artigo 196(III, IV) que trata da Ordem do Mérito Escolar

Fica autorizada a instituição na Escola da Ordem do Mérito Escolar, com a finalidade exclusiva de agraciar:

III. alunos que se tenham destacado com relevância e esmero nas suas atividades escolares e de permanente e integrada participação na Escola;

IV. pais de Alunos que tenham contribuído para o bom nome e o bom conceito da Escola Pública de qualidade;

Conforme observado na leitura do artigo constatou-se que a premiação do mérito escolar não está referendada apenas para o aluno que se esmerou em suas atividades escolares, porém se estende aos pais de alunos que contribuíram de forma

significativa com a escola. Essa premiação seria uma forma de aproximação da escola com a família no sentido de valorizar o esforço do estudante e de seus pais.

O Projeto Político-Pedagógico da escola, foi lido e analisado e observou-se que não foram pontuadas ações de integração família-escola neste documento. Ainda que no documento esteja estabelecido um objetivo específico para a integração- escola-comunidade. E a família faz parte da comunidade. Nesse sentido, apesar do PPP ser um documento que direciona as ações da escola não foi considerada a importância que a família tem no processo de acompanhamento escolar do estudante do ensino médio.

As ações elencadas no PPP estão em consonância com o Regimento Geral das Escolas Estaduais em seu Artigo 25 que estabelece, o Ensino Médio poderá ser trabalhado através de Projetos e outras formas.

Como principais resultados desta pesquisa, observou-se que o acompanhamento escolar se configura na realidade de uma escola da rede estadual por diferentes ações implementadas pela escola que estão descritas no Projeto Político-Pedagógico nos Livros de Ocorrência e Atas da Secretaria e por meio de ações que se concretizam a partir das demandas diárias do cotidiano escolar.

Observou-se que, a escola apresenta ações para a realização do acompanhamento e para a redução do quadro do fracasso escolar, entretanto a família continua distante do ambiente escolar por diversas razões que precisam ser consideradas pela escola. Nesse sentido, Nogueira (2006, p.162) reforça que a escola de certa forma chama para si certa responsabilidade pelo bem-estar psicológico e pelo desenvolvimento emocional do educando.

A escola gasta parte do seu tempo realizando ações pontuais de acolhimento e integração das famílias por meio de reuniões em horários alternativos para facilitar a participação dos pais ou responsáveis, criando projetos interdisciplinares, motivando os professores para fazer um acompanhamento melhor dos alunos. E fazendo o chamamento das famílias para conversar a respeito do desempenho escolar e do comportamento do estudante, fazendo registros de indisciplina, de desrespeito ao professor ou de outras ações que emergem no contexto escolar.

Nessa direção Reali e Tancredi (2005, p.241) consideram que a participação da família tem sido bastante restrita, ficando a escola como a responsável pela determinação das ações que considera necessário implementar, e que devem ser acatadas pelos pais.

Dessa maneira, parte do tempo que a escola utiliza para essas ações, poderia ser gasto com um planejamento de ações que viabilizassem um melhor acompanhamento escolar e uma maior aproximação com as famílias. Para tanto Costa et al (2015, p.136) afirmam que é indispensável uma ação conjunta dos pais, profissionais da educação, comunidade e família, na busca de alternativas que visam à conscientização da importância da educação, da presença da família na formação de filhos e o entendimento de que a educação não se restringe aos livros didáticos, mas se baseia naquilo que a vida tem a ensinar.

Pelos dados levantados o comportamento indisciplinado do estudante influencia diretamente nas atividades pedagógicas do professor, que se vê obrigado a parar sua aula e encaminhar o estudante à pedagogia que não permite que ele realize seu trabalho. As conversas paralelas do estudante, os insultos ao professor e aos colegas de turma são vivências trazidas do ambiente familiar.

Considerando-se esse contexto, Santana e Guilherme (2012, p. 04) ressaltam que nas escolas, está se vivendo uma grande dificuldade, pois percebe-se que as questões de violência e de indisciplina estão cada vez mais sendo apontadas pelos docentes como um fator que dificulta a prática pedagógica, contribuindo sobremaneira para o fracasso escolar, visto que estas questões passam a interferir diretamente nos resultados esperados, inviabilizando, dessa forma, o trabalho da escola.

Ademais, a utilização de substâncias alcoólicas e o uso de drogas no ambiente escolar pelo estudante reflete um problema social que precisa ser trabalhado pela escola e pela família. As duas instituições juntas procurando maneiras de minimizar essas mazelas que incidem na vida do jovem e que se perpetuam ao longo das décadas e repercutem de forma negativa na vida escolar do jovem.

Nesse ponto de vista Almeida et al (2019, p.100) comentam que a escola seja mediadora entre os estudantes e os pais, promovendo oportunidades de diálogos e resolução de problemas que muitas vezes são negligenciados pelos pais, mas percebidos no ambiente escolar. O uso de drogas é associado à maior abstenção escolar e atrasos, problemas na escola, não resolução das tarefas escolares e mudanças constantes dos grupos de amigos.

Nesse contexto, vários registros no Livro de Ocorrência apontaram para a necessidade urgente de projetos que envolvam as duas instituições no sentido de estabelecer um trabalho cooperativo para reduzir o consumo de entorpecente na escola. Apenas ações pontuais estabelecidas não serão suficientes para solucionar

esse problema que afeta as escolas brasileiras. Visto que, essas ações pelos registros da escola já acontecem há bastante tempo.

Nessa mesma linha de pensamento Botler (2020, p.28) esclarece que para dar conta dos conflitos na escola o diálogo parece a melhor abordagem, enquanto para reduzir as indisciplinas o esclarecimento de regras é o melhor tratamento.

E o uso de bebidas alcoólicas e entorpecentes pelos estudantes são recorrentes durante o ano letivo. Assim, o uso progressivo dessas substâncias também contribui para dificultar o trabalho do professor em sala de aula que se reflete em atitudes de indisciplina e desrespeito aos colegas e ao professor.

A escola necessita buscar novas estratégias de participação da família criando espaços de reflexão e de diálogo com família e com estudante, que é principal foco do ensino-aprendizagem. O questionamento de qual participação pretendida pela escola. Essa participação poderia ser a participação espontânea, em a que a família toma a atitude de ir à escola, porque se preocupa com o filho e sabe da importância em acompanhá-lo ou a participação imposta em que a escola convoca a família para resolver um conflito.

A participação da família somente para conhecer das situações ocorridas na escola ou como uma opção para intervir juntos aos pais ou responsáveis nos problemas que atingem o estudante na escola. Nesse aspecto Oliveira (2015, p.49) salienta que os pais devem estar presentes e participar dos processos educacionais. Contudo, é importante problematizar essa participação em termos de qual o sentido que se atribui a esta palavra e, mais ainda, a maneira como ela é, de fato, efetivada.

Nessa perspectiva, por meio desse questionamento a escola descobriria qual participação a família do estudante pode oferecer. Conforme Silva (2015, p. 30) este não é um processo simples, já que pressupõe a disposição das pessoas em abrir-se às críticas, refletir sobre suas próprias ações e reelaborá-las para atender as demandas vindas como resultado da avaliação

A escola precisa ser um espaço de diálogo para reforçar a importância das duas instituições na vida do estudante. Não pode ser apenas um lugar para resolução de conflitos, mas um lugar de reflexão e de construção de parceria da escola com a família. A escola sozinha não consegue resolver situações conflituosas apresentadas pelo estudante que foram geradas algumas vezes no ambiente familiar. Nesse panorama Souza (2017, p.59) considera que mesmo não sendo a responsável pela

aprendizagem escolar, a família precisa estar ciente da necessidade da sua participação ativa e colaboração com a escola no processo educacional.

Assim sendo, constatou-se pelos dados analisados que há a necessidade de um estreitamento de laços entre a escola e a família para juntas tentar superar as dificuldades que o estudante por vezes apresenta e para pensar ações que favoreçam a construção de uma relação mais estreita entre as duas instituições. Para que isso ocorra de acordo com Abdulmassih e Santos (2019, p.15) a escola e família devem trabalhar em conjunto, traçar critérios e princípios, além de formar cidadãos críticos e capazes de desafiar as dificuldades que surgem na sociedade.

A realidade familiar do estudante do ensino médio se traduz na escola através do baixo rendimento, da indisciplina e das atitudes de desrespeito com os professores e com todos os profissionais da escola. A família com suas peculiaridades está alheia ao processo de escolarização dos filhos. E a escola por sua vez exige das famílias uma parceria e o acompanhamento diferente do que os pais ou responsáveis podem oferecer. Leite (2015, p.64) reforça que em um contexto de pais pouco escolarizados, com jornadas de trabalho extensas e com pouco tempo para acompanhar a vida escolar dos filhos, essa divisão pode mostrar-se ineficaz.

O autor destaca ainda que, por essa razão, da mesma forma como a escola procura diagnosticar as dificuldades pedagógicas dos alunos para atendê-los de acordo com suas necessidades individuais deveria tentar identificar as condições de cada família, para então negociar, de acordo com seus limites e possibilidades, a melhor forma de uma ação conjunta.

Os problemas sociais que permeiam a família como a pobreza, a desigualdade social, o desemprego, a violência doméstica, a separação do casal afetam diretamente em suas relações com a escola. De acordo com Cicco (2017, p.59) as relações estruturais das famílias, de parentesco ou diferentes relações sociais e até os novos arranjos familiares são fatores que podem promover reflexos no desempenho escolar.

Os dados da pesquisa apontaram um número reduzido de ações por parte da família em relação a participar do cotidiano escolar do estudante. Pelos dados analisados nos livros de Ocorrência e da Secretaria o comparecimento a escola da família tem se reduzido a solicitar documentação do estudante, para assistir reuniões que a escola realiza, ou atender a convocação da escola quando há alguma

penalidade a ser instituída ao estudante que os pais ou responsáveis devam tomar ciência.

Nesse sentido, segundo Demétrio (2019, p. 29)

[...] a dedicação à vida escolar dos filhos se dá na medida em que demandas emergenciais são atendidas e, no caso das famílias pobres, a preocupação com a subsistência as impele a postergar o acompanhamento escolar tal como a escola deseja. Alguns familiares vão à escola quando o filho apresenta problemas ou quando são convocados pela direção ou coordenação.

As mudanças nas configurações da família afetaram também a relação com a escola, uma vez que a família tão envolvida em suas situações cotidianas não consegue perceber a importância que a escola deve ter para a vida futura do filho. O cotidiano apressado que vive a família das classes populares modifica suas relações com a escola. Para Cicco (2017, p. 102) é compreensível, na maioria das situações, a ausência dos responsáveis, uma vez que muitos trabalham exaustivamente, raramente têm tempo para se sentar e conversar com os seus filhos, dificilmente compreendem as necessidades da idade ou se julgam incapazes de lidar com determinadas situações que já fugiram ao seu controle e solicitam “ajuda” da Escola.

Pelos dados registrados a pandemia de Covid 19 revelou para a família a necessidade de comparecer a escola para a solicitação das aulas online e a importância que escola possui para a vida futura do estudante. A necessidade de uma solicitação de um serviço prestado pela escola obrigou os pais a arranjar tempo para estabelecer uma relação mais próxima com a escola. O desemprego afetou diretamente a situação econômica da família e impediu o estudante a comparecer a escola devido à falta de uma política de saúde que ampare o estudante e a família que se contaminaram com o vírus.

A violência juvenil também é outro problema social que tem se estendido na escola os dados mostraram que ações de comparecer a escola para denunciar furto de celular, exposição de nudez sem consentimento, agressão física ao colega de classe foram recorrentes nos livros de registros, contudo não há por parte da família um compromisso e nem da escola para solucionar esses problemas. Caridade et al (2019, p.56) apontam que é uma realidade que o espaço escolar é, não raras vezes, palco para manifestação de diversos conflitos interpessoais ligados em sua grande

maioria as dinâmicas familiares como a exposição da violência doméstica, fracas relações parentais, desemprego, álcool, tráfico e consumo de drogas.

A violência psicológica que o estudante pratica contra outro estudante também é um problema social grave que precisa ser trabalhado na escola e na família. Os registros servirão de base para a escola pensar ações que coíbam esse tipo de atitude e que é necessário um trabalho junto a família para abordar a importância do respeito ao outro não somente na escola, mas em todos os ambientes que o estudante frequente.

A família leva até a pedagogia o conhecimento dessas situações que o estudante vivencia no ambiente escolar, porém o retorno que escola oferece são ações punitivas que ficam registradas nos livros e que por ter não nenhum trabalho efetivo, apenas ações pontuais, continuam acontecendo. Não há também uma equipe multidisciplinar (psicólogo, assistente social, pedagogo, gestor) que ajude a família a trabalhar essas questões que perpassam no cotidiano.

A não participação dos pais ou responsáveis na escola influencia diretamente no trabalho escolar, quando a escola passa mais a punir do que ensinar algo está errado com estudante e que a família não consegue perceber, ou por estar ocupada buscando a sobrevivência de seus entes por meio do trabalho.

Considerando as situações apresentadas, verificou-se que, o acompanhamento escolar do estudante do ensino médio é de extrema importância, entretanto sem ajuda da família não há como acontecer esse processo educativo. A escola não pode carregar sozinha a responsabilidade de ensinar e educar. Uma vez que a família é a instituição corresponsável por educar o estudante. À escola, cabe trabalhar um projeto educativo que reconhece a real situação dos estudantes e de suas famílias.

Nesse aspecto Leite (2015, p.58) destaca que só numa relação de parceria entre família e escola, independente da classe social, é que se consegue uma participação dos pais. Sendo a escola como promotora dessa participação, precisa antes de tudo, conhecer um pouco das famílias, observando seus comportamentos e atitudes, e, através da compreensão e do respeito, procurar estratégias adequadas às necessidades da família sem discriminá-las com critérios sociais de classe.

Nessa perspectiva, pode-se inferir que a escola poderá promover o acompanhamento desde que se aproxime da família estabelecendo uma relação de

interação a partir do conhecimento da realidade social e familiar que cada estudante apresenta.

3.2 Os desafios do acompanhamento escolar no ensino médio

No ensino médio se revelam desafios na relação-família para a promoção do acompanhamento escolar do estudante. Os desafios foram pontuados a partir de situações que foram observadas nos registros escolares. Assim, compreendeu-se que os desafios que se colocam na relação entre as duas instituições são os estabelecidos nas vivências escolares e que prejudicam sensivelmente o desempenho do estudante do ensino médio.

Primeiramente, o maior desafio que se coloca na escola do ensino médio em relação ao acompanhamento escolar seria trazer os pais ou responsáveis para participar da vida escolar do estudante. Fazer a aproximação e a interação da família com a escola é algo primordial, pois os problemas que se evidenciam entre essa relação influenciam diretamente no trabalho da escola e que corroboram para o fracasso escolar. Nessa perspectiva, Diniz (2008, p.63) enfatiza que é importante identificar e negociar, em cada contexto, os papéis que vão ser desempenhados e as responsabilidades específicas entre escolas e famílias.

O envolvimento da família no acompanhamento e auxílio das atividades escolares é primordial, porém a escola não pode isentar o aluno também de sua responsabilidade. Outro desafio importante que a escola enfrenta cotidianamente seria motivar o estudante para a necessidade da valorização dos estudos como uma possibilidade de ascensão social. Nesse panorama, Oliveira (2007, p. 58) reitera que a educação é um elemento indispensável para o desenvolvimento pessoal e social.

Estudar em um ambiente que não oferece uma estrutura física adequada com um número de alunos além da capacidade constitui-se um desafio para o estudante. E para os professores que sentem dificuldade em ministrar aulas e fazer o acompanhamento individual do estudante em turmas tão numerosas e que parte desta população estudantil não valoriza o trabalho docente.

Outro desafio que se evidencia para a escola em relação ao acompanhamento refere-se ao trabalho do professor, ensinar em sala de aula com um grande número de estudantes que não se interessam pelo ensino e que atrapalham o trabalho do professor com atitudes de desrespeito e indisciplina. Há um descaso do poder público

em relação ao quantitativo de estudantes que devem ser matriculados nas turmas de ensino médio ainda que exista uma lei estadual que estabeleça o número máximo de estudantes por turma. Esta orientação não é obedecida quando são efetuadas a matrículas nas escolas estaduais.

Além da matrícula, a escola precisa garantir a permanência e a conclusão do ensino médio com qualidade para o estudante. A construção de ações e o desenvolvimento projetos que levem em contato a cultura juvenil, o interesse do educando para o que está sendo ensinado na escola e principalmente a realidade social de cada família se colocam como um desafio que a escola precisa vencer para realizar um trabalho satisfatório e que minimize os conflitos que se mostram no ambiente escolar.

Nesse sentido, Souza (2009, p.17), destaca que, faz-se necessário que

[...] a escola repense sua prática pedagógica para melhor atender a singularidade de seus alunos, o que a obriga a uma parceria com a família, de forma a atingir seus objetivos educativos. É importante que a escola busque estreitar suas relações com a família em nome do bem estar do aluno.

A escola durante a pandemia que assola o país se vê diante de um desafio de oferecer um ensino eficiente fazendo adaptações em sua forma de ensinar que favoreça o acompanhamento das aulas online para estudantes com o auxílio de pais ou responsáveis. A paralisação das aulas nas escolas públicas afetou alunos, professores e outros profissionais da educação. Além de modificar as relações da família com a escola. O acompanhamento das aulas online é desafiador para o estudante que devido suas condições econômicas precárias tem dificuldades de assistir as aulas pela plataforma digital, pois não possui uma internet de qualidade.

O acompanhamento online da turma para o professor também é desafiador, pois ele teve que se readaptar e modificar sua forma de ensinar pensando em novas maneiras de ministrar as aulas e repassar as atividades, trabalhos e avaliações para o estudante utilizando-se das ferramentas tecnológicas, pois o agravamento da pandemia o obrigou a permanecer em casa dividindo seu tempo em ensinar, acompanhar os estudantes e ter uma vida em família.

Miranda et al (2020, p.10) reitera que nesse cenário, o desafio assumido pelos docentes e alunos é grande, são inúmeras as problemáticas que estão sendo

enfrentadas pelo professor. Sendo necessária a criatividade e o uso de diversas estratégias para que seja possível desenvolver as suas atividades.

Os desafios que se colocam para os professores poderiam ser superados ou amenizados mediante ao investimento maciço pelo poder público em ferramentas tecnológicas que possibilitem o acesso à internet para todos os professores. E uma maior cobrança da escola para a atuação da família e assim como, uma maior preparação dos professores para que possam utilizar com mais eficiência os recursos tecnológicos que estão disponibilizados no período da pandemia.

Essa readaptação modificou a forma como a escola e professor passaram a se relacionar com o estudante e a família. Há que se comentar que, há toda uma gama de fatores relacionados às condições de trabalho e à formação de professores para o ensino remoto que não foram considerados pelo governo estadual. O ensino remoto foi oferecido ao estudante como medida de distanciamento social, no entanto condições de trabalhos não foram ofertadas ao professor, a escola e ao estudante das classes populares. Tanto que a instituição se viu na obrigação de criar alguns documentos durante o período da pandemia para tentar entrar em contato com a família e localizar o estudante que não estava acompanhando as aulas online.

A escola também apresenta outro desafio que seria a carência de docentes no ensino médio, sobretudo nas áreas de ciências da natureza (física e química) e da matemática. Situação que leva a um ensino fragmentado em seu desenvolvimento e descontínuo no que se refere às situações de aprendizagem, ensejando dessa forma o desinteresse, retenção e o abandono da escola pelo estudante.

Fazer da escola um ambiente atrativo e acolhedor que esteja voltado para a preocupação com a qualidade do ensino e o futuro profissional do estudante que lá estuda se constitui um desafio para equipe gestora e pedagógica da escola. Trabalhar com um universo de estudantes que apresentam comportamento indisciplinado e uma família distante do contexto escolar e que só comparece a escola quando há algo urgente para ser resolvido demonstra que a escola ainda tem muito a caminhar para estabelecer uma relação profícua com o público que atende.

Assim sendo, são desafios que podem ser vencidos pelas duas instituições sociais que apontarão resultados positivos, desde a escola reconheça que a família é essencial na vida escolar do estudante. Além disso, que a família cumpra com a responsabilidade de acompanhar o filho na escola mesmo com restrições em sua

participação. Desse modo, com os laços fortalecidos haja uma interação constante entre ambas.

3.3 Da desarticulação aos processos dialógicos: Ações que se vislumbram a partir da realidade pesquisada

A análise dos documentos e das ações que a escola promove para fazer o acompanhamento escolar dos estudantes revelaram que se faz necessário repensar as ações no intuito de estabelecer uma forma mais concreta de desempenhar as ações que a escola se propõe na promoção do acompanhamento escolar no ensino médio no que se refere ao atendimento ao estudante e nas relações que se estabelecem entre a escola e a família.

Por meio dos documentos que já existem e podem ser reformulados e da reestruturação do Projeto Político Pedagógico essas ações poderão ser repensadas e implementadas por parte da escola. Todavia, a instituição escolar ao criar essas ações necessita atentar para a realidade social, as aspirações de cada estudante e de cada família que irá atender.

Nessa mesma linha de pensamento Weller (2014 p.140) considera que

Não existem receitas prontas para a atuação da escola junto aos jovens para a construção de projetos de longo prazo. Mas um olhar mais atento às biografias desses jovens e às demandas que são trazidas para a escola permitirá que cada instituição de ensino possa incluir ações que contribuam no sentido de ampliar as possibilidades, não só de construção mas também de viabilização de projetos de vida.

A escola deve perceber que ações e projetos necessitam ir ao encontro da cultura e da promoção da socialização juvenil, que tem sofrido significativas transformações nos últimos anos. A própria maneira da escola enxergar a família deve ser mudada e deve ser considerada as suas diversas configurações. Cada grupo familiar responde de forma diferente as solicitações da escola, contudo nem por essa razão não deve ser considerado como desinteresse pelo ensino do filho.

Observou-se que, na análise dos documentos que a construção do documento Termo de Responsabilidade/Matrícula, por exemplo, poderia ser modificada para ampliar as informações que são pertinentes ao estudante. As informações contidas

nele retratam a necessidade de a escola fazer um trabalho constante com a família para reforçar a responsabilidade da família com o acompanhamento escolar do estudante. Esse Termo pode ser utilizado na pauta de reunião de pais e mestres logo no início do ano letivo para favorecer uma discussão do fortalecimento da relação-família escola.

Ademais, a Ficha Social do Estudante é documento que poderia criado e utilizado pela escola e entregue aos pais e responsáveis no ato da matrícula para a escola ter acesso a informações essenciais do estudante e de sua família. No documento constaria informações sobre a identificação do estudante, situação habitacional, composição familiar, situação socioeconômica, dados de saúde, condições de transporte, situação de trabalho e renda dos pais ou responsáveis. Essa ficha deveria ser entregue juntamente com o Termo de Matrícula ao pais ou responsáveis no ato da efetivação da matrícula. A Ficha Social é um retrato estudante e da família que a escola utilizará no caso de precisar estabelecer um contato mais próximo com os pais ou responsável.

A escola por meio dos eventos que promove poderá criar estratégias para aproximar a família da escola durante o ano letivo. Uma dessas ações poderia promover premiações para os estudantes e seus pais ou responsáveis para incentivar no estudante a importância do estudo e os resultados positivos que isso traz. E aos pais que se esmeraram para acompanhar o filho na escola e por essa razão melhoraram os índices da escola.

A Promoção de rodas de conversa com os pais pela escola por meio de parcerias com instituições que possam fazer atendimento psicossocial ao estudante e a família para minorar os problemas que afetam a escola e principalmente a família seria outra ação que reforça a relação família favorecendo um diálogo para o acompanhamento escolar. Nesse contexto, Reis (2013, p.34) afirma que

[...] se escola e família são atores de uma mesma realidade, com objetivos que se assemelham e se complementam, então é importante que ambas mantenham um diálogo que possibilite que elas atinjam tais objetivos de maneira mais efetiva. Para tanto, é preciso que haja uma colaboração fundamental e de grande entendimento entre escola e família, para que elas sejam parceiras nessa difícil tarefa de formação do ser social.

Implementar reuniões com dias e horários diversificados voltadas somente para pais ou responsáveis de estudante que apresenta baixo de desempenho escolar. E

que por alguma razão estão sempre ausentes nas reuniões de pais e mestres. Nessa perspectiva Macedo (2018, p. 93) reforça que

A construção de outros espaços passaria por criar outras ações para envolver as famílias. Demandaria da escola deixar o discurso de que a família que precisa não comparece e desenvolver ações que contemplem essas especificidades. Reuniões que poderiam ser mais dialogadas, envolvendo aspectos mais vivenciais, maior oportunidade de compartilhamento entre as famílias e professores em discussões coletivas além do plantão pedagógico individual.

Conforme Nogueira (2011, p.17) as escolas vêm colocando em pauta a necessidade de uma maior aproximação e diálogo com a família, demandando crescentemente a colaboração dos pais na vida escolar dos filhos.

A inserção no Projeto Político-Pedagógico da escola de projetos que criem a possibilidade da participação da família na escola com momentos de reflexão sobre a importância da escola na educação dos filhos e a parceria da escola-família para promover o acompanhamento escolar. Segundo Abdulmassih e Santos (2019 p.10)

O PPP é o documento mais significativo dentro de uma instituição, o mesmo define a proposta educacional da escola e a partir da realidade cultural busca encontrar propostas que funcionem para o público específico atendido. Esse documento deve ser elaborado por toda comunidade escolar e deixado a disposição para que todos tenham acesso.

A escola também poderia criar projetos voltados para a área profissional do estudante, com orientação e introdução de palestras de vários profissionais, ou de egressos da escola que tenham uma profissão definida e que verbalizem limites e possibilidades de cada profissão para ajudar na escolha profissional do estudante que está concluindo o ensino médio e ainda não sabe qual profissão seguir. Conforme, Franzoi (2011, p.126)

A falta de opções de uma educação profissional na escola empurra os jovens para qualquer curso de qualificação que lhes seja disponibilizado, em busca de uma profissão e do acesso ao mercado de trabalho, no qual precisam ingressar desde cedo.

A falta de informação sobre a profissão que mais se adequa a sua vida faz com que o estudante escolha o curso de graduação que não se identifica e por consequência a profissão errada. Para Silva e Ferreira (2014, p.09)

A função da escola não é apenas transmitir conhecimento. Ela tem o compromisso social para além disso, preocupar-se também em prover a capacidade do aluno de buscar informações segundo as exigências de seu campo profissional ou conforme as necessidades de seu desenvolvimento individual e social.

O incentivo ao hábito da leitura poderia ser outra ação instituída pela escola com a possibilidade da organização de um Feira do livro. Além disso, para a correção de deficiências ortográficas que foram trazidas pelo estudante do ensino fundamental.

A escola poderia promover de aulas de reforço na área de língua portuguesa, para ajudar na superação das dificuldades de escrita e na compreensão dos textos das outras disciplinas. Ademais, poderia ser implementado um Plantão tira Dúvidas, realizado pelos professores das disciplinas que fariam um atendimento individualizado ao estudante que apresenta mais dificuldade. E durante o ano letivo tem um baixo desempenho nas avaliações realizadas.

Criar projetos de redação de leitura, interpretação e escrita de textos para ajudar os estudantes que irão prestar vestibular na última série do ensino médio. Além disso, projetos que trabalhem as normas de conduta dentro da escola favorecendo ao estudante o conhecimento de legislações que dizem respeito ao Estatuto da Criança e do Adolescente, Estatuto do Jovem, Regimento geral das Escolas Estaduais.

Assim, Arana e Klebis (2015, p.26672) destacam que

O gostar de ler é construído em um processo que é individual e social ao mesmo tempo, pois ouvir histórias é pra quem sabe e também para aquele que não sabe ler. O professor deve entender e compreender as dificuldades particulares de cada aluno, e deve, ao mesmo tempo, estimulá-los a produzirem e ouvirem textos, para que assim ele possa desenvolver suas competências e habilidades, estimulando a leitura como um processo de libertação da criatividade e da reflexão crítica do cidadão.

Desse modo, cabe a escola também introduzir o diálogo sobre as normas de conduta junto aos estudantes e aos pais ou responsáveis para fortalecer o respeito aos professores e a todos os profissionais da educação. Evitando assim o aparecimento de conflitos no ambiente escolar. Nesse aspecto Vinha (2003, p.151) pondera que o trabalho sistematizado com sentimentos e conflitos nos mais diferentes níveis de ensino é uma dimensão que não pode ser desconsiderada pela escola que pretende favorecer o desenvolvimento de relações interpessoais mais harmoniosas e satisfatórias e quanto mais cedo se iniciar melhor.

Ao projeto Político da escola poderá ser acrescentado o desenvolvimento de ações de conscientização para a conservação do ambiente escolar, podem despertar no estudante a importância do meio ambiente e o reconhecimento da valorização do prédio escolar. O bem público que precisa ser conservado e valorizado pelo estudante.

Nessa mesma linha de raciocínio Silva e Grzebieluka (2015, p.84) reiteram que

O Projeto Político Pedagógico de uma escola, define, através de uma construção coletiva o tipo de instituição que a comunidade escolar quer ver funcionar, requer a definição de metas, meios e fins, neste contexto teremos o cidadão que se pretende formar, com uma filosofia própria de ensino. O trabalho com Educação Ambiental na escola precisa estar também articulado em documentos que embasam as práticas escolares, entre eles, destaca-se o Projeto Político Pedagógico.

A instituição de ações de combate ao suicídio e ao Bullying, que são problemas sociais graves que afetam muitos estudantes da rede pública de ensino. E necessitam de um trabalho contínuo por parte da escola sem esquecer que a família deve estar inserida nesse contexto de discussão. Conforme Nogueira (2011, p.17) as escolas vêm colocando em pauta a necessidade de uma maior aproximação e diálogo com a família, demandando crescentemente a colaboração dos pais na vida escolar dos filhos.

Essas ações teriam por objetivo identificar e encaminhar estudantes que apresentem quadros de depressão para serem atendidos pela pelo setor de psicologia da Secretaria Estadual de Ensino. E também reduzir a violência juvenil no ambiente escolar.

Outra ação essencial que poderia ser pensada pela escola seria o oferecimento aos estudantes Oficinas artístico-culturais aos estudantes para evidenciar o talento artístico. Essas oficinas seriam por meio de um projeto inserido no PPP da escola. As ações seriam estabelecidas em parceria com instituições estaduais que atendem jovens e desenvolvem atividades na área de linguagem e suas tecnologias. Nessa lógica Uller (2012, p. 192) afirma que

A escola seria o canteiro de bons projetos, pois os educandos encontrariam nas salas de aula, fontes inspiradoras de exemplos a serem seguidos. Pessoas humanas que projetariam seus alunos para o futuro ajudando-os a ter metas alvos, dando-lhes incentivos, direção e compreensão

A Educação para a diversidade é um tema essencial que deve constar no Projeto Político-Pedagógico por meio de divulgação de cartazes, cartilhas, aulas temáticas, palestras com especialistas nas questões: religiosas, identidade de gênero, orientação sexual, étnico-raciais ou físico-corporais.

A escola poderia pensar e desenvolver um projeto com o tema Relação escola-família com atividades diversificadas como pesquisas, debates, grupos de discussão, assembleias na escola, criação de folhetos, gravação de vídeo, produção de textos de divulgação científica que promovam saberes inerentes aos temas: conflitos culturais, família (unidade social), literacia familiar, políticas educacionais, atitudes escolares, relação com a comunidade escolar intra e extra muros, engajamento nas atividades escolares, regras da escola, relacionamento da escola com a família.

Outra ação que deveria ser desenvolvida pela escola seria ações de combate ao abandono e a ausência escolar. A equipe gestora e pedagógica poderiam fazer em reuniões mensais para verificar o número de faltas de estudantes que por alguma razão encontram-se desaparecidos da escola. Mediante as presenças pode dar-se em número de dias ou tempo de aula. A partir desta verificação um quadro analítico dos alunos faltosos seria produzido e posteriormente seria feito e comunica-se aos responsáveis e a coordenação distrital de ensino para dar ciência do processo de acompanhamento das frequências escolares destes estudantes.

A Ação de combate ao bullying já está citada no Projeto Político da Escola, porém precisa ser reestruturada propõe-se que mensalmente ou semanalmente havendo indícios de tal ocorrência reúnem-se os estudantes com o professor nas turmas em assembleias para discutir e propor ações legais de prevenção, combate, a violência escolar e práticas de bullying. Esta ação teria como finalidade o desenvolvimento de competências e habilidades sociais, a organização do discurso, raciocínio lógico dedutivo e a capacidade argumentativa. Nesse sentido, o objetivo principal seria reestabelecer a convivência harmônica estabelecendo um clima de respeito as diversidades.

Ademais, como reforço dessas ações o professor poderá programar debates entre os grupos de estudantes utilizando as temáticas bullying, violência escolar ou temas correlatos. Além dos grupos de debate poderão se inscrever para o debate outros membros do corpo discente.

Assim sendo, cabe a escola replanejar suas ações e seus projetos e inseri-los no Projeto Político-Pedagógico para melhorar o atendimento aos estudantes e por

consequência a qualidade das aulas e atividades que são oferecidas ao público juvenil, desenvolvendo ações que façam sentido para vida escolar e profissional e que estabeleçam um relacionamento mais próximo com a família.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa procurou compreender a noção de acompanhamento escolar que permeia as ações institucionais de uma escola de ensino médio da rede estadual do Amazonas. Foram feitas reflexões sobre a relação família e escola no período contemporâneo, considerando as mudanças que a sociedade tem sofrido ao longo deste período. Além disso, por meio dos registros escolares foi possível verificar as estratégias de acompanhamento que estão presentes na realidade da instituição.

No quadro teórico ainda foi possível delinear a concepção de acompanhamento escolar, contudo vários teóricos utilizam termos como participação, parceria, envolvimento da família com a escola para se referir as ações e a forma que a escola utiliza para se relacionar com os pais ou responsáveis com a finalidade desenvolver o acompanhamento escolar.

No que tange a legislação do Ensino Médio, esta retrata que a história desta etapa da educação básica sempre resgatou uma contradição entre capital e o trabalho com a presença de uma classe dominante e uma dominada. Nesse sentido, há um percurso histórico de avanços e retrocessos para a educação no ensino médio. A descentralização administrativa, financeira e pedagógica foram as grandes marcas dessas reformas educacionais implementadas nos governos de Fernando Henrique, Lula e Dilma. Dessa forma, estes governos configuraram-se sempre como novas estratégias de valorização do capital por meio da implementação das políticas educacionais.

No que diz respeito a reforma do ensino médio implementada no governo de Michel Temer, o ponto de partida para uma verdadeira reforma no ensino médio deveria ser o reconhecimento das aspirações dos profissionais da educação e dos jovens e suas famílias em relação ao conhecimento. Ademais, a melhoria das estruturas precárias das escolas públicas, a promoção de uma formação continuada para os docentes e a valorização dos profissionais da educação. Uma reforma no ensino não poderia ser feita apenas com uma mudança no currículo das escolas, uma vez que há todo um contexto social e este precisaria ser analisado e levado em consideração para implementação das reformas estabelecidas na Lei de Reforma do Ensino Médio.

No levantamento documental se procedeu com a análise da legislação que trata enquadramento legal da responsabilidade da família no acompanhamento de estudantes do ensino médio. Foram analisados a Constituição Federal, Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e o Regimento Geral das Escolas. Posteriormente, foram analisados os documentos criados pela instituição tais como: o Termo de Responsabilidade/Matrícula, Comunicado de Reunião, Comunicado aos Pais e/ou Responsáveis, Comunicado de Convocação dos Pais, Ficha de Entrega de Boletim, Ficha de acompanhamento do aluno no Conselho de Classe, Boletim de Ocorrência, Escolar, Boletim de Ocorrência Escolar, Termo de Advertência, Termo de Suspensão, Termo de Ciência e Responsabilidade, Ficha de Retorno às Aulas e a Ficha de Busca do Aluno.

Além disso, foram analisados o Projeto Político-Pedagógico da escola, as Atas de Ocorrências, Atas da Secretaria, ou seja, os documentos que tratam das ações que a escola desenvolve para possibilitar a relação com a família do estudante e para a promoção do acompanhamento escolar.

A leitura e análise documentos apontaram que a escola possui ações que estão estabelecidas no Projeto Político-Pedagógico sobre o acompanhamento e que são estruturadas através dos documentos utilizados pela instituição. Contudo, alguns destes documentos precisam sofrer uma reestruturação para tornar mais claro o trabalho que é desenvolvido para estabelecer uma relação com a família no ambiente escolar.

Ademais, os registros da escola apontaram ações que são desenvolvidas para chamar a família a responsabilidade e tomar ciência de situações de conflito ou desempenho do estudante e para enfatizar necessidade de um acompanhamento mais efetivo por parte dos pais ou responsáveis. As ações registradas dão conta de que a família por diversos motivos se encontra afastada da realidade da escola e que comparece somente quando é solicitada ou quando sente a necessidade de solicitar um serviço.

A escola enfrenta alguns os desafios para a promoção do acompanhamento escolar que perpassam pelas questões das ações de aproximação escola-família por meio do acolhimento e integração, do envolvimento dos pais ou responsáveis nas atividades escolares, da estrutura física inadequada da escola e da superlotação das turmas. Além deste foram identificados outros desafios como, por exemplo, as condições que a escola oferece ao trabalho do professor, ao atendimento ao

estudante, a fragilidade tecnológica durante o período da pandemia de Covid-19 que afetou a escola, os professores, os estudantes e a família.

Estes desafios somente serão superados quando houver uma relação de parceria entre a escola e a família e a implementação de políticas públicas sérias por parte dos governos nas duas esferas (federal e estadual) que contemplem a escola, o estudante e as famílias das classes populares.

A escola registra os fatos ocorridos e puni os estudantes na presença da família, porém não há um trabalho constante para os conflitos que permeiam o ambiente escolar sejam reduzidos ou solucionados. Considerando-se que os registros de indisciplina e violência juvenil são recorrentes nos documentos. Há que se comentar que apenas ações pontuais realizadas pela escola não trazem resultados positivos. Nesse sentido, há a necessidade de a instituição estabelecer um vínculo mais próximo com a família para juntas pensarem em ações que favoreçam integração escola-família, a mudança no comportamento do estudante, o acompanhamento escolar e melhorem os índices educacionais da escola.

A pesquisa contribuiu para a apreensão de que escola não pode caminhar sozinha no processo educacional do estudante, a presença da família nas atividades escolares é algo fundamental. No entanto, a peculiaridade de cada família deve ser observada quando ações forem desenvolvidas no sentido de trazer os pais para o ambiente escolar.

A escola ao desenvolver suas ações deve considerar a criação de horários alternativos para que os pais ou responsáveis que trabalham durante todo o dia possam participar. E para que não haja o discurso por parte da família de que a escola não oferece alternativas de participação.

Desse modo, a escola deve também criar formas de dialogar com o estudante, pois o jovem não é chamado para participar das decisões que se referem a sua vida escolar. A participação dos jovens é primordial para a construção das ações escolares dando contribuições que auxiliem na melhoria da qualidade do ensino, pois ele é foco das ações que são instituídas na escola e não pode ficar de fora das tomadas de decisões que a escola realiza

REFERÊNCIAS

ABDULMASSIH, Marília Beatriz Ferreira; SANTOS, Ana Flávia Marques dos. Um olhar sobre a contribuição da escola no processo de formação social e na construção da cidadania dos alunos. **Revista Amazônida**, v.04, n.02. Manaus: UFAM, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/amazonida/issue/view/342>. Acesso em: 02 mar. 2020.

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia. Ser jovem no Brasil: políticas e perfis da juventude brasileira. **Cadernos Adenauer XVI**, Brasília n.01,p-13-25, 2015. Disponível em:https://www.kas.de/c/document_library/get_file?uuid=55825619-323e-712f-2f0a-f7b2fb31b673&groupId=265553. Acesso em: 02 fev.2021.

_____, Miriam et al. **Juventudes na escola, sentidos e buscas: Por que frequentam?** Brasília: MEC, 2015. Disponível em: https://flacso.org.br/files/2015/11/LIVROWEB_Juventudes-na-escola-sentidos-e-buscas.pdf. Acesso em: 02 fev.2021.

ALBARADO, Edilson da Costa; VASCONCELOS, Maria Eliane de Oliveira. Por um currículo escolar do campo, das águas, das florestas conectado com o povo do campo em Parintins (AM). REUNIÃO NACIONAL DA **ANPED**, 39. 2019. Niterói, 20 a 24 de outubro de 2019. Disponível em: http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_45_2. Acesso em: 02 fev.2021.

ALMEIDA, Iago Silva et al. O uso de álcool e outras drogas por adolescentes: consequências na vida familiar e escolar. **Revista Adolescência e Saúde**, Rio de Janeiro, v.16, n.4, p.91-103. 2019. Disponível em: http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_45_2. Acesso em: 02 fev.21.

ANDRADE, Cláudia Braga. Violências e juventudes: processo de subjetivação no contexto escolar. **Revista Boletim de Psicologia**, São Paulo, v. 15, n. 142, p.15- 28. 2015. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S000659432015000100003. Acesso em: 02 fev. 21.

ANDRADE, Nayara Lança de. **A reforma do Ensino Médio (Lei 13.415/17: o que pensam os professores)?** Dissertação (Mestrado em Ensino e Processos Formativos). Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Jaboicabal, 2019. Disponível em: <https://repositoriounesp.br/handle/11449/181936>. Acesso em: 02 fev. 2021.

ANDRÉ, Tamara Cardoso. A reforma do Ensino Médio desobrigação do Estado? **Revista Olhares**, Guarulhos, v.6, n.1, p. 130 – 145. 2018. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/olhares/article/view/724>. Acesso em: 02 fev.2021.

ARANA, Alba Regina de Azevedo; KLEBIS, Augusta Boa Sorte Oliveira. A importância do incentivo à leitura para o processo de formação do aluno. **CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO**, 12. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Curitiba – PR.26a 29 de outubro de 2015. Disponível em:

https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/17264_7813.pdf. Acesso em: 05 abril 2021.

ARPINI, Dorian Mônica; KOLSTULSKI; Carla Almeida; TONIOLO, Luiza Camponogara; SCHREINER, Natália Ferreira As relações familiares nas trajetórias de vidas de jovens em contexto de vulnerabilidade social. **Revista Fragmentos de Cultura**, Goiânia, v.29, n.3, p. 503-514. 2019. Disponível em: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/fragmentos/article/view/7864>. Acesso em 03 fev. 2021.

ARROYO, Miguel González. Os jovens, seu direito a se saber e o currículo. In: DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo; MAIA, Carla Linhares. (Org). **Juventude e ensino médio: sujeitos e currículo em diálogos**. UFMG: Belo Horizonte, 2014.

BARRETO, Maria José Barreto. RABELO, Aline Andrade. A família e o papel desafiador dos pais de adolescentes na contemporaneidade. **Revista Pensando em Famílias**, Porto Alegre, v. 19, n. 2, p.34-42, 2015. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/penf/v19n2/v19n2a04.pdf>. Acesso em 03 fev.2021.

BHERING, Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo: Editora Cortez, 6.ed, 2009.

BELONIA, Camila Ferreira Alves; BELONIA, Carla Ferreira Alves; SANTOS, Karlivana da Silva Carneiro; PASSABÃO, Eveline Ferreira Rocha; BARRETO, Sônia Maria as Costa; NASCIMENTO, Sheila Chaves Batista do. Políticas públicas: impactos do bolsa família no desempenho escolar dos alunos beneficiados pelo programa. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, São Paulo, v. 5, ed. 4, p. 117-130.2020. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/desempenho-escolar>. Acesso em: 03 fev.2021.

BITENCOURT, Culturas Juvenis nos livros didáticos: uma das representações da juventude em uma coleção de língua portuguesa do ensino médio. **Revista Criar Educação**, Criciúma v. 9, nº 1. 2020. Disponível em: <http://periodicos.unesc.net/criaredu/article/view/3600>. Acesso em: 03 fev.2021.

BOENO, Rosângela Maria; GISI, Maria Lourdes; FILIPAK, Sirley Terezinha. O contexto brasileiro e a formulação das políticas da educação básica. XII Congresso Nacional de Educação. **EDUCERE**. Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 26 a 29 de outubro de 2015. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/19652_8269.pdf. Acesso em: 03 fev.2021.

BORGES, Luís Paulo. A escola e o futuro nas vozes de jovens-estudantes do Ensino Médio: contribuições etnográficas à educação.39ª REUNIÃO NACIONAL **ANPED**. Educação Políticas Públicas e Resistências. Universidade Federal Fluminense, Niterói- RJ, 20 a 24 de outubro de 2019. Disponível em: http://39.reuniao.anped.org.br/category/trabalho/?grupo_trabalho=gt14-sociologia-da-educacao. Acesso em: 03 fev.2021.

BOTLER, Juventude e escola: violência e princípios de justiça em escolares de ensino médio. **Caderno CEDES**, Campinas, v.40, n.11º, p. 26-36, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/6kvYX3yQpPtKdD6xFBmrg5f/?lang=pt>. Acesso em: 03 fev.21.

BOURDIEU, Pierre. “A juventude é apenas uma palavra”. In: BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Editora Marco Zero: Rio de Janeiro, p.152-153, 1984.

_____. **O poder simbólico**. Tradução Fernando Tomaz. Editora Brasil. Rio de Janeiro, 1989.

_____. **A dominação masculina**. Tradução Maria Helena Kuhner. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2002.

BRASIL. **Lei nº 125 de 28/09/2012**. Disponível em: https://sapl.al.am.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2012/9086_texto_integral.pdf. Acesso em: 05 de abril 2021.

_____. **Lei n. 13.415/2017**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.ht. Acesso em: 20 nov. 2020.

_____. **Base Nacional Curricular Comum**. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wpcontent/uploads/2018/11/7._Orienta%C3%A7%C3%B5es_aos_Conselhos.pdf. Acesso em: 12 dez. 2020.

_____. **Censo do IBGE de 2010**. Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br>. Acesso em: 14 nov. 2020.

_____. **Censo Demográfico 2010**. Famílias e domicílios– Resultados da amostra. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/registrocivil/2008/rc2008.pdf>. Acesso em: 04 mar.2020.

_____. **Censo da Educação Básica de 2020**. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sobre-o-inep>. Acesso em: 06 abril 2021.

_____. **Dados do IPEA de 2016**. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=27404. Acesso em: 06 abril 2021.

_____. **Estatísticas do Registro Civil 2019**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/registro-civil/quadros/brasil/2019>. Acesso em: 07 abril 2021.

_____. **Plano Estadual de Educação do Amazonas**. Disponível: <http://www2.ifam.edu.br/arquivos/planos/pee-am-doc-base-elaborado.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2020.

_____.PNLD: **Apresentação.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pnld/apresentação>. Acesso em: 10 fev. 2021.

_____.**Resolução n.38 de 15/10/2003.** Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/acessoainformacao/institucional/legislacao/item/4256-resolucao-cd>. Acesso em:15 fev.2021.

_____.**Parâmetros Curriculares Nacionais.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/blegais.pdf>. Acesso em:15 fev. 2021.

BRITO, Renato de Oliveira; CUNHA, Célio da; SIVERES, Luiz. Gestão Participativa e sustentabilidade socioambiental: um estudos em escolas da rede pública de Sobral-CE. **Revista Ciência e Educação**, Bauru, v 24, n.2, p.395-410. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ciedu/a/MCm7CLBY9pqrJMj7TmNgKtd/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em:02 fev. 2021.

BRITO, Rosa Mendonça de. (org). **Caminhos Metodológicos do Processo da Pesquisa de Construção do Conhecimento.** Manaus: EDUA, 2016.

BRZEZINSK, Iria. Tramitação e desdobramentos da LDB/1996: embates entre projetos antagônicos de sociedade e de educação. **Revista Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeirov. 8, n.2, p.185-206, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/TNWFnmD9yYcPCsbfLX4sXrz/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 03 fev. 2021.

BUNGESTAB, Gabriel Carvalho; CARVALHO, Daniel dos Santos Simon de. Possibilidades para pensar a juventude brasileira: Diálogos com Pierre Bourdieu e Antônio Groppo. **Revista Fragmentos de Cultura**, Goiânia, v. 27, n. 1, p. 85-98. 2017.Disponível em: <http://revistas.pucgoias.edu.br/index.php/fragmentos/rt/captureCite5384/3039>. Acesso em: 04 fev. 2021.

BURGOS, Marcelo Tadeu Baumann; BELATTO, Caíque Cunha. Gerencialismo e Pós-Gerencialismo: em busca de uma nova imaginação para as políticas educacionais no Brasil. **Revista Sociologia e Antropologia**, Rio de Janeiro, v.9, n.03, p. 919-943, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sant/a/hzHGhpwGMxYvzhvqwwzPP7vs/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 02 fev. 2021.

CAMPOS, Alexandra Resende. **Família e Escola:** um olhar histórico sobre as origens dessa relação no contexto educacional brasileiro. Rio de Janeiro: UFF,2011.

CARDOZO, Maria José Pires Barros; LIMA, Francisca das Chagas Silva. A contrarreforma do ensino médio: retrocessos e intencionalidades. **Revista Linguagens, Educação e Sociedade**, Teresina, ano 23, n.38, p.122-142,2018. Disponível em: <https://revistas.ufpi.br/index.php/lingedusoc/article/view/7521/pdf>. Acesso em: 03 fev. 2021.

CARIDADE, Sônia; MARTINS, Ana Cristina; NUNES, Lara. Estilo de vida dos adolescentes e jovens adultos e comportamentos desviantes e delinquentes. Das

vivências familiares, escolares e familiares. **Revista Portuguesa de Investigação Comportamental e Social**. Portugal, v.5, n.1, p.40-60. 2019. Disponível em: <https://rpics.ismt.pt/index.php/ISMT/article/view/106>. Acesso em: 04 fev. 2021.

CASTRO, Elisa Guaraná de; MACEDO, Severine Carmen. Estatuto da Criança e do Adolescente e Estatuto do Jovem: interfaces, complementariedade, desafios e diferenças. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v.10, n.02, p.1214-1238, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdp/a/KJQwwTJWTWgskWqmSRPDpwy/?lang=pt>. Acesso em: 08 mar.2021.

CARRANO, Paulo. Juventude e Participação no Brasil – interdições e possibilidades. **Revista Democracia Viva**, Rio de Janeiro, n.30, p.02-05. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <file:///C:/Users/nq38/Downloads/JuventudeeparticipacaonoBrasil.pdf>. Acesso em 04 fev. 2021.

_____, Paulo; BRENNER, Ana Karina. Os sentidos da presença dos jovens no ensino médio: representações da escola em três filmes de estudantes. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v.35, n.129, p. 1223-1240, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/GqV7YKZfrNLq3ndfxkGsdCf/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 04 fev. 2021.

_____, Paulo et al. Trajetórias truncadas, trabalho e futuro: jovens fora de série na escola pública de ensino médio. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.41.p.1439-1454, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/P9xX7fLyt8MSgL4VmcGK4ft/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 04 fev. 2021.

CICCO, Roberta Ribeiro de. **Diversidade Sexual, Escola e Família**: contribuições para as práticas de ensino. Rio de Janeiro: Instituto Oswaldo, 2017.

CINTRA, Mariana Simões Ferreira. **A importância da família, escola e pares no processo pelo ensino médio técnico**. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2014. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/59/59140/tde-29102014-143246/pt-br.php>. Acesso 04 fev. 2021.

CHECHIA, Valeria Aparecida; ANDRADE, Antônio dos Santos. O desempenho escolar dos filhos na percepção de pais de alunos com sucesso e insucesso escolar. **Revista Estudos de Psicologia**, Campinas, v.10, n.3, p. 431-440,2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/epsic/a/r3MLHMxkrKL9xPfwfRBHq7K/?lang=pt>. Acesso em: 04 maio 2020.

CHRISTIANO, Renata Martins; NUNES, Rogéria de Andrade. A Família na Contemporaneidade: Os Desafios para o Trabalho do Serviço Social. **Revista Em Debate**, Rio de Janeiro, v.2, n.11, p.32-56, 2013. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/26982/26982>. PDF. Acesso em 03 mar.2020.

COMASSETO, Eduardo Agostinho; EDIT, Paulino. **A Relação Espaço Doméstico e o Sucesso Escolar**. IX SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL. **ANPED**. Santa Catarina, 2012. Disponível em: https://www.ucs.br/ucs/tplAnped2011/eventos/anped_sul_2012/programacao/Anped_Sul_caderno_programacao.pdf. Acesso em 05 fev. 2021.

COELHO, Ingrid Mesquita; SOUZA, Daniel Cerdeira; SILVA, Iolete Ribeiro. Características do relacionamento conjugal de casais que optaram por não ter filhos. **Revista Nova Perspectiva Sistêmica**, São Paulo, v.29, n.67, p-56-69, 2020. Disponível em: <https://www.revistanps.com.br/nps/article/view/559>. Acesso em 05 abril 2021.

COSENTIN, Márcia; LARA, Ângela Mara Barros. Percurso histórico das políticas públicas de atenção à criança e ao adolescente no Brasil: o período de 1920 a 1979. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.67, p-115-128, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8646092>. Acesso em: 04 fev. 2021.

CORTI, Ana Paula. Ensino Médio em São Paulo: a expansão das matrículas nos anos 1990. **Revista Educação & Realidade**, Porto Alegre, v.41, n.01, p.41-68, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/vxyVPzrxMJWSvBW7S4hxFwJ/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 05 fev.2020.

CORREA, Licinia Maria. Investigando a relação jovens, família e trabalho: aspectos que permeiam a exclusão escolar no ensino médio. **36ª REUNIÃO NACIONAL DAANPED**. Goiânia- GO, de 29 de setembro a 02 de outubro de 2013. Disponível em: http://36reuniao.anped.org.br/pdfs_trabalhos_aprovados/gt03_trabalhos_pdfs/gt03_3339_resumo.pdf. Acesso em: 05 abril 2021.

CORROCHANO, Maria Carla. ABRAMO, Laís Wendel. Juventude, educação e trabalho e trabalho decente: a construção de uma agenda. **Revista Linhas Críticas**, Brasília, v. 22, n.47, p. 110 -129,2016. Disponível em :<https://diretoriodepesquisasnjlatte.mdh.gov.br/grupos/ECM/PB0-0.html>. Acesso em: 05 fev. 2021.

COSTA, Mayjara Rego; *GUIMARÃES, Eusanir dos Santos; ROCHA Sílvia Maria Oliveira da*. Sobre a infrequência de alunos no Ensino Médio numa Escola Pública Estadual do Maranhão. **Revista Ensino & Multidisciplinaridade**, São Luís, v. 1, n. 2, p. 122-137, jul./dez, 2015. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/ensmultidisciplinaridade/article/view/4210>. Acesso em: 06 fev.2021.

CREPALDI, Elaise Mara. A importância da família na escola para a construção do desenvolvimento do aluno. IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, SUBJETIVIDADE E EDUCAÇÃO. **SIRSSE**. 01 de setembro de 2017. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/25972_13983.pdf. Acesso em: 05 fev.2021.

DAYREL, Juarez. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação - ANPED**, Rio de Janeiro, n.24, p. 40-52, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/zsHS7SvbPxKYmvcX9gwSDty/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 06 fev.2021.

_____, Juarez; CARRANO, Paulo; MAIA, Carla Linhares (Org). **Juventude e ensino médio sujeitos e currículo em diálogos**. Belo Horizonte: UFMG, 2014.

DEITOS, Roberto Antonio; LARA, Angela Mara de Barros; ZARNADINI, Isaura Monica Souza. Política de educação profissional no Brasil: aspectos socioeconômicos e ideológicos para a implantação do PRONATEC. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v, 36, n. 133, p. 985-1001,2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/8TgqpWXgd3yzJbGjNBM8tmq/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 05 fev.2020.

DEMÉTRIO, Islaine Natalia. **Relação Famílias, Escola e Conselho Tutelar**:sentidos construídos pelas crianças, adolescentes e familiares de uma escola pública de Belo Horizonte.2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/32189>. Acesso em: 05 maio 2020.

DOURADO, Simone Pereira da Costa; STENGEL, Márcia; DIAS, Vanina Costa; SOARES, Samara Souza Diniz; FRICHE, Mariza de Lima; LOCATELLI, Renata Sartori; SANTOS, Luis Felipe. Geração, família, juventude na era virtual. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v.24, n. 2, p.424-441, 2018.Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/psicologiaemrevista/article/view/18524>. Acesso em: 08 abril 2021.

DUARTE, Adriana Maria Cancela; REIS, Juliana Batista dos; CORREA, Licinia Maria; SALES, Shirlei Rezende. A contrarreforma do Ensino médio e as perdas de direitos sociais no Brasil. **Revista Linguagens, Educação e Sociedade, UFPI: Teresina**, n.38, 2018. Disponível em: <https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/22528>. Acesso em:07 fev.2021.

DUBAR, Claude. **A crise das identidades: a interpretação de uma mutação**. Porto: Editora Afrontamentos,2006.

ENCINAS, Rafael; DUENHAS, Rogério Allon. O FUNDEB e a desigualdade educacional nos municípios do Paraná. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas v.41, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/VCTPCGyrND7HZmDqV99YZhS/?lang=pt>. Acesso em: 07 fev.2021.

FALCÃO, Nádia Maciel. **Juventude e transição para a vida adulta**: apontamentos importantes para a agenda da pesquisa na região amazônica. In: SOUZA, Ana Teresa Silva; BACURY, Gerson; GARCIA, Fabiane Maia. (Org). **Os desafios amazônicos: educação, currículo, política**. São Paulo: Editora Garcia Edizioni, 2019.

FELÍCIO, Sílvio Célio. **Reforma do Ensino Médio e a disciplina de história: leituras sobre as repercussões da BNCC**. 2019. Dissertação (Mestrado em História) – Unidade Acadêmica Especial de História e Ciências Sociais, Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2019. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/9973>. Acesso em: 06 fev.2021.

FERNANDES, Zizelda Lima. ZAN, Dirce Djanira Pacheco e. Socialização Escolar: vivências juvenis no contexto da Escola de Ensino Médio. **Revista Binacional Brasil Argentina**, Vitória da Conquista, v. 5, n. 01 e 02, 2016. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/rbba/article/view/1501>. Acesso em: fev. 2021.

FERREIRA, Camila da Silva. O pensamento de Alain Touraine e a educação: reflexões sobre a teoria do sujeito e o reencantamento do mundo. **Revista Criar Educação**, Criciúma, v. 6, n.1, 2016. Disponível em: <http://periodicos.unesc.net/criaredu/article/view/2807>. Acesso em: 09 fev.2021.

FERRETI, Celso João. A reforma do Ensino Médio e sua questionável concepção de qualidade de educação. **Revista Educação & Sociedade**. Campinas, v.32, n.93 p.25-42, 2018.

FERREIRA, Eliza Bartolozzi. A contrarreforma do Ensino Médio no contexto da nova ordem e progresso. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v.38, n.139, p. 293-308, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/cLyHwCQFR8r97gxFCJtcGHM/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 08 fev.2021.

FERRETI, Celso João. A reforma do Ensino Médio: desafios à formação profissional. **Revista Holos**, IFRN: Natal v. 04,2018. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/6975>. Acesso em: 08 fev.2021.

FERRONATO, Vivian. A importância da família na formação social do adolescente. **Revista Educação**, São Paulo, v.18, n. 24, p.3-9, 2015.

FIGUEIREDO, Eduardo Fin de; PAZ, Wilson Kreden da. Os direitos dos jovens no Estatuto da Juventude à luz do princípio da dignidade humana. **Revista de Direitos Humanos e Efetividade**, Brasília, v.2, n.1, p-188-206, 2016. Disponível em: <https://indexlaw.org/index.php/revistadhe/article/view/1079>. Acesso em: 07 fev. 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo: Editora Paz e Terra,1997.

FRÓES, Carla Baggio Laperuta. **Afetividade como essencialidade nas relações familiares**. Marília: UNIVEM, 2014.

GODOY, Elenilton Vieira; CARRETA, Cecy Leite Alves. O Programa Nacional do Livro Didático(PNLD) e a educação matemática crítica: uma análise dos conceitos de função e funções polinomiais do 1º e 2º grau no livro didático mais adotado no PNLD 2015. **Revista da Sociedade Brasileira de Educação Matemática**, São Paulo, v. 15, n.18, 2015. Disponível em: <https://www.revistasbemsp.com.br/index.php/REMat-SP/article/view/107>. Acesso em: 08 fev. 2021.

GOMES, Mônica Araújo; PEREIRA, Maria Lúcia Duarte. Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas, **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 10, n.2, p-357-363, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/tw4jYGw65NMVCC4ryKNKzPv/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 09 mar. 2021.

GONÇALVES, Hebe Signorini; COUTINHO, Luciana Gageiro. Juventude e família: expectativas ideias e suas repercussões sociais. **Revista Estudo e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, ano 8, n. 03 p.597 – 611, 2008. Disponível em: <http://www.revispsi.uerj.br/v8n3/artigos/pdf/v8n3a04.pdf>. Acesso em: 10 mar.2021.

HERNANDES, Paulo Romualdo. A reforma do Ensino Médio e a produção de desigualdades na educação escolar. **Revista do Centro de Educação**, UFSM: Santa Maria, v.44, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/34731/html>. Acesso em: 03 fev. 2021.

ITABORAÍ, Nathalie Reis. **Mudanças nas famílias brasileiras(1976-2012): uma perspectiva de classe e gênero**.2015. Tese (Doutorado em Sociologia) - Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <http://ceres.iesp.uerj.br/wp-content/uploads/2016/05>. Acesso em: 05 abril 2021.

IOSIF, Ranilce Mascarenhas Guimarães. **A qualidade da educação na escola pública e o comprometimento da cidadania global emancipada: implicações para pobreza e desigualdade no Brasil**. Tese (Doutorado em Política Social) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2007. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/2560>. Acesso em: 09 fev.2021.

JACOMINI, Márcia Aparecida et al. Contribuições para um balanço do Fundeb: redistribuição dos recursos, despesa com remuneração e vínculo de trabalho docente. **Revista de Financiamento da Educação**, Porto Alegre, v.10, n.22, 2020. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/fineduca/article/view/102695>. Acesso em: 09 fev. 2021.

JUNG, Hildegard Susana; FOSSATTI, Paulo. Duas décadas de LDB 9394: Gênese, (des) caminhos, influência internacional e legado. **Revista Teoria e Prática da Educação**, Maringá, v.21, n.3, p.53-65, 2018.Disponível em: <https://periodicos.uem.br/..br/ojs/index.php/>. Acesso em:06 mar. 2021.

JUNGES, Lisiane Alvim Saraiva. **A Relação Família-Escola sob a perspectiva do Professor do Ensino Fundamental**.2015.Tese (Doutorado em Psicologia) - Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre,2015. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/130502/000975151.pdf?sequence=1>. Acesso em: 09 maio 2020.

JUSTINO, Yara Alves Costa; NASCIMENTO, Célia Regina. Relação entre pai e filho adolescente que vivenciaram a violência conjugal. **Revista da Sociedade de Psicoterapias Analíticas Grupais do Estado de São Paulo**, São Paulo, v. 21, n. 1, p.92-109, 2020. Disponível em:

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677. Acesso em: 06 abril 2021.

KLAUSS, Viviane. **A Família na escola: uma aliança produtiva**.2004. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/13258/000427963.pdf>. Acesso em: 24 maio 2021.

LEÃO, Geraldo. O que os jovens esperam da Reforma do Ensino Médio? **Revista EDUR**, Belo Horizonte, n.34, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/5ZBJkFDW3d6pL9KVFcFCQHx/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 05 fev. 2021.

LEBOURG, Elodia Honse; COUTRIM, Rosa Maria da Exaltação. Eu não queria estar aqui: juventude, deslocamento. **Revista Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 43, n.02, p.609-627, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/nrSdRQhXpLpWGtQDpGLwnfP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 07 fev. 2021.

LEITE, Francisca Oleania. **Relação família – escola: parceria necessária para erradicar o fracasso escolar**. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Lisboa, 2015.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João F. de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. 10.ed. São Paulo: Cortez, 2012.

LOSACCO, Silvia. **O Jovem e o contexto familiar**. In: ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amália (org). **Famílias: Redes, Laços e Políticas Públicas**. PUC: São Paulo, 2002.

MACEDO, Márcia dos Santos. Mulheres chefes de família e a perspectiva de gênero: trajetória de um tema e a crítica sobre a feminização da pobreza. **Caderno CRH**, Salvador, v.21, n.53, p. 389-404, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/8YyhNgvt9dGKNWMLmTXCLgt/abstract/?lang=pt>. Acesso em 08 maio de 2020.

MACEDO, Etienne Oliveira Silva de. **A relação entre família e escola na adolescência: vínculos e afetos como dispositivos de cuidado e proteção**.2018.Tese (Doutorado em Psicologia Clínica e Cultura) - Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2018. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/34320>. Acesso em: 03 fev. 2021.

MACHADO, Maria Margarida. A pós-graduação em educação e o PNE. **Revista Holos**, v.06, n.32. IFRN: Natal, 2016. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/5012>. Acesso em 08 fev. 2021

MAFASSIOLI, Andréia da Silva. 20 anos do Programa Dinheiro Direto na Escola: um olhar crítico sobre as interferências na gestão escolar e financeira pública. **Revista de**

Financiamento da Educação, Porto Alegre, v. 05, nº12, 2015. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/fineduca/article/view/67555>. Acesso em 04 fev.2021.

MALUF, Adriana Caldas do Rego Freitas Dabus. **Novas modalidades da família na pós-modernidade**. 2010.Tese (Doutorado em Direito) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2131/tde-31012011-154418/publico/>. Acesso em: 02 fev.2020.

MARPICA, Natália Salan. **Entre a obrigatoriedade e as reformas curriculares: professores e professoras de sociologia do ensino médio paulista**.2018.Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-28112018-160654/pt-br.php>. Acesso em: 03 mar.2021.

MARAVAI, Bruna; MELLO, Maria Aparecida da. A participação da comunidade educativa na construção da Gestão Democrática. **Revista Saberes Pedagógicos**, Criciúma, v.04, n.2, 2020. Disponível em: <http://periodicos.unesc.net/pedag/article/view/6179>. Acesso em: 08 mar.2021

MENEZES, José Carlos. **A educação especial no Distrito Federal: cenário de implementação após a aprovação do Plano Nacional de Educação 2014 -2024 Brasília –DF 2017**. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) –Escola de Educação e Humanidades, Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: <https://bdt.d.ucb.br:8443/jspui/handle/tede/2343>. Acesso em: 09 mar.2021.

MIRANDA, Kassia Kissy de Oliveira; LIMA, Alzenir da Silva; TELLES, Cinthia Beatrice da Silva; OLIVEIRA, Valeska Crislaine Machado de. **Aulas remotas em tempo de pandemia: desafios e percepções de professores e alunos**. VII CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. 15, 16 e 17 de outubro de 2020. Maceió, 2020. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/68086>. Acesso em: 28 maio 2021.

MORÉ Carmen Leontina Ojeda Ocampo; KRENKEL, Scheila. **Violência no contexto familiar**. Florianópolis: UFSC, 2014.

MOTTA, Vânia Cardozo da; FRIGOTTO, Gaudêncio. Por que a urgência da reforma do ensino médio? Medida Provisória nº746/ 2016(Lei nº13.415/2017). **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v.38, n.139, p. 355-372, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/8hBKtMRjC9mBJYjPwbNDktk/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 04 fev.2020.

NOGUEIRA, Maria Alice. Relação família escola: novo objeto da Sociologia da Educação. **Revista Paidéia**, Ribeirão Preto, fev/ago, 1998. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/paideia/a/VWS7p45n898HK5Wm3DR3Yhb/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 07 maio 2020.

_____, Maria Alice. A relação família escola na contemporaneidade: fenômeno social/interrogações sociológicas. **Revista Análise Social**, Portugal, v. XL, n.176, p. 563-578, 2005. Disponível em:

<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218710803Y0rTC2qf4Zv28UH0.pdf>. Acesso em: 09 maio 2020.

_____, Maria Alice. Relação família e escola na contemporaneidade: os meandros de uma relação. **Revista Educação e Realidade**. Belo Horizonte, v.31, n.2, p.155-169, 2006. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/6850>. Acesso em: 09 maio 2020.

NOGUEIRA, Marlice de Oliveira e. **Relação família-escola transmutada: da aderência aos papéis e à experiência social**. **Revista de Educação**. Campinas, v.17, n.1, p.113-123, 2012. Disponível em: <https://periodicos.puccampinas.edu.br/seer/index.php/reeducacao/article/view/256>. Acesso em: 08 maio 2020.

OLIVEIRA, André Luiz Régis de. **Entre a escola e a família: nuances de um (des)encontro**. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) –Centro de Teologia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/25938/25938.PDF>. Acesso em 09 de março de 2020.

OLIVEIRA, Cynthia Bisinoto Evangelista; ARAÚJO, Claisy Maria Marinho. A relação família-escola: intersecções e desafios. **Revista Estudos de Psicologia**. Campinas, v.27, n.1, p.99-108, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/estpsi/a/CM3Hj6VLtm7ZMxD33pRyhkn/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 07 maio 2020.

OLIVEIRA, Jonas Henrique. Sociologia, juventude e educação: dilemas, problemas e desafios. **Revista Movimentação**, Dourados, v.03, n.04, p.01-18,2016. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/movimentacao/article/view/5119>. Acesso em: 10 mar.2021.

OLIVEIRA, Luís Felipe Batista de. **O impacto de ações do Programa Dinheiro Direto na Escola em indicadores educacionais**. 2017. Tese (Doutorado em Economia) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/31385>. Acesso em: 10 mar. 2021.

OLIVEIRA, Nayara Hakime Dutra de. **Recomeçar: família, filhos e desafios**. 2009. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista, Franca, 2009. Disponível em: https://www.franca.unesp.br/Home/Posgraduacao/ServicoSocial/tese_nayara_pdf.pdf. Acesso em: fev.2020.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. As políticas educacionais no governo Lula: rupturas e permanências. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Porto Alegre, v. 25, n.2, p.197-209, 2009. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/19491/0>. Acesso em: 10 mar.2021.

_____, Dalila Andrade. Das Políticas de governo à política de Estado: reflexões sobre a atual agenda educacional brasileira. **Revista Educação e Sociedade**,

Campinas, v.32 n.115, p. 323- 337, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/hMQyS6LdCNDK8tHk8gL3Z6B/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 mar. 2021.

OLIVEIRA, Ramon. A reforma do Ensino Médio como expressão da nova hegemonia neoliberal. **Revista Educação**. Porto Alegre, v.24, p. 01 - 20, 2020. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/edu.2020.241.05>. Acesso em: 11 mar. 2021.

ORTIGARA, Claudino; GANZELI, Pedro. **Regulação nas políticas para a educação profissional nos governos FHC e LULA: trabalho e cidadania**. SIMPÓSIO ANPAE, 2011, São PAULO. Disponível em: <https://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompletos/comunicacoesRelatos/0109.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2021.

PADILHA, Elisângela. **Novas Estruturas familiares: por uma intervenção mínima do Estado**. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciência Jurídica) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual do Norte do Paraná: Jacarezinho, 2017.

PEREIRA, Beatriz Prado. LOPES, Roseli Esquerdo. Por que ir à escola? Os sentidos atribuídos pelos jovens do ensino médio. **Revista Educação e Realidade**, Porto Alegre, v.41, n. 1, p- 193 -216, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/4Wjh6HbfcJWnFcWgkRrvYS/?lang=pt>. Acesso em: 11 mar. 2021.

PEREIRA, Cláudia Moraes e Silva. SCHIMANSKI, Edina. Família: gênero, e novas configurações familiares: um olhar sobre a mulher e a condição de pobreza. **Revista Magistro**, Rio de Janeiro, v.8, n.2, p.163-179 2013. Disponível em: <http://publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/magistro/article/viewFile/2242/1011>. Acesso em: 06 maio 2020.

PICANÇO, Ana Luísa Bibe. **A Relação entre escola e família – as suas implicações no processo de ensino-aprendizagem**. Escola Superior de Educação João de Deus: Lisboa, 2012.

PICCINI, Cristian Fátima; COSTA Cristofer Batista; CENCI Cláudia Mara. Relação entre pais e filhos adolescentes quanto ao uso das mídias digitais. **Revista Contextos Clínicos**, Passo Fundo, v.13, n.3, 2020. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/contextosclinicos/article/view/ctc.2020.133.07>. Acesso em: 06 maio 2021.

PRATTA, Elisângela Maria Machado; SANTOS, Manoel Antônio dos. Família e adolescência: a influência do contexto familiar no desenvolvimento dos seus membros. **Revista Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 12, n.2, p.247-256, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/3sGdvzqtVmGB3nMgCQDVBgL/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 maio 2021.

RAGO, Margareth. **Trabalho feminino e sexualidade**. In: PRIORE, Mary del (Org.). *Histórias das mulheres no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 2004.

RAITZ, Tânia Regina; PETTER, Luciane Carmen Figueiredo. Novos desafios dos jovens na atualidade: trabalho, educação e família. *Revista Psicologia & Sociedade*, Porto Alegre, v.20, n.8, p.408-416, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/jNxSdtJbwbtPRXHBQwFwGMS/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 12 maio 2021.

RAMOS, Flávia Regina Oliveira; HEINSFELD, Bruna Damiana de Sá Solón. **Reforma do Ensino Médio de 2017(Lei nº 13.415/2017): um estímulo à visão utilitarista do conhecimento**. IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, SUBJETIVIDADE E EDUCAÇÃO. **SIRSSE**. Curitiba, 28 a 31 de agosto de 2017. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/24107_11975.pdf. Acesso em: 08 fev.2020.

REALI, Aline Maria de Medeiros Rodrigues; TANCREDI, Regina Maria Puccinelli. A importância do que se aprende na escola: a parceria escola-família em perspectiva. *Revista Paidéia*, Ribeirão Preto, v.15, n. 31, p. 239-247, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/paideia/a/wS67TztWcSYpmjCtKsrppLr/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 09 maio 2020.

REIS, Janete dos Santos. **Relação família - escola: a experiência de uma escola pública da periferia de Salvador**. Bahia: UCS, 2013.

RIBEIRO, Daniela de Figueiredo. **Os bastidores da relação família-escola**. São Paulo: USP, 2004.

ROMANELLI, Geraldo. Famílias e escolas: arranjos diversos. *Revista Pedagógica*, Chapecó, v. 18, n. 38, p. 78-96, maio/ago, 2016. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/view/3388>. Acesso em: 04 abril 2020.

ROSA, Chaine de Medeiros; LOPES, Nataliza Francisca Mezzari; CARBELLO, Sandra Regina Cassol. Expansão democratização e qualidade da educação básica no Brasil. *Revista Poiesis Pedagógica*, Catalão, v.13, n.01, p.162-179, 2015. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/poiesis/article/view/35982>. Acesso em: 17 fev.2020.

SALES, Celecina Vera; VASCONCELOS, Maria Aurilene de Deus Moreira. Ensino Médio Integrado e Juventudes: desafios e projetos de futuro. *Revista Educação e Realidade*, Porto Alegre, v.41, n.1, 2016. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/56094>. Acesso em: 11 fev.2021.

SANTANA, Rosemeri Prado. GULHERME, Regina Aparecida Messias. **A importância da família no acompanhamento escolar: perspectivas pedagógicas para a erradicação do fracasso escolar**. Ponta Grossa: UEPR,2012.

SANTANA, Clara Vanessa Maciel de Oliveira e Rocha. **A Família na atualidade: novo conceito de família, novas formações e o papel IBDFAM (INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO DE FAMÍLIA)**. Minas Gerais, 2015.

SANTANA, Julyane Frazão. MELO, Samuel Pires. A evasão escolar em tempos da democratização do ensino médio noturno: discussões e reflexões. **Revista Educação por escrito**, Porto Alegre, v. 11, n. 01, 2020. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/porescrito/article/view/33810>. Acesso em: 11 fev. 2021.

SANTOS, Jean Mac Cole Tavares; SILVA, Maria Kélia; MELO, Silvano Ferreira. 2017. Adesão da UERN ao ENEM e a democratização do acesso ao ensino superior. **Revista Holos**, Natal, ano 33, v.3, p.16-31, 2017. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/5777>. Acesso em: 12 fev.2021.

SANTOS, Anselmo Luís dos; GIMENEZ, Denis Maracci. A inserção do jovem no mercado de trabalho. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v.29, n.85, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/GbtRWPdc95dJYQVnkN5cBNq/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 06 abril 2021.

SANTOS, Geisa Ferreira. **A contrarreforma do Ensino Médio no contexto do estado brasileiro neoliberal**. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Federal de Alagoas, Alagoas, 2019. Disponível em: <http://www.repositorio.ufal.br/jspui/browse?type=type&value>. Acesso em: 27 maio 2021.

SANTOS, Pollyana dos; SILVA, Gabriela da. Os sujeitos da EJA nas pesquisas em Educação de Jovens e Adultos. **Revista Educação e Realidade**, Porto Alegre, v.45, n.02, p.01-21, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/TcK5QFPgf6KspxwxvpG7qYG/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em 22 fev. 2021.

SANTOS, Jean Mac Cole Tavares; ARAÚJO, Patrícia Cristina de Aragão. Formação escolar no contexto das culturas digitais: desafio do uso da internet como ambiente de aprendizagem no ensino médio. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 9, n. 4, p. 852–867, 2015. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/6690>. Acesso em: 05 abril 2021.

SCHEIBE, Leda. Educação básica: expansão e qualidade. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v .8, n.14, p. 101-113, 2014. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/378>. Acesso em: 19 fev.2021.

SAVIANI, Demerval. O Plano de desenvolvimento da Educação: análise do projeto do MEC. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v.28, n.100, p.1231-1255, 2007.

_____, Demerval. O vigésimo ano da LDB: as 39 leis que a modificaram. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v.10, n.19, p.379-382, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/7pgYkYztK6ZyPny97zmQvWx/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 22 fev. 2021.

_____, Demerval. Política educacional no Brasil após a Ditadura Militar. **Revista Histedbr on-line**, Campinas, v.18, n.2, 2018. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8652795>. Acesso em: 22 fev. 2021.

_____, Demerval. **A lei da educação LDB: trajetória, limites e perspectivas**. 13.ed. Campinas: Editora Autores Associados, 2019.

SAYAR, Moisés Salim. **Os novos arranjos familiares como agentes potencializadores do desenvolvimento local**. 2015. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local), Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2015.

SCHIMIDIT, Shauma Schiavo. **Paternidade sociafetiva: o sentimento constitucional para a família contemporânea**. UNIVEM: Marília, 2015.

SCHWERTNER, Suzana Feldens; HORN, Cláudia Inês; GIONGO, Ieda Maria. Escola, Família e as novas configurações da contemporaneidade: apontamentos de uma pesquisa. **Caderno pedagógico**, Lajeado, v. 10, n. 2, p. 77-92, 2013. Disponível em: <http://www.univates.br/revistas/index.php/cadped/article/view/884>. Acesso em: 06 maio 2020.

SILVA, Jocieli Aparecida; GRZEBIELUKA, Douglas. Educação ambiental na escola: do Projeto Político Pedagógico a prática docente. **Revista Monografias Ambientais**, Santa Maria v.14, n.3, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/remoa/article/viewFile/18693/pdf>. Acesso em: 23 fev. 2021.

SILVA, Hilda; RIBEIRO, Ricardo. A difícil expansão do acesso real ao ensino médio no Brasil. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, Rio de Janeiro, v.12, n.27, 2015. Disponível em: <http://periodicos.estacio.br/index.php/reeduc/article/viewArticle/393>. Acesso em: 25 fev.2021.

SILVA, Luís Gustavo Moreira da; FERREIRA, Tarcísio José. O papel da escola e suas demandas sociais. **Periódico Científico Projeção e Docência**, Goiás, v.5, n.2, 2014. Disponível em: <http://revista.faculdadeprojecao.edu.br/index.php/Projecao3/article/view/415>. Acesso em: 18 maio 2020.

SILVA, José Moisés Nunes da; NASCIMENTO, Suerda Maria Nogueira do; RAMOS, Maria da Conceição Pereira. A educação profissional na rede estadual do Rio Grande do Norte: em busca da consolidação. **Revista Holos**, Natal, v.4, n.36,2020. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/10053/pdf>. Acesso em 04 mar. 2021.

SILVA, Maria Abádia. A contrarreforma do Ensino Médio - Lei 13.415/2017: educação de resultados? **Revista Questio**, Sorocaba, v.21, n.2. p. 379-396, 2019. Disponível em: <http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/quaestio/article/view/3257>. Acesso em: 11 mar.2021.

SILVA, Regiane da; BOLZE, Simone Dill Azeredo. **Diferentes Configurações Familiares**: repercussões no desenvolvimento de crianças e adolescentes. UFSC: Santa Catarina, 2012. Disponível em: <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2016/02/Regiane-da-Silva.pdf>. Acesso em: 09 maio 2020.

SOARES, Fernando Augusto Generino. **A Contrarreforma do Ensino Médio no governo Michel Temer: a reorganização do projeto neoliberal e a desconstrução da educação física**. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/12639?locale=pt_BR. Acesso em: 25 mar.2021.

SOUZA, Aline Bianca Lima; BELEZA, Mirna Carla; ANDRADE, Roberta Ferreira Coelho. Novos arranjos familiares e os desafios ao direito de família: uma leitura a partir do Tribunal de Justiça do Amazonas. **Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais**, Macapá, n.5, p. 105-119, 2012. Disponível em: <https://periodicos.unifap.br/index.php/pracs/article/view/577>. Acesso em: 17 fev.2020.

SOUZA, Oralda Adur de. **Família-Escola e Desenvolvimento Humano: um estudo sobre as atitudes educativas familiares**. 2017. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/49120?show=full>. Acesso em: 03 maio 2020.

SPOSITO, Marília Pontes; ALMEIDA, Ermir; TARÁBOLA, Felipe de Souza. Jovens do ensino médio e participação na vida escolar: um estudo transnacional. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v.34, n. 99, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/173434>. Acesso em: 09 fev.2021.

STECANELA, Nilda. A Coisificação da Relação Pedagógica Escolar. **Revista Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 43, n.03,2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/8RNmtMBZLRwTtxtRbWHvWGj/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 15 abril 2021.

TEIXEIRA, Eliara Cristina Nogueira da Silva. **Impactos da Lei do Piso Salarial Nacional no município de Pindaí- BA e suas implicações na valorização docente: sentido dos/as professores/as**. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2016. Disponível em: <http://www2.uesb.br/ppg/ppged/wp-content/uploads/2017/03/Disserta%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 21 maio 2021.

TERRUGI, Tatiana Laurito; CARDOZO, Hugo Ferrari; CAMARGO, Mário Lázaro. A escolha profissional na adolescência: a família como variável influenciadora. **Revista Pensando em Famílias**, Bauru, v. 23, n.2, p. 162 -176,2019. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679. Acesso em: 14 abril 2021.

TOMAZETTI, Elizete Medianeira. SCHLICKMANN, Vitor. Escola, ensino médio e juventude: a massificação de um sistema e a busca de sentido. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 42, n. 2, p. 331-342, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/h4bptfyX9cF35fBYZMWrK8C/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 09 fev. 2021.

TROMBETTA, Joana; BOMPI, Gabriel Bonetto; WEIHERMANN, Ana Maria Cisotto. Gravidez na adolescência: a experiência de jovens mães. **Revista Interdisciplinar Saúde e Meio Ambiente**, Santa Catarina, v. 09, p.311-321, 2020. Disponível em: <http://www.periodicos.unc.br/index.php/sma/article/view/2715>. Acesso em: 17 mar. 2021.

TRINDADE, Michele Terres Trindade; MOSMANN, Clarisse Pereira. Conflitos Familiares e Práticas Educativas Parentais com Preditores de Dependência de Internet. **Revista Psico-USF**, Bragança Paulista, v.21, n.03, p.623-633, 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4010/401048911016.pdf>. Acesso em: 16 abril 2021.

ULLER, Waldir. **Experiências escolares dos jovens e seus projetos: um olhar a partir dos Modelos Organizadores do Pensamento**. 2012.Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses>. Acesso em: 19 abril 2021.

VASCONCELOS, Wellen. **Redesenho do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil- PETI: as ações estratégicas municipais no enfrentamento à exploração do trabalho infantil em Manaus**. 2018.Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia) – Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2018. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/6421>. Acesso em: 07 maio 2020.

VICTÓRIA, Claudio Gomes. **Comunidade, Escola e Juventude: navegando pela história oral de vida de jovens de uma comunidade ribeirinha no Amazonas**.2015. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/254030>. Acesso em: 10 maio 2020.

WELLER, Wivian. **Jovens no ensino médio: projetos de vida e perspectivas de futuro** In: DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo; MAIA, Carla Linhares. **Juventude e ensino médio: sujeitos e currículos em diálogo**. Editora ufmg. Belo Horizonte, p. 2014, Disponível em: https://www.academia.edu/19298388/Jovens_no_ensino_m%C3%A9dio. Acesso em: 26 maio 2020.

WEISHEIMER, Nilson. Situação Juvenil e projetos profissionais de jovens agricultores familiares no Recôncavo da Bahia. **Revista Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v.27, n.1, p. 67-94, 2019. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view>. Acesso em: 19 maio 2021.

ZANATTA, Elisangela Argenta; MOTTA, Maria da Graça Corso da. Violência, sob o olhar de jovens, na perspectiva da corporeidade e da vulnerabilidade. **Revista Texto**

Contexto Enferm, Florianópolis, v.24, n.2, p.476-485, 2015. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/tce/a/x6rffGgQKkWnDXqP7r4K96x/?format=pdf&lang=pt>.
Acesso em: 25 maio 2

APÊNDICES

Apêndice 1 - Produção acadêmica sobre o tema nas bases Scielo, Google Acadêmico e Periódicos Capes – 2015 – 2020

Categoria de classificação	Autor(es)	Ano	Título	Tipo (Artigo/ Dissertação/ Tese)
Família e Escola	ABDULMASSI H; SANTOS	2019	Um olhar sobre a contribuição da escola no processo de formação social e na construção da cidadania dos alunos	Artigo
	CICCO	2017	Diversidade Sexual, Escola e Família: contribuições para as práticas de ensino.	Tese
	DEMÉTRIO	2019	Relação Famílias, Escola e Conselho Tutelar: sentidos construídos pelas crianças, adolescentes e familiares de uma escola	Dissertação
	JUNGE	2015	A Relação Família-Escola sob a perspectiva do Professor do Ensino Fundamental	Tese
	LEITE	2015	Relação família – escola: parceria necessária para erradicar o fracasso escolar	Dissertação
	MACEDO	2018	A relação entre família e escola na adolescência: vínculos e afetos como dispositivos de cuidado e proteção.	Tese
	OLIVEIRA	2015	Entre a escola e a família: nuances de um (des)encontro	Dissertação
	PADILHA	2017	Novas Estruturas familiares: por uma intervenção mínima do Estado	Dissertação
	ROMANELLI	2016	Famílias e escolas: arranjos diversos	Artigo
	SANTANA	2015	A Família na atualidade: novo conceito de família, novas formações e o papel do IBDFAM (INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO DE FAMÍLIA)	Artigo
	SAYAR	2015	Os novos arranjos familiares como agentes potencializadores do desenvolvimento local	Dissertação
	SCHIMIDT	2015	Paternidade sociafetiva: o sentimento constitucional para a família contemporânea	Dissertação
	SOUZA	2017	Família-Escola e Desenvolvimento Humano: um estudo sobre as atitudes educativas familiares	Tese
STECANELA	2018	A Coisificação da Relação Pedagógica Escolar	Artigo	

Ensino Médio	ANDRADE	2019	A reforma do Ensino Médio (Lei 13.415/17: o que pensam os professores?	Dissertação
	ANDRÉ	2018	A reforma do Ensino Médio sob o ponto de vista do Estado?	Artigo
	BARONE	2017	Juventude e trabalho: desafios no mundo contemporâneo	Artigo
	BARTOLOZZI	2017	A contrarreforma do Ensino Médio no contexto da nova ordem e progresso	Artigo
		2015	Políticas Públicas e Educação de Jovens e Adultos no Amazonas: diretrizes, debates e perspectivas (2010 – 2014)	Dissertação
	BURGOS; BELLATO	2019		Artigo

			Gerencialismo e pós-gerencialismo: em busca de uma nova imaginação para as políticas educacionais no Brasil	
CARDOZO; LIMA	2018		A contrarreforma do ensino médio: retrocessos e intencionalidades	Artigo
CONDÉ	2016		Juventude e Educação	Dissertação
COSTA	2015		Sobre a infrequência de alunos no Ensino Médio numa Escola Pública Estadual do Maranhão	Artigo
DAYREL; JESUS	2016		Juventude, ensino médio e os processos de exclusão escolar	Artigo
DEITOS et al	2015		Política de educação profissional no Brasil: aspectos socioeconômicos e ideológicos para a implantação do PRONATEC	Artigo
DUARTE	2018		A contrarreforma do Ensino médio e as perdas de direitos sociais no Brasil	Artigo
FERRETI	2018		A reforma do Ensino Médio e sua questionável concepção de qualidade de educação	Artigo
FLORENCIO et al	2017		Política de formação de professores: a ingerência dos organismos internacionais no Brasil a partir da década de 1990	Artigo
GODINHO	2015		Abordagens Metodológicas que favorecem a construção da autonomia intelectual do estudante: o trabalho com simulação das Nações Unidas na escola	Dissertação
HERNANDES	2019		A reforma do ensino médio e a produção das desigualdades	Artigo
LEBOURG; COUTRIM	2018		Eu Não Queria Estar Aqui: juventude, ensino médio e deslocamento	Artigo
MAIA	2018		Juventude e ensino médio: desconstruindo as percepções, elaborando novas possibilidades	Dissertação
MACHADO	2016		A pós-graduação em educação e o PNE	Artigo
MARPICA	2018		Entre a obrigatoriedade e as reformas curriculares: professores e professoras de sociologia do ensino médio paulista	Tese
NASCIMENTO	2017		Ensino médio presencial com mediação tecnológica numa escola ribeirinha do Amazonas	Dissertação
NUNES	2015		Juventude e trabalho: uma análise da implementação do Programa Projovem Trabalhador no município de Manaus	Dissertação
OLIVEIRA	2020		A reforma do Ensino Médio como expressão da nova hegemonia neoliberal	Artigo
POGORZELSKI	2018		Trabalho, juventude e educação profissional: o Programa Jovem Aprendiz no município de Santa Izabel do Oeste/PR	Dissertação
SANTOS	2015		Jovens de favela e ensino médio: trajetórias diversas	Dissertação
SANTOS et al	2017		A adesão da UERN e a democratização ao acesso ao ensino superior	Artigo
SANTOS	2019		A contrarreforma do Ensino Médio no contexto do estado brasileiro neoliberal	Dissertação
SAVIANI	2018		Política educacional no Brasil após a Ditadura Militar	Artigo

	SAVIANI	2020	Políticas educacionais em tempos de golpe: retrocessos e formas de resistências	Artigo
	SALES; VASCONCELOS	2016	Ensino Médio Integrado e Juventudes: desafios e projetos de futuro	Artigo
	SILVA	2016	Juventude e escola	Artigo
	SILVA	2019	A contrarreforma do Ensino Médio - Lei 13.415/2017: educação de resultados?	Artigo
	SOARES	201	A Contrarreforma do Ensino Médio no governo Michel Temer: a reorganização do projeto neoliberal e a desconstrução da educação física	Dissertação
	VASCONCELOS	201	Redesenho do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil- PETI: as ações estratégicas municipais no enfrentamento à exploração do trabalho infantil em Manaus	Tese

ANEXOS

SEDUC
Secretaria de Estado de Educação e Desporto
Coordenadoria Distrital de Educação
Escola Estadual

Escola: Estadual Zona: Distrito

TERMO DE RESPONSABILIDADE
MATRÍCULA /2021

Eu, _____ responsável pelo (a) aluno
 (a) _____ Matriculado(a) na
 _____ série do Ensino Médio, turma _____ Turno _____

Comprometo-me a cumprir as normas que regem a Escola como de cooperação para que o processo educativo e de qualidade. Para tanto assumo a responsabilidade de:

1. Participar das reuniões convocadas pela Escola;
2. Acompanhar os trabalhos escolares do aluno a serem feitos em casa;
3. Zelar pela frequência diária do aluno as aulas evitando faltas desnecessárias;
4. Comunicar à direção da Escola quando o aluno se ausentar por qualquer motivo importante;
5. Comunicar à direção da Escola que providências deverão ser tomadas, caso o aluno seja portador de doenças ou deficiências que necessitam de medicação ou cuidados específicos;
6. Orientar o aluno para o cumprimento dos horários de entrada e saída da Escola;
7. Prover ou complementar o material necessário ao desenvolvimento das atividades do aluno;
8. Procurar a direção da Escola no caso do aluno faltar às avaliações complementares no prazo de 48 (quarenta e oito) horas para que o mesmo possa ter direito de fazê-las;
9. Incentivar o aluno a frequentar as aulas de Educação Física não só pelo valor formativo por serem obrigatórias e por isso mesmo reprovativas, sendo permitida a dispensa somente nos casos previstos em lei (trabalho, doença, etc.);
10. Atender aos chamados específicos da Escola;
11. Recorrer à secretaria da Escola, no prazo de 05 (cinco) dias após a entrega dos boletins, no caso de retificação de notas;
12. Cobrir todas as despesas pelos danos físicos causados voluntariamente pelo aluno ao patrimônio da Escola ficando na obrigatoriedade de fazer os reparos ou restituição, conforme o caso;
13. Uso obrigatório de carteirinha estudantil como mecanismo de controle e segurança;
14. Evitar que o aluno traga para a Escola, objetos de valor, consciente de que a mesma não se responsabiliza por perdas ou danos;
15. Orientar para que o aluno zele pelo material escolar;
16. Zelar pela limpeza e higiene pessoal do aluno;
17. Proibir o aluno de portar arma de qualquer natureza, principalmente na Escola;
18. Participar da Associação de Pais, Mestres e Comunitários;
19. Participar das atividades socioculturais promovidas pela Escola, quando convocados.

TELEFONES: _____ Manaus, _____ de _____ 2021.

ASSINATURA DO (A) RESPONSÁVEL

Endereço: _____ CEP: _____ /FONE-whatsapp Instit.:(92) E-mail:
 Manaus- Amazonas- Br

Escola Estadual**COMUNICADO**

Comunicamos aos Srs. Pais ou responsáveis que **não haverá aula nos dias 21/04/2021 (Feriado) e no dia 26/04/2021 (segunda-feira)**, pois estaremos realizando o **Planejamento Bimestral**. Retornaremos às aulas no dia **27/04/2021 (terça-feira)**.

Data: 19/04/2021

A direção.

Escola Estadual**COMUNICADO**

Comunicamos aos Srs. Pais ou responsáveis que **não haverá aula nos dias 21/04/2021 (Feriado) e no dia 26/04/2021 (segunda-feira)**, pois estaremos realizando o **Planejamento Bimestral**. Retornaremos às aulas no dia **27/04/2021 (terça-feira)**.

Data: 19/04/2021

A direção.

SEDUC
Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino
Coordenadoria Distrital de Educação
Escola Estadual

Convocação

A Escola Estadual, solicita o comparecimento dos pais ou responsável pelo(a) aluno(a) _____ da turma: _____, do turno: _____, no dia: _____/_____/_____, das _____ às _____ horas, para tratar de assuntos referentes ao processo de aprendizagem do referido aluno.

A direção da Escola agradece o seu comparecimento.

SEDUC
Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino
Coordenadoria Distrital de Educação
Escola Estadual

Convocação

A Escola Estadual, solicita o comparecimento dos pais ou responsável pelo(a) aluno(a) _____ da turma: _____, do turno: _____, no dia: _____/_____/_____, das _____ às _____ horas, para tratar de assuntos referentes ao processo de aprendizagem do referido aluno.

A direção da Escola agradece o seu comparecimento

SEDUC
Secretaria de Estado da Educação e Qualidade de Ensino
Escola Estadual

BOLETIM DE OCORRÊNCIA ESCOLAR

Série: ___ **Turma:** ___ **Horário de aula:** 1º () 2º () 3º () 4º () 5º ()

Data: ___ / ___ / ___

Aluno: _____

Professor: _____ **Disciplina:** _____

O aluno acima citado recebeu notificação de Ocorrência Escolar por apresentar o seguinte comportamento em sala de aula:

- () Conversa excessiva durante a aula;
- () Agressão verbal ao colega;
- () Agressão física ao colega;
- () Desrespeito ao professor;
- () Pichação ou vandalismo do patrimônio escolar;
- () Saída da sala de aula sem autorização do professor;
- () Atraso para o primeiro horário (____:____h);
- () Atraso no retorno do intervalo (____:____h);
- () Uso de aparelho eletrônico em sala de aula (game, mp3);
- () Uso de celular em sala de aula;
- () Uso de boné, bandana, óculos escuros em sala de aula;
- () Não se apresentou devidamente fardado;
- () Não participa da aula;
- () Não trouxe o livro didático;
- () Não realizou a atividade durante a aula;
- () Não entregou trabalho de pesquisa;
- () Não entregou atividade para casa;
- () Realizou trabalho de outra disciplina durante a aula;
- () outros: _____

Obs: do Professor: _____

Ciente, o Aluno: _____

Ciente, o Responsável: _____

Ciente, a Pedagoga: _____

SEDUC
Secretaria de Estado de Educação e Desporto
Coordenadoria Distrital de Educação
Escola Estadual

ADVERTÊNCIA

O (a) aluno(a) _____ série _____, turma _____, turno _____, ano _____, foi advertido(a) pelo seu seguinte motivo:

Assinatura do aluno:

Assinatura da pedagoga:

Data: ____/____/____

Endereço Escola:

E-mail:

SEDUC
Secretaria de Estado de Educação e Desporto
Coordenadoria Distrital de Educação
Escola Estadual

SUSPENSÃO

O (a)aluno(a) _____ série _____, turma _____, turno _____, ano _____, está sendo suspenso(a) das atividades escolares pelo período de _____ dias úteis. A partir de _____ a _____, retornando dia _____.

Motivo:

Assinatura do gestor:

Assinatura do

responsável: _____

Assinatura do aluno:

Assinatura da pedagoga:

Data: ____/____/____

Endereço Escola:

E-mail



TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE

Eu, _____,
 portador do CPF: _____._____._____ - _____, responsável, _____ (grau de
 parentesco), do(a) aluno(a) _____,
 matriculado(a) no ____ ano/Turma: _____, por intermédio deste termo,
 comprometo-me pelo acompanhamento do mesmo, referente ao cumprimento de todas
 as orientações eventualmente repassadas, bem como responsabilizando-me pelo
 prosseguimento dos estudos pelo Programa Aula em Casa e atividades de estudo
 dirigido a serem entregues pelo referido(a) aluno(a), inclusive pela fiel execução do
 seguinte:

- a) Zelar para que o estudante assista às aulas disponibilizadas pelo Programa Aula em Casa, por meio da TV Encontro das Águas e/ou acesse pelo aplicativo “Aula em Casa”, pelo YouTube, Plataforma Saber+ ou pelo AVA – Ambiente Virtual de Aprendizagem da Secretaria de Educação ou qualquer outro meio disponível.
- b) Orientar para que o aluno realize as atividades propostas e as entregue dentro do prazo estipulado. Sendo compromisso do responsável, garantir a entrega das avaliações do aluno sob sua responsabilidade, conforme cronograma em anexo.
- c) Manter a rotina de comunicação realizada pela unidade de ensino via aplicativos de mensagens instantâneas (whatsapp da turma), contato telefônico, e-mail institucional e/ou outros dispositivos de comunicação disponíveis nesta Escola Estadual.

Assinatura do Responsável: _____

Contato Telefônico: _____

E-mail: _____ Motivo: _____

ESCOLA ESTADUAL FICHA DE RETORNO ÀS AULAS 2020		
SÉRIE: _____	TURMA: _____	TURNO: _____
NOME: _____		

ENDEREÇO: _____		

COMPLEMENTO/REFERÊNCIA:		

BAIRRO: _____	CEP: _____	
TELEFONE WPP ALUNO (A): _____		
TELEFONE WPP RESPONSÁVEL: _____		
OUTROS TELEFONES:		

ESCOLA ESTADUAL FICHA DE RETORNO ÀS AULAS 2020		
SÉRIE: _____	TURMA: _____	TURNO: _____
NOME: _____		

ENDEREÇO: _____		

COMPLEMENTO/REFERÊNCIA:		

BAIRRO: _____	CEP: _____	
TELEFONE WPP ALUNO (A): _____		
TELEFONE WPP RESPONSÁVEL: _____		
OUTROS TELEFONES:		

SEDUC

Secretaria de Estado de Educação e Desporto
Coordenadoria Distrital de Educação
Escola Estadual

ENSINO MÉDIO TURNO: MATUTINO FASE: 1ª TURMA: _____
COMPONENTE: _____ PERÍODO LETIVO: _____
PROFESSOR: _____

FICHA DE BUSCA

Nº	NOME DO ALUNO	TELEFONE
01		
02		
03		
04		
05		
06		
07		
08		
09		
10		
11		
12		
13		
14		
15		